

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

RENAILDES DÓREA DA SILVA DE CINTRA

**POLÍTICA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA – BA
(2005-2015): O PAPEL DO PROGRAMA MONUMENTA E DO SISTEMA MUNICIPAL
DE CULTURA**

Porto Alegre

2024

RENAILDES DÓREA DA SILVA DE CINTRA

**POLÍTICA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA – BA
(2005-2015): O PAPEL DO PROGRAMA MONUMENTA E DO SISTEMA MUNICIPAL
DE CULTURA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Economia, área de concentração: Economia e Política da Cultura e das Indústrias Criativas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Cintra, Renaildes Dórea da Silva de
Política cultural e desenvolvimento local em
Cachoeira - BA (2005-2015) : o papel do Programa
Monumenta e do Sistema Municipal de Cultura /
Renaildes Dórea da Silva de Cintra. -- 2024.
116 f.
Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências
Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Políticas culturais. 2. Desenvolvimento local.
3. Economia da cultura. 4. Cachoeira-BA. 5. Programa
Monumenta. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RENAILDES DÓREA DA SILVA DE CINTRA

**POLÍTICA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA – BA
(2005-2015): O PAPEL DO PROGRAMA MONUMENTA E DO SISTEMA MUNICIPAL
DE CULTURA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Economia, área de concentração: Economia e Política da Cultura e das Indústrias Criativas.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador

UFRGS

Profª. Dr. Ana Clara Giannechini

UNB

Prof. Dr. Sérgio Martins

UFRB

RESUMO

Na virada do século XX o município de Cachoeira, por ser o segundo maior sítio arquitetônico do estado da Bahia e conhecido por sua efervescência cultural, beneficiou-se de políticas públicas e culturais de ordem federal e estadual, com o interesse de promover o desenvolvimento local, através do fortalecimento das atividades culturais e turísticas. Alguns estudos ligados ao setor patrimonial e turístico apontam que estas iniciativas tenham auxiliado na superação da estagnação econômica do município, vigente até o fim dos ciclos do açúcar e do fumo em meados do século XIX. Todavia, é necessário estabelecer uma investigação sobre os resultados apresentados por este local, em relação ao desempenho cultural, econômico e social, a fim de delimitar a eficiência e eficácia destes instrumentos políticos na superação das limitações dos segmentos criativos e promoção do desenvolvimento local. Para tanto, exalta-se como ponto de partida delimitar a capacidade da economia da cultura como vetor de desenvolvimento, além de verificar os efeitos socioeconômicos protagonizados pelas políticas culturais (Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultura) no processo de desenvolvimento local do município de Cachoeira-Ba, no período de 2005-2015. E por fim, mapear os setores criativos e promover uma avaliação sobre as principais políticas culturais. Este trabalho, trata-se de um estudo de caso e do ponto de vista metodológico articula um raciocínio dedutivo e indutivo; conta também com uma abordagem qualitativa-quantitativa, na qual utilizou-se instrumentos de documentação para coleta de dados, aplicação de questionários; além da utilização de informações da Rais, SEI e IBGE, para fins de análise dos efeitos socioeconômicos das políticas públicas culturais e sustentação teórica em referências temáticas nas categorias centrais dos objetivos. Os resultados alcançados neste estudo apontam que, apesar de verificar na localidade sinais do estabelecimento de um processo de desenvolvimento local, não é possível responsabilizar totalmente as políticas culturais citadas pelo avanço nos indicadores socioeconômicos apresentado pelo município.

Palavras-chave: Cachoeira. Economia da cultura. Economia criativa. Desenvolvimento local. Programa Monumenta. Sistema Municipal de Cultura.

RESUMEN

A principios del siglo XX, el municipio de Cachoeira, como segundo mayor conjunto arquitectónico del estado de Bahía y conocido por su efervescencia cultural, se benefició de políticas públicas y culturales federales y estatales destinadas a promover el desarrollo local mediante el fortalecimiento de las actividades culturales y turísticas. Algunos estudios vinculados a los sectores del patrimonio y del turismo sugieren que estas iniciativas han contribuido a superar el estancamiento económico del municipio, que existió hasta el final de los ciclos del azúcar y del tabaco, a mediados del siglo XIX. Sin embargo, es necesario establecer una investigación sobre los resultados presentados por esta localidad en términos de desempeño cultural, económico y social, con el fin de delimitar la eficiencia y eficacia de estos instrumentos políticos para superar las limitaciones de los segmentos creativos y promover el desarrollo local. Para ello, se parte de definir la capacidad de la economía cultural como vector de desarrollo, así como de verificar los efectos socioeconómicos de las políticas culturales (Programa Monumenta y Sistema Municipal de Cultura) en el proceso de desarrollo local del municipio de Cachoeira-Ba entre 2005 y 2015. Y, por último, mapear los sectores creativos y promover una evaluación de las principales políticas culturales. Este trabajo es un estudio de caso y, desde el punto de vista metodológico, utiliza el razonamiento deductivo e inductivo; también tiene un enfoque cualitativo-cuantitativo, en el que se utilizaron herramientas de documentación para la recolección de datos, se aplicaron cuestionarios; además de utilizar información del Rais, SEI e IBGE para analizar los efectos socioeconómicos de las políticas públicas culturales y el apoyo teórico en referencias temáticas en las categorías centrales de los objetivos. Los resultados alcanzados en este estudio indican que, a pesar de haberse señalado un proceso de desarrollo local en la localidad, no es posible atribuir completamente a las políticas culturales mencionadas el avance en los indicadores socioeconómicos presentados por el municipio. un proceso de desarrollo local.

Palabras clave: Cachoeira. Economía de la cultura. Economía creativa. Desarrollo local. Programa Monumenta. Sistema Municipal de Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Modelo dos Círculos Concêntrico das Indústrias Culturais e Criativas	24
Figura 2 – A Economia Criativa no Brasil e seus fundamentos.....	26
Figura 3 – Turismo Étnico da Bahia-Rota da Liberdade	47
Figura 4 – Lei Orçamentária Anual (LOA) de Cachoeira, 2015	50
Figura 5 – Orçamento público e Despesas com a Cultura de Cachoeira-BA (2014-2021)	51
Figura 6 – Lista de imóveis públicos/coletivos que foram recuperados pelo Monumenta 2002- 2012).....	54
Figura 7– Relação dos imóveis privados que receberam recurso do Monumenta	56
Figura 8 – O Sistema Municipal de Cultura e seus órgãos.....	60
Figura 9 – Panorama dos Sistemas Municipais de Cultura no Recôncavo Baiano, 2015.....	64
Figura 10 – Panorama dos Sistemas Municipais de Cultura no Recôncavo Baiano, 2021.....	65
Figura 11 – Festas populares de Cachoeira-Ba.....	74
Figura 12 –Variação anual das taxas de Educação pelo IFDM (2005-2016).....	81
Figura 13 – IDH- Índice de desenvolvimento Humano do Município de Cachoeira (1991- 2010).....	82
Figura 14 – Evolução anual do índice de desenvolvimento do município de Cachoeira-Ba (2005- 2016).....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ilustração do crescimento do PIB nominal e PIB real de Cachoeira-BA, com base no IPCA de 2021.....	79
Gráfico2 – Determinação do nível de renda dos participantes em Cachoeira.....	85
Gráfico3 – Avaliação dos participantes sobre a existência de efeitos positivos das políticas culturais sobre o indicador consumo cultural no período de 2005 a 2015.....	86
Gráfico 4 – Avaliação dos participantes sobre os efeitos das políticas culturais sobre o indicador emprego no período de 2005 a 2015.....	87
Gráfico 5 – Avaliação dos participantes sobre os efeitos das políticas culturais sobre o indicador renda no período de 2005 a 2015.....	88
Gráfico 6 – A percepção dos participantes sobre o impacto positivo das políticas culturais sobre a economia local.....	89
Gráfico 7– Determinação do nível de renda dos Gestores culturais de Cachoeira.....	90
Gráfico 8 – Aspectos que devem ser priorizados pelas políticas culturais em Cachoeira-BA na visão dos gestores.....	91
Gráfico 9 – Setores impactados pelas ações do Programa Monumenta em Cachoeira/BA.....	92
Gráfico 10 – Percepção do Impacto Positivo do Programa Monumenta sobre os indicadores de renda em Cachoeira/BA.....	93
Gráfico 11 – Percepção do Impacto Positivo do Programa Monumenta sobre os indicadores de emprego em Cachoeira/BA.....	94
Gráfico12 – Percepção do impacto positivo sobre a renda pela implementação do SMC de Cachoeira-BA.....	95
Gráfico 13 – Percepção dos impactos positivos sobre o nível de emprego pela implementação do SMC de Cachoeira-BA.....	96
Gráfico 14 – Percepção dos gestores quanto à eficiência das Políticas culturais para promoção do desenvolvimento local de Cachoeira-BA de 2005-2015.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapeamento dos setores culturais e criativos de Cachoeira-BA (2017 e 2020)	60
Tabela 2 – Trabalhadores do setor cultural e criativo de Cachoeira, 2020.....	71
Tabela 3 – Mapeamento de trabalhadores criativos em Cachoeira, segundo a Firjan.....	72
Tabela 4 – Evolução do PIB a preços correntes no município de Cachoeira (2005- 2015)	78
Tabela 5 – Número total de empregos formais por setor econômico no município de Cachoeira (2005, 2010 e 2015)	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
CSC	Conta Satélite da Cultura
DOU	Diário Oficial da União
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLICA	Feira Literária Internacional de Cachoeira
INC	Instituto Nacional de Cinema
IBGE	Instituto Brasileiro Geográficos e Estatístico
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
PAC	Plano de Ação Cultural
PCH	Programa de Cidades Históricas
PNE	Plano Nacional de Educação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEC	Secretaria de Economia Criativa
SECULT	Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira
SEC	Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ECONOMIA DA CULTURA, ECONOMIA CRIATIVA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	16
2.1	BREVE HISTÓRICO E O CONCEITO DA ECONOMIA DA CULTURA.....	16
2.2	ECONOMIA CRIATIVA.....	20
2.3	DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	27
2.4	POLÍTICA CULTURAL.....	32
3	AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA.....	38
3.1	A CIDADE HERÓICA E MONUMENTO NACIONAL CACHOEIRA- BA.....	38
3.2	AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2005 A 2015)	41
3.2.1	O Programa Monumenta	51
3.2.2	Sistema Municipal de Cultura de Cachoeira-BA.....	59
3.2.3	A Instalação da UFRB em Cachoeira-BA.....	66
3.3	MAPEAMENTO DOS SETORES CULTURAIS LOCAIS	68
4	OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE CACHOEIRA-BA (2005-2015)	77
4.1	PANORAMA SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE CACHOEIRA -BA (2005-2015)	78
4.2	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM CACHOEIRA-BA.....	83
5	CONCLUSÃO.....	98
	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA POPULAÇÃO E AGENTES CULTURAIS.....	111
	APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES CULTURAIS DE CACHOEIRA-BA.....	113

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma investigação sobre o campo das políticas públicas culturais e sua capacidade de atuação no processo de promoção do desenvolvimento local. Além de averiguar os efeitos protagonizados pelas políticas culturais federais e municipais, o Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultural, nos indicadores socioeconômicos de um importante município localizado no Recôncavo baiano e que possui em sua extensão territorial uma gama de patrimônio material e manifestações culturais.

O *locus* das investigações é o município de Cachoeira, situado na Bahia, que, por suas características arquitetônicas, foi alvo de algumas ações governamentais. Esta cidade localiza-se a 110 km da capital Salvador, e se destacou dentre todas as províncias durante o período colonial pela sua produção de açúcar e fumo, sendo um importante entreposto econômico e comercial da época. É necessário relatar que importantes obras foram erguidas, pois a vila foi foco de volumosos investimentos pelo governo português, guardando em sua estrutura arquitetônica resquícios dos anos gloriosos vividos no passado.

Assolada pela crise no setor de fumo e açúcar no fim do século XIX, perde relevância no cenário econômico baiano, e em meio a esta situação decadente, havia apenas os seus bens culturais materiais e imateriais como meios capazes de auxiliar no seu desenvolvimento. Em especial, Rodrigues (2009) relata que desde a criação da SPHAN, o município recebeu investimentos do governo federal, com a realização do tombamento do Conjunto do Carmo em 1938, sendo este registrado nos Livros Históricos e das Belas Artes, ou o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira em 1971.

Apesar da importância destas políticas para o município, ressalta-se a insuficiência presente nesta iniciativa, que não garantiu a manutenção das estruturas culturais presentes nesta localidade e condições de apoio para o desenvolvimento da região. Isto porque seu objetivo único foi basicamente salvaguardar o patrimônio arquitetônico, não incluindo neste processo as manifestações artísticas presentes no município. “Associado à reduzida valorização dos patrimônios pela população local, Cachoeira vivenciou um período de carência de políticas que incentivassem o florescimento cultural, bem como a preservação dos bens tombados” (Rodrigues, 2009, p.5)

Posteriormente a cidade de Cachoeira seria alvo de algumas políticas públicas em âmbito estadual, visando a promoção do turismo como política de desenvolvimento local, para regiões que se encontravam em situação de decadência e estagnação econômica. Em 1983, teve “[...] início o processo de turistificação de Cachoeira e em especial da Festa da Boa Morte com sua inserção nos roteiros de turismo Étnico Afro, bem como a espetacularização do tradicional festejo de São João e a ressignificação da Feira do Porto” (Rodrigues, 2009, p.6).

Apesar destas iniciativas direcionadas para o município ao longo dos anos visando a promoção do desenvolvimento local, como as citadas acima, algumas inquietações surgem quanto à capacidade destas políticas públicas e outras, na melhora dos indicadores socioeconômicos apresentados pelo município. Acredita-se nesta pesquisa que seja necessária uma avaliação sobre os efeitos protagonizados pelas políticas públicas culturais, bem como a efetividade destes instrumentos políticos na superação das limitações para o alcance do desenvolvimento local neste território. Este é um dos aspectos que fundamentaram a justificativa deste trabalho, pois durante o período escolhido de 2005 a 2015, observou-se que em 2002 o município foi alvo de um importante investimento na área patrimonial com o Programa Monumenta. Além disso, a política cultural no Brasil passou por uma transformação, promovendo uma maior descentralização e o aumento da participação social na construção das políticas culturais, através do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a implementação dos Sistemas de Cultura em estados e municípios.

Desta forma, o trabalho empreendido se justifica na medida em que são raros os estudos que visam analisar os efeitos diretos e indiretos das políticas culturais em âmbito municipal, permitindo agregar conhecimento sobre este campo. Nesse sentido, busca-se estabelecer mecanismos de avaliação sobre os efeitos socioeconômicos protagonizados pelas políticas públicas culturais federais e municipais implementadas em Cachoeira-BA, visando o desenvolvimento local, bem como servir de referência para os estudos nos demais municípios brasileiros. E desta maneira reforçar a necessidade de sistematização das informações e indicadores culturais para superação das limitações encontradas no campo de mensuração da cultura e na construção de políticas culturais que atendam à realidade dos territórios, não sendo algo imposto de “fora para dentro” e sem o devido conhecimento sobre a estrutura da produção cultural das localidades, como aconteceu durante muitos anos em Cachoeira na Bahia.

Partindo das informações apresentadas acima, o estudo tem como objetivo geral analisar o potencial da economia da cultura e a capacidade das políticas culturais em atuar como um vetor na promoção do desenvolvimento de Cachoeira na Bahia de 2005 a 2015.

No trato dos objetivos específicos, o interesse da pesquisa se concentra em:

- a) delimitar os conceitos teóricos das temáticas associadas ao desenvolvimento local, políticas públicas culturais e a economia da cultura e criativa;
- b) identificar as principais políticas culturais federais e municipais (Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultura) implementadas no município, visando a promoção do desenvolvimento local; e
- c) verificar a percepção dos efeitos socioeconômicos das políticas culturais estabelecidas no município de 2005 a 2015.

Este estudo apresenta como questão central: Quais são os impactos socioeconômicos das políticas públicas culturais federais e municipais, na promoção do desenvolvimento local em Cachoeira, durante o período de 2005 a 2015? Para tanto, levantou-se a seguinte hipótese: Os impactos das políticas culturais federais e municipais implementadas no município de Cachoeira-Ba, auxiliaram na promoção do desenvolvimento local.

Metodologicamente, este trabalho emprega uma abordagem qualitativa-quantitativa, no qual optou-se por combinar as técnicas e instrumentos de ambas para pesquisar o estudo de caso, articulando um raciocínio dedutivo e indutivo, como forma de avaliação das observações apresentados pelo local, bem como fazendo uso da teoria para explicar os aspectos característicos e os fenômenos observados sobre a malha temática.

Tratando-se de uma avaliação de política pública, deve-se estabelecer alguns aspectos em relação ao objeto do estudo. Entende-se que, por ser uma análise feita após o processo de implementação, intitula-se como *ex post*. E quanto à natureza, pode ser classificada como avaliação de impacto. Lima (2018) retrata que para realizar uma avaliação de impacto, busca-se, entre outras coisas, apresentar as mudanças que são protagonizadas ou não pelo estabelecimento de uma política, ou seja, verificar a efetividade da mesma.

Do ponto de vista da técnica utilizada, neste trabalho vale-se dos tipos de pesquisa descritiva, exploratória e o estudo de caso. Este visa, por meio de observações e análises, definir as especificidades presentes em um dado contexto, através do levantamento de informações e descrição do cenário cultural e econômico presente no município de Cachoeira-BA.

Ressalta-se que, no intuito de buscar meios adequados para tentar solucionar a problemática levantada, preliminarmente definiu-se os instrumentos metodológicos que servem de base para o caminho estabelecido nesta pesquisa. Na etapa inicial, visando atingir o primeiro objetivo específico, realizou-se o levantamento de referências bibliográficas nos temas da Economia da cultura, Economia criativa, Desenvolvimento local e Políticas públicas, a fim de dinamizar os conceitos e aspectos teóricos para fins de compreensão sobre os mesmos. Além da utilização de artigos, dissertações e livros que auxiliaram na aquisição de conhecimento sobre os termos empregados.

Na sequência realizou-se uma pesquisa documental e referencial em registros e materiais que permitiram a identificação das principais políticas culturais implementadas em Cachoeira, durante o período de 2005 a 2015. Além de estabelecer um mapeamento dos setores culturais e criativos locais, através dos cadastros de cultura promovidos pela Secretaria de cultura e turismo de Cachoeira (Secult) em 2017 e 2020, e a utilização de informações dos sites e relatórios do IPHAN de 2013 e do então Ministério da Cultura. Outro instrumento de pesquisa empregado foi o modelo de mapeamento dos setores criativos da Firjan, que apesar de suas limitações quanto à análise sobre o âmbito da informalidade do setor cultural e criativo no Brasil, se mostrou um mecanismo importante na elaboração de uma análise comparativa entre o emprego formal e a renda dos trabalhadores criativos em níveis municipal, estadual e federal.

Na terceira etapa da pesquisa promoveu-se a coleta de dados, por meio da elaboração de dois questionários, sendo este método aplicado de forma online, com questões ancoradas nos indicadores (renda, emprego e consumo cultural) e nas políticas culturais analisadas no estudo, que foram o Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultura. Delimita-se que, no primeiro questionário, buscou-se analisar as percepções destacadas por moradores, artistas e produtores culturais de Cachoeira, verificando o grau de conhecimento sobre as políticas culturais entre os atores, bem como a percepção destes quanto às melhorias provocadas pelas políticas implementadas no município. Desta forma tem-se que para obtenção das informações foi preciso estabelecer uma amostra de 96 respondentes, extraída do número total da população de Cachoeira, de 33.659 habitantes, conforme as informações do IBGE para o ano de 2020. Para definição do valor da amostra foi utilizado a inferência estatística com a realização do cálculo, no qual assumiu-se um erro amostral de 10% e intervalo de confiança de 95%.

No segundo questionário, optou-se por direcioná-lo aos gestores culturais do município, com o intuito de obter informações de forma mais aprofundada, possibilitando uma identificação objetiva nos processos de implementação das políticas culturais, uma vez que alguns desses indivíduos atuaram diretamente no estabelecimento dessas políticas em Cachoeira. Além disso, acredita-se que estes agentes sejam capazes, apesar do longo intervalo decorrido e as restrições da memória humana, de identificar as variações estruturais promovidas por esses instrumentos políticos. Dessa forma, seria possível estabelecer no âmbito desta pesquisa aspectos divergentes explicitados pela percepção dos dois grupos analisados, sobre o efeito das políticas públicas culturais nas principais variáveis deste estudo, que são emprego, renda e consumo cultural.

A escolha das variáveis econômicas supracitadas parte do entendimento de que este trabalho está inserido na área da economia e que busca avaliar os efeitos socioeconômicos diretos e indiretos promovidos por políticas públicas culturais. Sendo necessário realizar procedimentos de coleta de dados concretos, para posterior interpretação e análise dos resultados, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de pesquisa.

Desta forma, definiu-se uma amostra de 59 participantes, sendo que para estipular este valor foi necessário recolher informações sobre as instituições culturais cadastradas no município até o período de 2020, no qual constavam 151 instituições. Apesar das inúmeras tentativas de aplicação do formulário online durante o período de novembro de 2022 a início de janeiro de 2023, não foi possível obter êxito na devolução e no alcance de uma amostra representativa da população, sendo obtida apenas 54 respostas para o primeiro questionário e apenas 16 no segundo.

Os instrumentos de coleta de informações desta pesquisa contam ainda com apoio em banco de dados da Rais (Relação Anual de informações sociais), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Secretaria de Cultura da Bahia, Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira, a Firjan e a SEI/Rais. Destaca-se que os dados levantados nestas fontes auxiliaram na investigação da situação socioeconômica e das dimensões culturais e também do grau de desenvolvimento do município conforme, diagnosticou-se no IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) de 2018.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata dos aspectos conceituais atrelados à economia da cultura, economia criativa, desenvolvimento local e políticas públicas culturais. O segundo

capítulo apresenta um mapeamento dos setores culturais do município e as principais políticas públicas culturais implementadas. E por fim o terceiro e último capítulo traz uma investigação sobre os impactos das políticas culturais em Cachoeira na perspectiva do desenvolvimento local.

2 ECONOMIA DA CULTURA, ECONOMIA CRIATIVA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS

Neste capítulo faz-se uma breve apresentação dos aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa, expondo os principais conceitos e reflexões elaboradas por diferentes estudiosos acerca dos temas economia da cultura, economia criativa, desenvolvimento local e políticas públicas. O objetivo principal é delimitar as definições e caracterização de cada termo empregado, por meio do levantamento de informações e a utilização de referências bibliográficas. E desta forma contribuir para ampliação do conhecimento sobre o conteúdo, além de tentar eliminar possíveis ambiguidades quanto às compreensões sobre os termos utilizados ao longo deste trabalho.

2.1 BREVE HISTÓRICO E O CONCEITO DA ECONOMIA DA CULTURA

Nos séculos XVIII e XIX, verificam-se tentativas de dimensionar o entrelace entre a cultura e a economia através dos estudos dos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo. E, em seus postulados, eles retrataram o setor das artes como algo incapaz de gerar riqueza, constituindo-se como um ônus para a sociedade, segundo Reis (2007) e Tolila (2007). Apesar de não admitir o valor econômico presente nestas práticas, os estudiosos apontaram a existência de um valor intangível presente nas produções culturais. “Assim, Ricardo, afirma muito claramente que as obras de arte, cujo valor varia conforme a sua raridade, são exceções ao princípio do “valor-trabalho” aplicável ao conjunto das outras mercadorias” (Tolila, 2007, p. 25).

Ainda, na obra *A Riqueza das nações* (1776), de Adam Smith, ele verificou que há uma diferença entre a teoria do valor de uso e o valor de troca dos bens e serviços. De acordo com Smith, “As coisas que têm o mais alto valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso” (Smith, 1996, p.85). Esta teoria abre caminho para entendimentos no campo da economia da cultura, sobre o valor simbólico e intangível de uso, presentes nas obras artísticas e que se constitui como um fenômeno limitante no processo de precificação dos bens culturais para as trocas.

Na história do pensamento econômico, observou-se que os clássicos e os fisiocratas, por refletirem as visões da sociedade da época, não se debruçaram sobre o setor cultural. Tolila (2007,

p.25) afirma que, “[...] a reflexão econômica só se preocupou muito tardiamente com o setor cultural, depois de cerca de cinquenta anos, o que explica a confusão de alguns debates, a escassez de economistas que declaram explicitamente estudar a cultura, [...]”. O economista Jean Baptiste Say, criador da *Lei de Say*, segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, no século XIX, escreve que é irracional o investimento de capital nas artes. Desta forma, deve-se explicitar que houve um apagamento da cultura no cerne das produções econômicas, e que esta lacuna, somente seria superada com as transformações sociais e de consumo na sociedade, o que, por sua vez, vai exigir maior participação dos economistas a partir do século XX.

Neste ínterim destacam-se as contribuições teórica e de bases sociológicas presentes na Escola de Frankfurt (1922) com a Teoria Crítica. Sendo que um dos expoentes desta escola foi o filósofo alemão Theodor Adorno, que com Max Horkheimer publicaram em 1947, uma obra intitulada por “*Dialética do esclarecimento*”, na qual inicialmente surge o termo indústria cultural em substituição a expressão “cultura de massa”. Além disso, no livro “*Indústria cultural e sociedade*” de Theodor Adorno, é possível verificar nos escritos o caráter crítico e a influência do pensamento marxista, em relação a produção e o consumo cultural. Para Adorno (1947) a indústria cultural é apenas um instrumento de alienação, em que o consumidor atua de forma passiva, adquirindo os bens e serviços culturais, produzidos com objetivo único de entreter e com uma grande oferta à disposição. Nesse sentido percebe-se que existe uma “relativa subordinação do indivíduo ao processo de consumo conspícuo e inconsciente proposto pelas indústrias culturais”. (Cintra, 2019, p.18).

Diferentemente da visão exposta acima, entende-se que na abordagem neoclássica a preocupação dos economistas concentra-se na tentativa de replicar alguns de seus postulados no campo da economia da cultura, enxergando o indivíduo como agente consumidor ou produtor que, na busca pelo seu nível ótimo de satisfação ou lucro, destacam um determinado ponto em que é possível maximizar suas utilidades ou retorno. Ressalta-se que, devido às características intrínsecas aos bens culturais, como seus aspectos simbólicos, originalidade, assimetrias de informação, entre outros, muitos dos conceitos neoclássicos não são aplicáveis, como a teoria das utilidades marginais decrescentes¹.

¹ A Lei das Utilidades Marginais Decrescentes consiste em uma teoria empregada pelos marginalistas, a qual retrata que unidades adicionais de um determinado bem ou serviço reduzem o nível de utilidade do bem para o consumidor na margem. No caso de uma aplicação na economia da cultura, unidades adicionais de bens culturais, como por exemplo, uma hora a mais de música, observa-se que, quanto mais unidades adicionais de música são

[...] diferentemente do que prega a microeconomia, na economia da cultura os bens culturais têm um valor intangível e social, o qual não é possível computar no seu preço. Desta forma salienta-se que o estudo da cultura na economia abre um precedente que desafia os economistas a revisar seus conteúdos técnicos na microeconomia e na macroeconomia, devolvendo a essência social e subjetiva da Economia (Cintra, 2019, p. 28).

Registra-se que em 1965, a Fundação Ford encomendou uma consultoria aos economistas William Bowen e William Baumol, pois a instituição estava preocupada com os custos crescentes presentes nos espetáculos ao vivo da Broadway. Neste período desenvolveu-se uma pesquisa liderada pelos dois economistas, os quais são considerados os precursores da economia da cultura. E em seu trabalho intitulado *Performingarts: the economicdilemma* de 1969, eles justificaram a necessidades de financiamentos ou subvenções públicas ao setor cultural, principalmente aqueles intensivos no fator trabalho, nos quais não é possível reduzir os custos com tecnologia, como é o caso das artes cênicas, que detinham gastos elevados.

Segundo Benhamou (2007), o modelo proposto por Baumol e Bowen divide a produção cultural em dois setores: um arcaico (performance ao vivo) e outro progressista, sendo que estes se diferenciam na capacidade ou não de gerar produtividade e acúmulo de capital, através da inserção da tecnológica e de inovação. Sobre o primeiro setor, Asuaga (2013, p.53) defende que a “possibilidade de substituir, em tal setor, capital por trabalho é muito restrita ou praticamente nula, sendo a remuneração do fator trabalho um custo importante dentro do custo total [...]”.

Todavia, os avanços tecnológicos auxiliam na mitigação do que se convencionou chamar de ‘Doenças dos custos de Baumol²’. Sendo possível, nos dias atuais, perceber uma maior participação da tecnologia no âmbito das artes cênicas e musicais, como a gravação de performances, produções de videoaulas, entre outros. Deve-se ter em mente que as investigações dos economistas se caracterizaram como um avanço nas discussões sobre a relação entre economia e cultura, abrindo espaço para que novos estudiosos se debruçassem sobre a temática, como “os trabalhos de K. Lancaster, G. Becker e G. Stigler, que procuraram prestar contas das condutas em matéria de gastos culturais (gostos, manias, etc.)” (Tolila, 2007, p. 28).

consumidas, maior é o nível de satisfação e utilidade para o consumidor na margem, contrariando o princípio fundamental da teoria.

² A doença dos custos foi desenvolvida por Willam Baumol em 1967, o qual observou que existiam setores econômicos pouco dinâmicos, em que não é possível reduzir os custos de produção com a inserção de tecnologia.

Ao longo dos anos, a economia da cultura consolidou-se como área do conhecimento, ampliando o debate no âmbito acadêmico e na sociedade. Mas, de fato, o que é economia da cultura e o que ela estuda? Epistemologicamente, a palavra Economia vem do grego: Oikos (casa) e nomos (administração), ou seja, “Administração da casa”. Entende-se que o estudo desta área, pela ótica neoclássica, é aquele voltado a identificar a forma de organização econômica de uma sociedade dada a escassez de recursos, verificando como se dá o processo de alocação, produção, distribuição e comercialização de um país. O termo Cultura vem do latim, no século XIII, sendo inicialmente apontado como cultivo de uma porção de terra, e posteriormente foi atrelado à capacidade intelectual dos indivíduos. Mas, devido à utilização e às contribuições de diversas áreas do pensamento, a definição de cultura é considerada como algo holístico, podendo apresentar-se sob diferentes óticas.

Na visão antropológica, a Cultura remete às características dos povos, como os seus costumes, valores, artes, línguas, leis, moral, tradições, entre outros elementos que a definem como uma estrutura basilar seguida pelos indivíduos de uma comunidade. Todavia, existe uma outra explicação que amplia o conceito abrangendo os segmentos artísticos. “Em um sentido mais estreito (cultura com "c" minúsculo), refere-se aos produtos, serviços e manifestações culturais, ou seja, que trazem em si uma expressão simbólica da Cultura em sentido amplo”. (Reis, 2007, p.21)

Este último conceito se relaciona à capacidade das atividades culturais de gerar riqueza material a uma determinada sociedade. Em Reis (2007) são apresentados dois conceitos que ajudam a entender os enquadramentos das definições de cultura expostas acima, que são cultura da economia e economia da cultura. O primeiro termo “[...] estuda essencialmente a influência dos valores, crenças e dos hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas” (Reis, 2007, p.20). Neste caso, a cultura é o elemento primordial para explicar as disparidades entre os países, com base em um determinismo espúrio que apenas reforça a relativa condição de disparidade na relação entre os países centrais e os periféricos, promovida em sua totalidade pelas relações sociopolíticas engendradas pelo capital.

Na contramão do conceito delimitado acima, destaca-se que, a economia da cultura é uma disciplina das ciências econômicas e que estuda as problemáticas do setor cultural através da utilização do ferramental metodológico disponibilizado pela economia.

[...] a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento (Reis, 2008, p. 25).

De acordo com Toniol e Albieri (2019, p.5) “A partir da década de 1990, a economia da cultura é reconhecida institucionalmente e a *American Economic Association* a inclui em sua classificação de disciplinas econômicas, juntamente a uma publicação de David Throsby no *Journal of Economic Literature*.” Segundo Valiati *et al.* (2017, p.15) a economia da cultura representa um marco teórico voltado para formulação de políticas públicas para a cultura enquanto canal para expressão de signos, símbolos e valores (simbólicos e culturais), os quais também são capazes de gerar valor mercantil e econômico. E difere da economia criativa, que tem seu foco nas indústrias criativas, criando estratégias de dinamização deste setor através da tecnologia e inovação.

Em síntese, compreende-se que a Economia da cultura é uma disciplina que tem como insumo principal a cultura e as artes, analisando os aspectos econômicos presentes nas cadeias produtivas culturais, de modo a investigar as limitações e diferentes questões que cercam a temática como: valor e preço dos bens e serviços culturais, oferta e demanda, cesta de consumo, utilidades e preferências, grau de incerteza e assimetria de informações no mercado de bens culturais, financiamento, políticas culturais e dentre outros estudos.

2.2 ECONOMIA CRIATIVA

As transformações sociais e a reestruturação econômica percebidas pelos países desenvolvidos em 1980 e nos em desenvolvimento em 1990 gerou um processo de mudança na lógica de produção das economias, com perda relativa dos setores tradicionais (desindustrialização) e aumentos nos setores ligados ao setor de serviços, principalmente nos de alta tecnologia. Além das mudanças de hábitos de consumo, houve maior tempo para o lazer, envelhecimento da população e outros aspectos que em conjunto criaram um ambiente propício para o surgimento da economia criativa.

Esta área surge primeiramente na Austrália, em 1994, com o relatório *Creative Nation*. Todavia, deve-se destacar que “[...] o estabelecimento do *Australia Council*, em 1973, marcou a

inclusão das políticas para as artes entre as prioridades nacionais” (Madeira, 2014, p.108), o que, por sua vez, refletiu-se em um avanço para o desenvolvimento das políticas voltadas à economia criativa neste território.

Posteriormente, verificam-se intentos similares no Reino Unido em 1997, na gestão do primeiro-ministro Tony Blair, em estabelecer uma força tarefa- Creative Industries Task Force, promovida pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), que elaborou uma estratégia de desenvolvimento para as indústrias criativas, delimitando 13 setores principais: (1) publicidade, (2) arquitetura, (3) mercados de arte e antiguidades, (4) artesanato, (5) design, (6) moda, (7) produção cinematográfica, (8) software para videogames, (9) artes performáticas, (10) Música, (11) edição, (12) engenharia de Software e (13) televisão e rádio.

Em Reis (2007) tem-se que a UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, um importante órgão na difusão de pesquisas sobre a economia criativa, em 2004, durante um seminário, definiu as indústrias criativas como:

Um conjunto de atividades que têm a criatividade como componente essencial, que estão diretamente inseridas no processo industrial e são passíveis de proteção por direitos autorais, ratificando seu caráter de reprodutibilidade técnica e a importância conferida aos direitos autorais como alavanca de crescimento econômica. (Reis, 2007, p. 205-206)

A criatividade é o insumo principal das indústrias criativas, sendo uma fonte inesgotável de recursos, já que é atrelada ao capital intelectual humano. Segundo Reis (2008, p. 15) “[...] a criatividade é uma palavra de definições múltiplas, que remete intuitivamente à capacidade não só de criar o novo, mas de reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos e, com isso, equacionar soluções para novos e velhos problemas”. Gama (2012, p.3) argumenta que, “no mundo pós-industrial, são a inovação e a criatividade que conferem competitividade às empresas de um país para que ele cresça equilibradamente”. A partir das visões apresentadas pelos autores, tem-se que a criatividade, em linhas gerais, se caracteriza como a matéria-prima primordial para o florescimento das produções do setor criativo, conferindo maior dinamismo as produções, agregando valor às cadeias produtivas e também uma maior intangibilidade aos bens e principalmente serviços comercializados. Refletindo-se positivamente, sobre os setores criativos que observam ganhos de escala e a capacidade de auxiliar na promoção do desenvolvimento econômico.

Segundo Silva (2012), foi através do acalorado debate sobre desenvolvimento econômico que as “indústrias criativas” emergiram, sendo uma extensão das “indústrias culturais”, a partir da qual se desenvolve a economia criativa. Esta nova forma de organização das produções reflete que a inesgotabilidade dos recursos e a inovação são aspectos de grande relevância para as indústrias criativas que não esbarram nos limites existentes nas produções econômicas tradicionais, em relação a escassez de recursos, que não podem ser superados por mecanismos inovadores que garantam a manutenção das produções.

A economia criativa é apresentada por estudiosos como uma área que inclui os conteúdos artísticos e culturais de forma inovadora na elaboração de bens e serviços criativos, sendo um setor amplo que abarca distintas áreas do conhecimento. Na sua composição é possível perceber uma interseção entre as indústrias culturais e as indústrias criativas, que embora se apresentem como conceitos distintos, se sobrepõem em alguns momentos para atender as demandas do mercado. Dessa forma, para Greffe (2015), as indústrias criativas são uma ampliação das indústrias culturais, e trazem em si um elemento fundamental, a propriedade intelectual que as coloca em evidência, ao passo que confere a estas a capacidade de agregar valor às produções de bens e serviços, gerando copyright e patentes. Enquanto as indústrias culturais são áreas que focam na massificação dos bens culturais, padronização dos processos e possui como objetivo atender de forma ampliada a demanda pelo consumo de um determinado bem cultural.

Em linhas gerais, compreende-se que a economia criativa é um conjunto de atividades econômicas que busca produzir bens com valor agregado, inovação e criatividade. “Para John Howkins, pesquisador pioneiro nessa área, o termo ‘economia criativa’ é extenso e cobre atividades que perpassam o campo das artes até ciência básica e alta tecnologia” (Howkins, 2001³ *apud* Gama, 2012, p. 11).

Além desta definição, alguns autores demonstram a capacidade da economia criativa gerar ganhos de escala nos mercados globais. Gama (2012, p.174), ao citar as reflexões feitas por Kuhn (1993), destacou que:

Na economia criativa, a geração de riqueza depende da capacidade do país de também criar conteúdo criativo, transformá-lo em bens ou serviços comercializáveis e encontrar formas de distribuí-los, no mercado local e no exterior, ganhando escala e divulgando seu conhecimento.

³ Howkins, J. The creative economy: how people make money from ideas. Londres: Allen Lane, 2001

A visão apregoada de economia criativa até o presente momento reflete que esta compreende setores que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico” (Reis, 2008, p. 23). De acordo com esta afirmação, a economia criativa seria um segmento, no qual estão inclusas atividades culturais e criativas que geram produtos dotados de simbologia. Sendo necessário explicitar que este valor intangível dos bens criativos garante maior distinção quanto aos produtos tradicionais da economia, sendo responsável por gerar patentes e *copyrights*. O que, por sua vez, implica em dificuldades quanto à mensuração e precificação dos bens e serviços criativos.

É importante salientar que dada a capacidade inovadora dos setores criativos, estes vêm apresentando grandes contribuições na renda agregada das economias globais. Observa-se que, mesmo com as limitações em termos de disponibilidade de dados e informações sobre os setores criativos, foi possível diagnosticar que o setor contribuiu em 2013, com um percentual de 3% do PIB mundial (Produto Interno Bruto), representando valores de mercado das indústrias criativas em torno de US\$ 2,25 trilhões, conforme pesquisa realizada pela Ernst & Young (EY, 2015) com o apoio da Unesco (BNDES, 2018).

E, com base nas informações expostas pela Unctad (2012) para o período de 2002-2015, compreende-se que a economia criativa tem mobilizado os setores criativos do mercado mundial, no qual observou-se um aumento no volume de bens e serviços criativos, passando de US \$208 bilhões para US \$509 bilhões, respectivamente. Além de estimativas sobre os serviços criativos, que contribuem entre 10% e 20% para o comércio mundial de serviços. É possível verificar desta forma, a capacidade de mobilização da produção, agregando valor às cadeias produtivas locais e impactando de forma contínua e positiva na produção de riqueza mundial, bem como na qualidade de vida da população.

Diante dos efeitos positivos dinamizados pelos setores criativos os países economicamente estagnados e em desenvolvimento passaram a investir intensamente, buscando delimitar formas de conceituação e mensuração desta área que é relativamente nova, guardando algumas limitações na conciliação dos termos empregados, processos metodológicos, levantamento de dados e outras problemáticas.

Dentre as diferentes formas de classificação e análises da economia criativa, sublinha-se a visão empregada no modelo dos círculos concêntricos proposto por David Throsby e adotado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que consiste em uma ilustração utilizada para propor uma relação para fins de comparação internacional dos dados diagnosticados pelos distintos territórios.

Figura 1 – Modelo dos Círculos Concêntrico das Indústrias Culturais e Cri



Fonte: Barili, Carvalho e Bez (2016, p. 11).

Este modelo posteriormente vai ser utilizado como referência para o estudo desenvolvido na América Latina pelo Convênio Andrés Bello, que, de acordo com Valiati *et al.* (2017, p.20) “[...] realizou esforço em propor uma metodologia geral de mensuração da cultura nas economias da América Latina, a partir da ideia de ciclo cultural. E com isso, definiu as diretrizes para a formulação da Conta Satélite da Cultura (CSC), [...]”. Esta conta passou a ser pensada como forma de identificação e mensuração dos setores culturais e criativos nos países latinos, inclusive

no Brasil, com a Conta Satélite da Cultura⁴, criada pelo Ministério da Cultura em parceria com o Comitê Gestor das Contas de Cultura no Brasil e o IBGE.

Essa proposta, que fazia parte do Plano Nacional de Cultura e que foi conduzida pela Secretaria de Economia Criativa durante a gestão de Cláudia Leitão, consistiu em realizar um levantamento de dados e informações sobre indicadores como renda, emprego, consumo e outras variáveis do setor cultural brasileiro. O objetivo era estabelecer análises sobre a representatividade do setor cultural e criativo na produção agregada da economia, visando assim desenvolver políticas públicas direcionadas às indústrias criativas.

Antes de prosseguir, é crucial compreender que essa iniciativa ocorreu devido às limitações metodológicas na mensuração do setor de forma ampla, tanto dentro como fora do país. Essas limitações foram instigadas pelas dificuldades de tradução de termos e outras nomenclaturas que não podem ser replicadas por determinadas nações. Em outras palavras, a economia criativa, apesar de seu grande potencial, apresenta especificidades e diversidades que exigem uma atenção voltada para questões locais antes de projetar-se em termos globais.

Ao valorizar essa diversidade como elemento primordial para desbloquear o desenvolvimento econômico, verificou-se que, pela primeira vez em âmbito federal, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, a Economia Criativa recebeu espaço para discussões. Nesse contexto, havia a perspectiva de desenvolver políticas públicas de cultura com maiores investimentos, além de promover esforços para definir o termo "economia criativa" e traçar estratégias de estruturação do setor criativo.

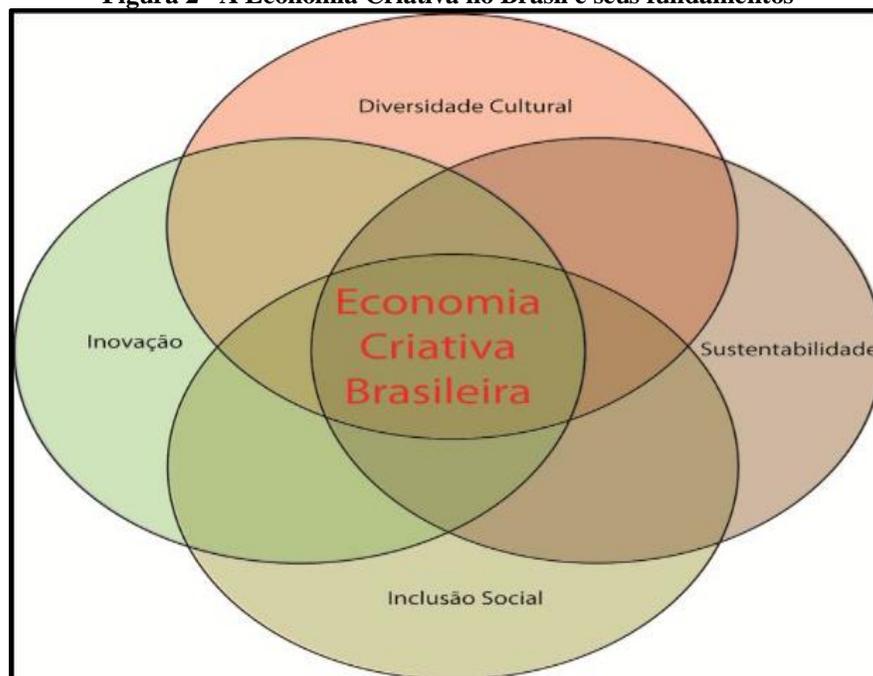
De acordo com as informações obtidas, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Economia Criativa estabeleceram, por meio de um Plano Gestor (2012-2014), uma tentativa de conceitualização do termo "economia criativa". Essa definição foi baseada em quatro elementos principais: inclusão social, sustentabilidade, inovação e a diversidade cultural brasileira. A partir desses princípios, a economia criativa no Brasil, pode ser vista como uma área que busca promover a inclusão produtiva de forma sustentável e inovadora, apoiando-se na diversidade cultural presente nos territórios e na riqueza material e imaterial das manifestações culturais nos estados brasileiros.

⁴ As contas-satélites são instrumentos de sistematização das informações sobre as atividades econômicas relacionadas aos bens e serviços de cultura, como emprego, investimentos e consumo de bens e serviços; possibilitando a mensuração de percentuais de contribuição do setor cultural no Produto Interno Bruto (PIB) na economia de um país.

A compreensão desse rico potencial auxiliará na criação de estratégias para a organização, formação, produção, circulação, fomento e difusão dos bens e serviços produzidos pelo setor cultural e criativo do país, por meio do estabelecimento das políticas culturais que são os instrumentos que geram diretrizes de interação entre os interesses dos diferentes atores sociais presentes na sociedade.

Na íntegra, a proposta destacou-se pelo desejo de ampliar a participação social nos processos de construção desse percurso. Notadamente, buscou-se envolver os diversos agentes culturais e instituições, por meio, de seminários, conferências e fóruns culturais, a fim de que assumissem um papel fundamental na promoção não apenas da economia criativa e na superação das desigualdades sociais e culturais, mas também no desenvolvimento do

Figura 2 –A Economia Criativa no Brasil e seus fundamentos



Fonte: Plano da Secretaria de Economia Criativa, Ministério da Cultura (2012, p. 32).

Desta forma, o conceito de “Economia Criativa, se dá a partir das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas através do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/ fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica” (Brasil, 2012, p. 23).

E também:

A economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos. (Brasil, 2012, p.14)

De acordo com as compreensões adquiridas até aqui, deve-se apontar que a natureza recente do campo de estudo da economia criativa provoca desafios na definição do termo e mensuração dos indicadores. E isso acontece devido às diferenças apresentadas pelos países, sendo influenciadas por contextos culturais, sociais, políticos e econômicos. Entretanto, verifica-se que o ponto central da economia criativa está na ênfase sobre a criatividade, que gera dinamismo e ganhos de escala nos setores criativos, por meio de elementos culturais, tecnológicos e de inovação. No contexto brasileiro, reconhecendo a necessidade de um termo para a economia criativa e a fim de fortalecer as políticas públicas culturais, quatro pilares foram identificados. Esses alicerces fundamentam a construção de políticas para impulsionar a produção, formação, fruição, circulação, distribuição, difusão e consumo de bens e serviços criativos, visando à promoção do desenvolvimento local. E ao pactuar este termo, enfatiza-se, entre outras coisas, colocar a participação social, simbólica, cultural e criativa, produzidas em diferentes contextos regionais, no centro das discussões, de modo a trilhar um caminho baseado no fortalecimento dos aspectos identitários e das diferentes manifestações culturais locais.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Observa-se que os fenômenos da globalização e a mundialização do capital impuseram uma nova dinâmica aos países, constituindo-se como um mecanismo de homogeneização e aproximação cultural, social e econômica, que, ao mesmo tempo em que promoveu efeitos positivos, fez exaltar as problemáticas presentes em diferentes partes do mundo. O que, por sua vez, criou nos países a necessidade de buscar novos caminhos para a promoção do desenvolvimento econômico, sendo que a cultura assume um papel de destaque neste processo. Em Furtado (1999) tem-se:

O processo de globalização da cultura tende a acelerar-se. Ao mesmo tempo, todos os povos aspiram a ter acesso ao patrimônio comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais são os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. (Furtado, 1999, p. 66-67)

Entende-se que esse fenômeno global, alicerçado sobre as bases do sistema capitalista, promoveu mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, com grande impacto sobre as economias mundiais através dos processos financeiros, tecnológicos e de comércio, no qual percebeu-se uma maior interdependência e forte integração entre os Estados-nação. E, apesar dos benefícios gerados, observa-se que esta rápida transformação ocasionou alterações sobre a lógica produtiva das economias, com um relativo aprofundamento das disparidades em relação ao processo de inserção produtiva e tecnológica, nos níveis de renda, capacidade competitividade e consequente promoção do desenvolvimento econômico.

Este cenário gerou a necessidade, entre os estudiosos do desenvolvimento econômico, de buscar explicações e novas definições para o termo constantemente empregado entre os formuladores de políticas, de modo que fossem capazes de expandir os horizontes, fugindo do pragmatismo imposto por determinadas linhas de pensamento.

É preciso enfatizar que a preocupação com o conceito de desenvolvimento econômico surge em meio a corrente de pensamento neoclássica, na qual compreende-se que o desenvolvimento é dado pelo acúmulo de riqueza e produção, com avanços tecnológicos e impactos positivos no bem-estar. Todavia, este caminho se enquadra em uma visão que não consegue explicar os níveis de desigualdades sociais entre os países, sendo necessário buscar complementação em diferentes abordagens da literatura econômica sobre o termo desenvolvimento econômico, com o intuito de elucidar, em um primeiro momento, a distinção entre o conceito de crescimento econômico *versus* desenvolvimento econômico; bem como delimitar as divergências apresentadas entre algumas das correntes de pensamento. Estabelecendo, através destas compreensões, um caminho favorável para o diálogo sobre o desenvolvimento local em Cachoeira.

No primeiro momento é necessário delimitar a distinção entre os conceitos, já que por vezes, o emprego terminológico de crescimento e desenvolvimento econômico, se deu de forma equivalente, causando algumas perturbações nas compreensões. O crescimento está inserido numa lógica de acumulação de renda agregada gerada mais precisamente pelo aumento do PIB

(Produto Interno Bruto), sendo uma das etapas na concretização do desenvolvimento. Segundo Köster (2007, p.42, tradução própria) “O crescimento econômico é, sem dúvida, um dos vetores relevantes para o desenvolvimento, cumpre a função de tornar-se um elemento necessário, embora não suficiente nos processos de desenvolvimento social [...]”.

Já o precursor da teoria do desenvolvimento, Schumpeter (1984, p.74), ressalta em seus escritos que o “processo de desenvolvimento não é um mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza”. Na compreensão de Schumpeter os processos de crescimento e desenvolvimento econômico são distintos, sendo que, este último se dá através de uma mudança qualitativa, promovido por instrumentos de inovação e tecnologia, acarretando um processo que ele aponta como de “destruição-criadora”. Aqui é possível perceber que o crescimento econômico é apenas um processo de acúmulo, já o desenvolvimento se insere em uma etapa superior de dimensão qualitativa sobre a produção, agregando valor aos processos produtivos por meio da ideia de inovação. Este último termo é um dos combustíveis que alimenta os setores criativos, agregando valor às produções no cerne da economia criativa.

Em segunda instância, é preciso compreender que o conceito de desenvolvimento econômico é multifacetado, adquirindo algumas conotações específicas. E no enfoque neoclássico dado por Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento é caracterizado pelos avanços na acumulação de capital, progresso tecnológico e crescimento sistemático da renda. Em contraposição, na abordagem das capacidades, na Teoria de Desenvolvimento Humano de Sen (2000) o desenvolvimento econômico de uma nação é tido como sendo um processo de elevação da qualidade de vida e liberdades substantivas, com ampliação das capacidades individuais. Esta concepção apresenta um olhar diferenciado sobre a forma de se pensar o desenvolvimento, já que coloca o indivíduo, suas necessidades e liberdades no centro das discussões. No entanto, a subjetividade presente nisso implica dificuldades de adequação de mensuração das capacidades, como também em limitações quando inseridas nos diferentes contextos culturais e caminhos adotados em cada país.

No mundo contemporâneo, o desenvolvimento econômico baseia-se, fundamentalmente, na capacidade dos países gerarem, apropriarem-se e aplicarem o conhecimento formal e tácito na geração e distribuição de riquezas, principalmente por meio da produção dos bens intangíveis (Gama, 2012, p. 171). Sendo importante ressaltar que em 1986 a Organização das Nações Unidas

produziu uma primeira Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, afirmando-o como um direito humano ao mesmo tempo em que é um direito e dever dos Estados. (Brasil, 2012, p. 5).

No Brasil as autoridades institucionais assumem a importância do desenvolvimento e da cultura na Constituição Federal de 1988, ficando expresso no seguinte trecho: “A CF/88 ressalta o desenvolvimento como direito fundamental, elege a diminuição das desigualdades regionais como entre os objetivos fundamentais da República e trata a cultura como parte integrada a esses elementos” (Barbosa, 2010⁵ *apud* Silva, 2012, p. 5).

Desta forma amplia-se as discussões quanto à importância da relação entre desenvolvimento e cultura como chave para entender os circuitos dinâmicos produtivos de cada localidade, sem incorrer em uma generalização das realidades presentes nos territórios. E nesta construção o desenvolvimento da ideia de diversidade cultural surge enquanto alicerce e ferramenta de promoção da coesão social em cada território. De modo que, ao abranger a diversidade cultural em um projeto de desenvolvimento econômico, é possível colocar no centro das discussões os aspectos diferenciais e as especificidades como elementos de ampliação da competitividade e produtividade de um dado país. Segundo Reis (2007, p.163)

Por um lado, o resgate da diversidade cultural, sua promoção e divulgação, a ampliação do acesso cultural e seus efeitos sobre a coesão social, a autoestima e a criatividade caracterizariam um modo de desenvolvimento social; por outro, é a possibilidade da distribuição interna e externa dessas manifestações culturais que solidifica os recursos sobre os quais embasar o desenvolvimento econômico da sociedade.

A relação entre cultura e desenvolvimento econômico se estabelece de forma complexa e interdependente. Sendo importante explicitar que o substrato econômico presente nas atividades culturais deu origem à chamada economia da cultura, que expõe a capacidade geradora de riqueza e bem-estar pelas atividades produtivas culturais. “A economia da cultura se utiliza das técnicas oferecidas pelo conhecimento econômico para defender a importância da cultura como geradora de crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico” (Tonioi; Albieri, 2019, p. 1).

É preciso enfatizar que a aproximação da cultura com o desenvolvimento tem enriquecido as discussões. Burity (2007, p.58) argumenta que “[...] os projetos de desenvolvimento serão tanto mais eficazes nos contextos locais quanto mais respeitarem e dialogarem com a cultura do lugar”. Em Köster (2007, p.37, tradução nossa) verifica-se que, “Uma primeira questão que

⁵ Barbosa da Silva, Frederico A. Indicador de desenvolvimento da economia da cultura. Brasília: IPEA, 2010

precisa ser esclarecida é que a cultura não é a única forma de salvar o território e, em alguns casos, pode até não ser a mais adequada”. Deste modo aponta-se que, “[...] as estratégias de desenvolvimento devem ser adaptadas à diversidade, a criatividade, as culturas e as instituições devem adotar uma abordagem holística, bem como uma perspectiva de longo prazo”. (Köster, 2007, p.39, tradução própria). De acordo com estas duas visões percebe-se o valor que a cultura possui para o alavancamento do desenvolvimento local. No entanto, evidencia-se que essa não pode ser a única via para se promover ascensão econômica de uma localidade.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico é redefinido como o processo de melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, aumentar sua renda, reduzir a pobreza e melhorar as oportunidades econômicas de indivíduos e grupos sociais, incluindo questões como melhor educação, saúde, alimentação, conservação dos recursos naturais, meio ambiente limpo e saudável e acesso a uma vida cultural mais rica e diversificada. (Köster, 2007, p.37, tradução própria).

É nesta direção que o conceito de desenvolvimento empregado neste trabalho caminha, visando estabelecer uma abordagem que se apresente com base na melhora da qualidade de vida e bem-estar da população, valendo-se dos potenciais endógenos, o território e a cultura como instrumentos fortalecedores do processo dinâmico local. Esta abordagem de desenvolvimento recebe abrigo no conceito de ‘desenvolvimento local’ (DL). Silva (2012, p.10) afirma que, “o desenvolvimento local é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos, de natureza social, política e cultural”.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (Buarque, 1999, p.9)

Esta abordagem nos remete à endogeneidade como característica principal do desenvolvimento local, que destaca a necessidade de um constante diálogo entre as estruturas sociais, culturais e produtivas com base nas características do lugar.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. (Barquero, 2001, p. 39).

Em Lima e D'Ascenzo (2018, p.146) o “desenvolvimento endógeno é uma perspectiva que enfatiza (e valoriza) o papel das comunidades locais na definição da agenda formal, na formulação e na implementação de iniciativas voltadas para resolver os problemas sociais percebidos como mais relevantes”. As características deste modelo de desenvolvimento colocam no centro das operações os atores locais, sendo estes os principais agentes na condução das políticas públicas, viabilizando um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Neste ínterim entende-se que, para que as localidades possam estabelecer resultados positivos, é preciso garantir a autonomia e a descentralização das instâncias governamentais, estabelecendo nas localidades estratégias que sejam pensadas de “dentro para fora”. Há um amplo consenso em relação à ideia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. (Amaral, 2001, p.9)

Diante deste fato, é possível explicitar que o município de Cachoeira encontra na abordagem do desenvolvimento local as bases fundantes que podem garantir de forma estrutural um caminho viável à transformação, já que, neste processo, percebe-se uma necessidade de uma aproximação dos agentes locais, aumentando sua participação nas decisões centrais de melhorias da localidade; além disso, se acredita que este modelo, por estar arraigado nas características e especificidade do potencial do território, será fundamental na manutenção das estruturas culturais existentes, sem sua descaracterização; fortalecendo e realçando as características de historicidade e diversidade cultural que colocam este município como um lugar de atratividade turística e cultural no cenário nacional e internacional.

2.4 POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL

A política pública se caracteriza como um conceito abrangente, apresentando-se sob diferentes óticas conforme a área empregada e a problemática a ser estudada. Em Souza (2006) a política pública é um campo de estudo que apresenta diferentes concepções, dentre os quais a

visão mais aceita seria a de Laswell, que a define como um espaço de resposta a determinados questionamentos, constituindo-se como uma ferramenta de análise e de decisões.

Para Lima (2018, p. 37) “política pública se legitima a partir do enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida”. Secchi (2011, p.18) sustenta que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas podem ser entendidas como o posicionamento, ativo ou passivo, ao enfrentar os problemas relevantes nas diferentes áreas e setores da esfera pública. “De forma mais ativamente relevante são os processos políticos aplicados pelos agentes públicos e formalmente expressos, sendo traduzidos em programas de ação governamental, editais, regulamentos, leis, ordens e medidas regulatórias, dentre outros.” (Vitória, 2021 p.17)

A literatura sobre a política pública destaca a presença de duas escolas de pensamento: a estadista ou estadocêntrica e a multicêntrica. Conforme Secchi (2011) existem diferenças entre as duas abordagens. Na primeira (*Statecentered-policy-making*) o Estado seria o protagonista na proposição das políticas públicas, sendo este o agente capaz de minimizar as distorções e gerar efeitos positivos sobre a coletividade. Já a segunda escola considera que outros atores da sociedade como empresas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e o Estado podem atuar como agentes responsáveis na construção das políticas públicas, abrindo espaço para uma ideia colaborativa entre os atores.

Em relação à classificação a política pública, ela pode diferir conforme o tipo de arena e os atores envolvidos em determinada ação. Souza (2006, p.9) ao citar os escritos de Lowi, delimita que “cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas”. As políticas públicas apresentam diferentes formas de expressão podendo se apresentar no campo social, educacional, econômico, cultural, entre outros. Sendo que, no caso do estudo aqui empreendido, o foco são as políticas públicas culturais.

Historicamente, as políticas culturais para os países ocidentais apresentam como período de fundação os idos da década de 1930 a 1970. Segundo Rubim (2012), ao citar Xan M. Bouzadas Fernandez, tem-se que três fatos marcam este processo. E são basicamente “as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola nos anos trinta do século passado;

a instituição do Arts Council na Inglaterra na década de quarenta e a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959” (Rubim, 2012, p.2).

Ainda em Rubim (2012, p.2) “a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, com André Malraux em sua direção, pode ser tomada como momento de fundação das políticas culturais, pelo menos no ocidente”. Já que, a partir deste, foram criados outros modelos de políticas culturais que são seguidos até os dias atuais por diversos países.

Desta forma, verifica-se que as discussões e debates na França, com a criação de um modelo na contemporaneidade, além das pautas levantadas de forma gradual pela Unesco em 1970, por meio de uma Conferência, em conjunto estabeleceram-se como um impulso para o avanço das políticas culturais. Sendo, que no primeiro momento “a atuação dos estados na atividade cultural e a participação ativa da população na cultura, enfatizando o ser humano como princípio e o fim do desenvolvimento”. (Rubim, 2012, p.20).

É preciso salientar que, desde 1967, a Unesco, se preocupou em cunhar um conceito de política cultural, o qual foi amplamente utilizado nas conferências, eventos e outros espaços de promoção de debates durante os anos 1970.

A definição da conferência da UNESCO Mônaco definiu a política cultural como o conjunto de princípios operacionais, práticas sociais conscientes e deliberadas e procedimentos de gestão administrativa e orçamentária, intervenção ou não intervenção que deve servir de base para a ação do Estado visando a satisfação de determinadas necessidades através do uso otimizado dos recursos materiais e humanos disponíveis para a sociedade em um determinado momento. (Köster, 2007, p.49, tradução própria)

Na mesma linha, Calabre (2019) afirma que “Na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, mais conhecida como Mondiacult, realizada no México em 1982, produziu-se recomendações sobre questões como: identidade cultural, dimensão cultural do desenvolvimento, cultura e democracia, patrimônio cultural, entre outros” (Calabre, 2019, p.136). Pois, em meio aos efeitos gerados pelo fenômeno da globalização, as questões de identidade cultural, passaram a ocupar as pautas dos principais debates sobre a construção de políticas culturais e o desenvolvimento, na América Latina e em outras regiões do globo.

Reflexo dos efeitos protagonizados pelo fenômeno da globalização no século XX, que gerou um impacto de homogeneização cultural, com predominância de aspectos culturais de países que detinham a hegemonia no cenário político e econômico da época. O que, por sua vez, vai incitar nos países periféricos um interesse em buscar os aspectos identitários, bem como

valorizar e enaltecer a diversidade cultural presente em seus territórios, como forma de avançar no processo de desenvolvimento econômico.

Em 1998, durante “a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, outras e novas questões ganham relevância, tais como: a integralidade e transversalidade da cultura e da política cultural; a política cultural como dado central da política de desenvolvimento (sustentável) e o patrimônio imaterial/intangível”. (Rubim, 2012, p.20)

As diferentes conotações dadas à política cultural, devido aos aspectos do período político ou das questões prioritárias levantadas nos debates, criaram diversas formas de interpretações. E neste estudo está definido o interesse de apontar algumas definições para além da reportada pela Unesco. Em Coelho (1997, p.292) “a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento burocrático por elas responsável”.

Em Canclini (1987, p.26) verifica-se a tentativa de explicitar que as políticas culturais são:

[...] “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

Deste modo, é possível retomar a ideia de um desenvolvimento local, no qual as políticas culturais assumem o papel de normas e estratégias, dotadas de aparatos que integram a economia da cultura e criativa, visando sanar as problemáticas e gargalos existentes nos setores culturais, para que estes se estabeleçam como um caminho viável na promoção de um desenvolvimento estruturado, por meio de bases participativas e arraigadas nos traços simbólicos e culturais.

A política cultural visa atender as demandas dos segmentos produtivos artísticos e culturais, buscando mobilizar os atores para construir mecanismos capazes de solucionar as problemáticas existentes na produção, formação, fruição, divulgação e democratização do acesso da comunidade cultural. Ao adotar a visão antropológica do termo cultura e sua capacidade geradora de desenvolvimento, a política cultural expande os seus objetivos. “Nesse contexto, podemos entender por política pública de cultura como o apoio institucional para a criatividade estética que fornece uma ponte entre a arte e os modos de vida coletivos”. (Vitória, 2021, p.17).

Segundo Bayardo (2013, p.9) “As políticas culturais se referem a intervenções sistemáticas em cultura, que requerem princípios, normativas e formas organizacionais, que demandam orçamentos, infraestruturas e pessoal qualificado e envolvem certas rotinas específicas”.

Ressalta-se ainda que diferentes estudiosos, como Lima, Ortellado e Souza (2013), tentaram organizar os conhecimentos e classificar as políticas culturais, apontando a participação do Estado neste processo. Segundo estes autores, “a política cultural assume três fases: formação da identidade e preservação do patrimônio, intervenção e regulação econômica e na produção e difusão cultural”. (Vitória, 2021, p.18). As políticas culturais tradicionalmente apresentam características que se complementam ao longo dos anos, podendo se adequar às diferentes condições de cada localidade.

Em relação à participação do Estado no processo de formulação das políticas, destaca-se que este, em suas três instâncias, pode ser o órgão provedor das políticas culturais na esfera a que se refere (municipal, estadual e federal), garantindo a preservação, produção, distribuição e principalmente a democratização do acesso à cultura aos diferentes grupos sociais. E no caso do Brasil, “O acesso à cultura é um direito fundamental de segunda geração, previsto no art. 215 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2022), o que incita a prática de posturas positivas por parte do Estado em prol de sua efetivação e universalização.” (Natarelli, 2012, p.50). Todavia, Rubim *et al.* (2000 apud Bayardo 2013, p.9) aponta que,

Em tempos mais recentes, as políticas culturais passaram a ser entendidas como políticas públicas, ou seja, não somente oficiais dos Estados, como também de intervenção de diversos agentes do mercado e da sociedade civil e cifradas em suas inter-relações, debates e acordos sobre as ações que são empreendidas.

Em Calabre (2009, p.11) “Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade”. Segundo a autora, é visível o avanço que vem acontecendo nos últimos anos com a intensificação da participação da sociedade civil nos processos de construções das políticas públicas culturais. E, reforça a necessidade de criar mecanismos de longo prazo no estabelecimento da manutenção das práticas estabelecidas, sem a destituição de programas, entidades e outros órgãos, devido a mudanças de gestão ou na condução político partidária de uma localidade. Sendo assim, os marcos regulatórios se constituem em uma importante

ferramenta neste processo, assegurando a perpetuidade dos principais instrumentos de política pública no campo da cultura.

Na Constituição Federal brasileira de 1988, marco da democracia brasileira, a garantia dos direitos culturais aparece destacada em dois artigos – 215 e 216 – e a partir desta elevou-se a autonomia dos estados e municípios, aumentando o papel destas unidades federativas na ordenação de ações e políticas voltadas a cultura em âmbito local (Calabre, 2009 apud Teixeira, 2020, p.2).

Todavia, destaca-se que existem grandes desafios na dinamização das políticas culturais em territórios brasileiros, sendo que mesmo percebendo avanços ao longo dos anos em termos de estabelecimento das políticas, ainda é preciso enfrentar a problemática das desigualdades que se apresentam no campo cultural. Vitória (2021) reforça que, por meio das ideias delimitadas pelo estudioso Mangsete, as políticas culturais estão falhando em alcançar seu propósito de atender aos anseios da classe cultural, abrindo espaço para que políticas neoliberais se estabeleçam e aprofundem ainda mais a relação de disparidades.

Em síntese, este capítulo buscou estabelecer uma breve conceituação dos principais termos presentes nesta pesquisa, e podem-se destacar os aspectos característicos e as abordagens teóricas presentes em algumas correntes do pensamento. Em um primeiro momento, delimitou-se uma análise sobre a economia da cultura e, na sequência, a economia criativa. Foi possível perceber que esta última é uma área relativamente nova que guarda em sua essência a criatividade, a inovação e as atividades culturais como insumos para produção de bens e serviços criativos. Já a economia da cultura é voltada ao estudo das problemáticas estabelecidas na produção e mercado cultural, além da necessidade de implementação de políticas públicas culturais. Esta última, por sua vez, compreende como os agentes se organizam politicamente para solucionar as limitações presentes no setor cultural. E quanto ao conceito de desenvolvimento local, tem-se que foi realizada uma breve exposição sobre as discussões em volta do termo desenvolvimento econômico e sua distinção quanto ao crescimento econômico, até chegar ao termo de interesse o desenvolvimento local e suas especificidades.

3 AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA

Neste capítulo realiza-se uma investigação sobre as políticas culturais implementadas no município de Cachoeira-BA, *locus* de interesse deste trabalho. E para facilitar as compreensões acerca deste, apresenta-se inicialmente um breve histórico de formação deste território. E na sequência identificam-se as principais políticas públicas culturais implantadas entre o período de 2005 a 2015, como estratégia de promoção do desenvolvimento local no município. Além de realizar um mapeamento dos setores culturais e criativos, presentes nesta localidade, de modo a garantir um melhor dimensionamento das estruturas culturais e criativas presentes em Cachoeira.

3.1 A CIDADE HEROICA E MONUMENTO NACIONAL: CACHOEIRA-BA

O município de Cachoeira,⁶ situa-se à margem esquerda do rio Paraguaçu e fica a 110 km da capital Salvador, no estado da Bahia, que possui uma extensão territorial de 394,894 Km². A sua descoberta se deu em 1511, mas o seu processo de povoamento pelas expedições de Martim Afonso e Paulo Dias Adorno ocorreu apenas nos idos de 1531. Sendo então fundada a freguesia que posteriormente, em 1568, recebeu o título de “Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira”, por decreto do 32º Governador e Capitão Geral do Brasil D. João de Lancastro.

A vila se destacou economicamente, através da fundação dos primeiros engenhos de açúcar durante o período colonial. Além disso, outros fatores, como a posição estratégica e os aspectos naturais “o rio navegável e o solo bom para o plantio de algumas culturas (Cana-de-açúcar, fumo, farinha e algodão), fez com que o município ganhasse relevância econômica e prestígio social em âmbito nacional, constituindo-se como sede administrativa do Recôncavo Baiano”. (Cintra, 2019, p. 54). É importante ressaltar que em 1789, despontava a produção do fumo na região, sendo o principal produto da pauta de exportação da Bahia.

A vila foi elevada à categoria de cidade em 13 de março de 1837, recebendo o título de “Cidade Heroica”, devido a sua participação nas lutas pela Independência do Brasil em 1822. E nos dias atuais, em um ato simbólico no dia 25 de junho, ocorre a transferência da capital do estado

⁶ O nome Cachoeira é devido à grande queda d’água projetada nos limites do Rio Paraguaçu.

da Bahia para o município, em honraria a sua representatividade nas lutas que se estabeleceram no então período. Em Fernandes e Oliveira (2005, p.4) verifica-se que:

Devido a sua importância político-econômica, Cachoeira teve destaque nas lutas pela Proclamação da Independência do Brasil, ao dominar um navio da armada portuguesa, em 25 de junho de 1822, transformando a cidade num dos principais pontos de resistência. Em 13 de março de 1837, Cachoeira é elevada à categoria de Município pela Lei Provincial n.º 43, também recebendo o título de ‘Cidade Heroica’.

O poder econômico e político se expressava tanto nas suas extensões territoriais, na qual contava com 30 (trinta) povoados, e que posteriormente se desmembraram, formando o mesmo quantitativo de municípios baianos, quanto pela elite e burguesia presentes na região. O município também recebeu fortes investimentos por parte do governo português com a instalação de edificação e construções (de ferrovias, fábricas, sobrados, portos e companhias marítimas), em destaque a Ponte D. Pedro II e a estação ferroviária.

Ressalta-se que no século XIX, houve a implementação da navegação a vapor no Brasil, de companhias marítimas e de ferrovias que se constituíram como aspectos inovadores para o período, e que promoveu maior dinamismo às produções da cana-de-açúcar e do fumo. Observa-se também a atração de investidores externos e nacionais, que fundaram as indústrias fumageiras, Suerdieck (de origem alemã) e a Leite & Alves (brasileira). E apesar do volume de exportações da manufatura do fumo com a confecção de charutos, em fins do século XIX, o setor fumageiro começa a dar sinais de perda de força, devido à crise oriunda de fatores como a comercialização do cigarro e os efeitos da II Guerra Mundial.

A tradicional cultura do fumo no Recôncavo ocupa lugar de destaque na economia da Bahia até o final da Segunda Guerra Mundial quando mantinha a primazia da produção nacional. O declínio da produção nesse período se deu pela influência que os americanos exerceram nos hábitos dos fumantes em todo o mundo, que no Brasil induziu os fumantes a trocar os charutos pelo cigarro. (Santos, 2004, p. 61)

Atrelados a esta crise no setor, outros fatores atuaram como agravantes da situação socioeconômica de Cachoeira, dentre os quais podemos citar, primariamente, a modernização dos meios de transportes, com a construção das rodovias, provocando substituição da navegação a vapor ou do uso da estação ferroviária pelo transporte direto nas estradas construídas, que passaram a estabelecer uma ligação direta com a capital.

Além disso, outros elementos foram responsáveis pelo cenário decadente percebido pelo município, como o processo de industrialização da Bahia na década de 1950, a instalação da Petrobras no Recôncavo e problemas ambientais como o assoreamento do Rio Paraguaçu, devido à construção da Barragem Pedro do Cavalo e à instalação da Usina Hidrelétrica que hoje abastece 60% da região metropolitana de Salvador.

Em síntese, o conjunto das transformações econômicas e sociais apresentadas no século XX se constituíram como responsáveis pela situação de estagnação econômica do município, conferindo a sua população resultados desfavoráveis, com perda de postos de trabalho, elevação da pobreza na região e a constante migração da sua população para os grandes centros. Fernandes e Oliveira (2005, p.10) delimitaram que, “com o declínio econômico, a cidade perdeu importância como centro de influência migratória ao mesmo tempo em que sua população começa a migrar para as cidades economicamente ativas – Salvador, Feira de Santana, Candeias, Camaçari, entre outras.”

Perante os fatos elencados, quais as perspectivas para a cidade de Cachoeira no século XXI? Existe algum caminho que possa promover a retomada do crescimento econômico e promoção do desenvolvimento local deste município? Em uma análise sobre o cenário e o potencial presente no município compreende-se que “em meio à estagnação econômica, havia apenas o patrimônio histórico-cultural e as tradicionais festas de Cachoeira para lembrar os longos anos de glória e efervescência” (Martins; Martins, 2020, p.705). Sendo que, estas características culturais e históricas reforçam sua posição de destaque entre os municípios do Recôncavo Baiano, o que por sua vez, se concretiza com as investidas lançadas pelo Governo do estado da Bahia, com intentos de promover o turismo no litoral baiano como forma de diversificar a produção no estado, incluindo no circuito os territórios que se encontravam estagnados e que apresentavam uma predisposição às atividades turísticas.

As investidas governamentais no âmbito estadual para a potencialização do fluxo turístico em Cachoeira desdobravam-se ainda nas ações promovidas pela Bahiatursa, iniciadas na década de 1970 e impulsionadas com a formulação do Plano de Turismo do Recôncavo (PTR) em 1971, que destinava ênfase especial para Cachoeira. (Rodrigues, 2009, p.8)

Com o seu grande arsenal arquitetônico, suas festas populares, manifestações culturais e artísticas, além de organizações seculares como a Irmandade da Boa Morte, Irmandade de Nossa

Senhora D`Ajuda e outras, o município se apresenta como um importante reduto para o desenvolvimento de atividades turísticas. Em 1971, o município foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), "por causa da sua arquitetura em estilo predominantemente barroco que reúne o segundo maior acervo arquitetônico do Estado da Bahia. Seu casario, igrejas e prédios históricos preservam a imagem do Brasil Império". (Fernandes; Oliveira, 2012, p.4). Segundo as informações do IPHAN (2014), o conjunto arquitetônico presente em Cachoeira, abarca 670 edificações erguidas durante os séculos XVIII e XIX, além de prédios e sobrados do século XVII.

Dentre os monumentos, imóveis, e espaços públicos tombados estão: Igrejas do Rosarinho e Cemitério dos Pretos; Conjunto do Carmo; Capela Nossa Senhora D`Ajuda, Nossa Senhora do Monte, Matriz de Nossa Senhora do Rosário; imóveis nas ruas Benjamin Constant - antigo Arquivo Público Municipal (nº 17), Ana Nery (n.º 02 e 25), Sete de Setembro (nº 34), 13 de Maio (nº 13); a Fundação Hansen, Cine Teatro Cachoeirano e outros prédios.

Este processo de tombamento se estabeleceu como uma das primeiras políticas culturais, no sentido de preservação das memórias e salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais do município. Na próxima seção realiza-se um dimensionamento da trajetória das políticas culturais dentro do limite temporal estabelecido no estudo, de 2005 a 2015, buscando analisar os efeitos protagonizados.

Arelado a isto, destaca-se uma revisão sobre a política cultural do Brasil, demonstrando seu entrelaçamento com a conjuntura de Cachoeira, a fim de verificar as contribuições e instâncias destas políticas para a promoção do desenvolvimento local, com a consequente superação da situação de estagnação do município.

3.2 AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CACHOEIRA-BA (2005 A 2015)

Inicialmente é necessário explicitar que as políticas culturais desempenham um papel crucial no processo de fomento ao desenvolvimento local, conforme enfatizado no capítulo anterior. Além disso, no Brasil, apenas durante os mandatos dos presidentes Lula da Silva (2003-2010) e Dilma (2011-2016) é que se pode constatar uma transformação significativa, caracterizada por avanços nas estruturas e na condução da cadeia produtiva cultural do país.

Naquele período, emergiu uma percepção mais aguçada do potencial econômico e social da cultura, evidenciada pelo aumento do diálogo, por meio de conferências, seminários, e pela instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecido pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Verificando-se assim o abandono dos moldes tradicionalista, elitista e concentrador da produção cultural, passando para um modelo que demonstra uma maior democratização cultural e apoio à diversidade, com conseqüente promoção ao desenvolvimento local. Observa-se ainda, que neste período houve um maior fortalecimento do Ministério da Cultura (MINC), que passou a incentivar atividades criativas e culturais no país, com autonomia dos municípios através da instalação dos Sistemas municipais de cultura (SMC), o que, por sua vez, garantiu uma ampla participação dos agentes culturais, da sociedade civil e das universidades na construção das políticas culturais.

Todavia, é preciso realizar uma análise sobre a trajetória de implementação das políticas culturais no Brasil, para que se possa compreender especificamente como se deu o processo de instituição dessas políticas em Cachoeira. Pois nem todas as medidas resultaram em conquistas ao setor cultural ao longo dos anos. “A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios. (Rubim, 2007, p.11)

Nesse contexto, as políticas culturais no Brasil delineiam momentos específicos para Cachoeira. E busca-se abordar, aqui, o panorama histórico da política cultural em âmbito nacional e suas implicações a nível local. De início, destaca-se o caráter nacionalista das políticas públicas culturais durante a Era Vargas (1930-1945). Nesse período, foram implementadas diversas políticas culturais, com a criação de órgãos e entidades destinados a fortalecer o segmento cultural no país, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). E dentre estes se destaca o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que demonstrou grande relevância e influência na condução das políticas culturais no período. Este “Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial”. (Rubim, 2007, p.17)

Cumprer ressaltar que, no período supracitado, o foco esteve em políticas de preservação do patrimônio material nacional, através do SPHAN, que promoveu a revitalização de cidades históricas brasileiras, através da restauração do patrimônio material, salvaguardando elementos históricos do país. O município de Cachoeira, que estava em situação de estagnação econômica, foi uma das cidades históricas beneficiadas devido ao seu grande acervo arquitetônico e paisagístico. “No ano de 1938, o Staff do SPHAN efetuava estudos técnicos em Cachoeira, que resultaria, posteriormente, nos tombamentos de imóveis isolados entre os anos de 1938 e 1943.” (Freitas Neto, 2018, p. 55). Sendo possível sugerir que esta é uma das primeiras investidas do governo federal na implementação de uma política cultural no município.

Na sequência, com a vigência do período que compreende a ditadura militar (1964 -1985) observa-se uma manutenção das práticas de preservação do patrimônio, além da realização de alguns avanços e desmontes na área da cultura, em um contexto político marcado pela censura e repressão. Em 1966, foram criados o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional de Cinema (INC) e em 1969 a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME). Além disso, de 1970 a 1978, promoveu-se a transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), houve o lançamento do programa de Cidades Históricas (PCH), do Plano de Ação Cultural (PAC) e criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória).

Ressalta-se que, como resultado do cenário desenhado pela condução das políticas culturais no período da ditadura militar, o município de Cachoeira será tombado, especificamente, em 13 de fevereiro de 1971, pelo IPHAN como Cidade Monumento Nacional. Conforme aponta Freitas Neto (2018, p. 55):

[...] sob a égide do governo do então presidente Emílio Garrastazu Médici, sancionou-se, por meio do decreto 68.045, a elevação da área urbana de Cachoeira a Monumento Nacional por meio de seu registro nos Livros do Tombo, o qual orienta ainda medidas que encaminham para a valorização e desenvolvimento da cidade.

Além disso, no mesmo período, em âmbito estadual, durante a gestão do governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM) foi empenhada uma ação estratégica que visava difundir práticas de Turismo na região do Recôncavo Baiano, tomando como potencial os aspectos

característicos, culturais, patrimoniais, naturais e históricos, como fatores relevantes para ampliar os investimentos sobre a localidade e promoção do desenvolvimento econômico.

O rico patrimônio cultural de Cachoeira estimulou as investidas do governo do Estado em potencializar o fluxo turístico da cidade. Além das ações providas pelo PCH diversas foram as ações promovidas pela Bahiatura (Empresa de Turismo da Bahia). O Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), em 1971, destinava bastante atenção a Cachoeira. O desenvolvimento das atividades turísticas foi uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico adotado no governo de Antônio Carlos Magalhães no Estado da Bahia. Além de Salvador, as cidades do Recôncavo Baiano foram foco de estratégias políticas e econômicas para o desenvolvimento do turismo cultural ao utilizar marcas sedutoras da cultura e imagens dos espaços da cidade como álibi. (Celestino, 2014, p.147).

Foram executadas ações com intentos de desenvolvimento do turismo associado ao patrimônio, como mecanismos de propagação de atividades econômicas sobre a região. E devido aos atributos que a localidade possuía, os olhares se voltaram ao município e a sua produção cultural. Conforme aponta Bittencourt (2011), é possível traçar uma ligação na relação que se estabelece entre o consumo cultural e o patrimônio como algo estratégico na promoção do turismo em cidades históricas.

“É importante observar que a cidade se tornou, ela própria, informação comercializável, uma vez que o patrimônio, de certa forma, é informação constituindo-se assim num ambiente a ser consumido. Dessa forma, o patrimônio em sua origem é um bem a ser consumido” (Bittencourt, 2011, p.66).

Em Choay (2006 apud Bittencourt, 2011, p.67) “A utilização do patrimônio como produto para consumo coloca aquilo que deveria ser valor de uso, dada a representação simbólica a qual se propõe, como objeto de valor de troca, um espetáculo, uma “alegoria”. E com base neste pensamento, observam-se em Cachoeira iniciativas que foram impostas pelo governo estadual para promover a espetacularização de festividades locais, e usufruto do cenário paisagístico patrimonial como formas de geração de renda e emprego na região do Recôncavo baiano.

Arelado a isto, observou-se que, dentre os focos do programa de turismo, se tinha o interesse nas festividades locais, sendo que, em 1972, a Bahiatura⁷ promoveu intentos de espetacularização de uma das maiores festas do município: a Festa do São João. Destaca-se que

⁷ A Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatura) ou antiga Empresa de Turismo da Bahia S.A é um órgão governamental responsável pela articulação e implementação de políticas públicas de fortalecimento do turismo na Bahia.

houve uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Cachoeira, a Secretaria de Cultura e Turismo e patrocinadores que auxiliaram na transformação deste evento, capaz de atrair milhares de turistas para o município. Este resultado alcançado provocou um avanço contínuo de turistificação em Cachoeira, incluindo outras festas.

No âmbito federal, observa-se que, em 1985, inicia-se um processo de redemocratização no país e um ajuste na condução da política econômica. Neste momento da história brasileira, cria-se o Ministério da Cultura (1985) e a Lei Sarney (1986).

A Lei Sarney foi concebida em um momento de fragilidade institucional na área da cultura, com alguns desmontes. E ainda, de modo confuso, o governo estava criando diversos órgãos para a cultura, a exemplo do próprio ministério e de outros organismos, tais como: Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987) e Fundação Palmares (1988). (Rubim, 2007, p.24)

E sobre a lei de incentivo, delimita-se que esta se constituiu como uma forma do Estado transferir ao mercado o poder de decisão ao destacar os segmentos culturais que seriam ou não impulsionados. Antecipa-se, portanto, os pensamentos do neoliberalismo no campo da cultura, ou seja, através de um sistema de renúncia fiscal, o Estado continua sendo o investidor das ações, mas deixa-se a cargo das empresas delimitar os setores e produções que serão financiados, de modo que estes projetos culturais devem dialogar com os interesses de visibilidade da empresa patrocinadora. Ressalta-se que este regimento recebeu inúmeras críticas e, segundo Rubim (2007, p.25), posteriormente, “a Lei Sarney foi extinta, mas deu origem a outra lei de incentivo, a Lei Rouanet, segundo Secretário da Cultura do governo Collor. Tal legislação é vigente até hoje, depois de duas reformas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula (ainda em curso)”.

Além disso, esse momento na política cultural é caracterizado por uma mobilização de cidadãos, governantes, classe operária e artistas em prol da promulgação da Constituição Federal de 1988, representando um marco no processo de redemocratização do país. No entanto, é crucial destacar que apesar dos propósitos estabelecidos na Constituição de 1988, os quais garantiam o direito à cultura para os cidadãos, ocorreram neste mesmo período desmontes no governo, do então presidente Fernando Collor de Mello, que, por meio da Lei nº 8.029, extinguiu todos os órgãos culturais de uma só vez. Sendo que, em 23 de dezembro de 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecido popularmente como Lei Rouanet.

Em meio a este cenário desenhado pelas políticas culturais, bem como suas transformações, tem-se que, no nível estadual:

Entre as décadas de 80 e 90, com a permanência do grupo político Carlista no Governo Estadual por 16 anos consecutivos, vigorou na Bahia a associação explícita entre turismo e cultura, assim os projetos desenvolvidos visavam valorizar a cultura baiana não apenas pelo seu caráter simbólico e social, mas, essencialmente, pela potencialidade da dimensão econômica. (Rodrigues, 2009, p.6)

A iniciativa de promoção turística por meio das festividades e manifestações culturais, se estabeleceu como algo necessário à localidade, se constituindo como um avanço para o desenvolvimento da região. E partindo deste pressuposto, as manifestações locais em Cachoeira, se tornaram alvo das ações do governo do estado, com destaque, no segundo momento, para a Irmandade da Boa Morte, que enfrentava sérias dificuldades financeiras e de manutenção das suas práticas. Esta instituição cultural foi incluída nas propostas do Bahiatursa, devido a sua capacidade de fomentar o turismo internacional na região.

Em 2007, percebendo este potencial, foi estabelecido um programa de fortalecimento do Turismo Étnico na Bahia, e a Irmandade da Boa Morte, uma instituição que completou 202 anos de existência em 2022, passa a ocupar um papel estratégico neste processo, atraindo turistas internacionais e nacionais para Cachoeira. Destaca-se também a importância das práticas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, com as festividades (Festa da Ostra) e a comercialização de produtos naturais e outros (figura 3). “Neste ramo do turismo étnico ganha destaque em Cachoeira os roteiros turísticos programados como a “Rota da Liberdade”⁸ formado por representantes das comunidades remanescentes de quilombolas no entorno da Baía do Iguape” (Celestino, 2014, p. 15.)

⁸ [...] “Rota da Liberdade” tem como premissa que os afrodescendentes sejam os próprios gestores do turismo étnico, numa espécie de economia solidária, dividindo os ganhos e visando à promoção da autonomia socioeconômica. A “Rota da Liberdade” conta atualmente com cinco roteiros turísticos, com o tempo de duração variando de duas a cinco horas de passeios de barco, visitas a antigos engenhos, à comunidade quilombola, à feitura do azeite de dendê, da farinha, conhecimento de ervas medicinais, além do contato com dança afro, capoeira, dentre outros (Bittencourt, 2011, p. 123).

Figura 3 –Turismo Étnico da Bahia- Rota da Liberdade



Fonte: Jornal O Correio (2022).



Fonte: Acervo de Jomar Lima (2022).

Segundo Rodrigues (2010) os esforços federais e estaduais nas décadas de 1970 e 1980, de promover o turismo em Cachoeira, não destacou os retornos esperados em termos de crescimento econômico. E como agravante da situação tem-se que “[...]na década de 1990, com a emergência dos governos neoliberais, não ocorreu a continuidade dos investimentos públicos e/ou privados na recuperação ou conservação do patrimônio local”. (Rodrigues, 2010, p.11)

Nota-se em Celestino (2014, p. 197) que “[...] o turismo não pode ser a única solução, pois não resolverá todos os problemas sozinho. É necessário buscar alternativas econômicas para que estas cidades não foquem apenas em uma alternativa como vetor principal”. Esta reflexão se faz necessária na medida em que ao observar o setor turístico em Cachoeira, este apresenta alguns gargalos na sua infraestrutura.

Apesar da sua potencialidade a atividade turística em Cachoeira é avaliada como de curta duração, reflexo da pouca distância com a capital do Estado. Constituem também outras fragilidades da atividade turística em Cachoeira: a reduzida estrutura turística local, escassez de recursos lançados ao patrimônio, reduzida preocupação da gestão local com o patrimônio cultural, dependência da municipalidade nos repasses governamentais, ameaças ao conjunto arquitetônico por razões sociais, econômicas e ambientais que acabam limitando o seu uso e pode provocar arruinamento, ausência de pesquisas que possam planejar as atividades turísticas (Celestino, 2014, p. 156).

Até o presente momento observa-se que o desenho das políticas públicas circunscrita ao município de Cachoeira, em âmbito federal e estadual, é dado no primeiro momento de forma totalmente passiva, sem qualquer interferência do município e seus gestores, agentes e coletivos culturais sobre as proposições de políticas públicas culturais que são predefinidas numa lógica

pensada de fora para dentro. E, com foco incessante na promoção do turismo na região, mesmo diante das limitações imposta, o estado vai continuar desenvolvendo ações em Cachoeira, por meio de outros planos e programas, que tiveram como resultado a construção do terminal rodoviário pela Prefeitura Municipal; o início da recuperação da estrutura da Ponte D. Pedro II pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A11 e as ações do Programa Monumenta.

As investidas do programa Monumenta, no ano de 2002, trouxe uma nova dinâmica ao município, com a reforma e preservação de importantes espaços que na atualidade servem as demandas da população local, como o Quarteirão Leite Alves (antiga fábrica de charuto), sede da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e o Cinema da Glória, que hoje se chama Cine Teatro Cachoeirano, dentre outros imóveis. Porém, mantém-se aqui a mesma forma de pensamento sob a égide de um projeto pensado por órgãos externos e com pouca ou nenhuma participação da população nas decisões da execução do programa.

Em 2004, o Governo do Estado, mantendo suas investidas no setor turístico na região do Recôncavo baiano, criou em parceria com o Banco Nordeste o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR).

[...] Cachoeira e alguns outros municípios do Recôncavo passam a compor o rol dos beneficiados com a aplicação de investimentos para estruturação do setor turístico. Um dos requisitos para firmamento do convênio constituía-se na elaboração prévia de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), abrangendo a zona turística contemplada e a ser adotado como um planejamento referência para atuação dos órgãos de turismo e a integração com outras áreas como infraestrutura, educação, segurança pública (Rodrigues, 2010, p. 11).

Segundo Rodrigues (2010) apesar das medidas lançadas para o fortalecimento do turismo e da cultura, percebeu-se que as manifestações culturais não foram devidamente apoiadas ao longo deste processo, apresentando dificuldades quanto ao financiamento e captação de recursos via leis de incentivo à cultura estaduais e federais, o Fazcultura e a Lei Rouanet respectivamente. Observa-se que os bens imateriais, que até o momento haviam ficado de fora das políticas públicas culturais em Cachoeira, só terão maior destaque na gestão do então ministro da cultura Gilberto Gil, quando se percebe uma mudança na condução das políticas culturais, pensando no fortalecimento das manifestações culturais e a diversidade presente nas localidades.

É importante destacar que, em 2004, o IPHAN reconheceu o Samba de Roda do Recôncavo Baiano como Patrimônio Cultural Imaterial, além da Unesco que, em 2005 concedeu

o título de Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Todavia, isto não foi um fator capaz de auxiliar na valorização e manutenção das atividades dos grupos de samba de roda, presentes no município de Cachoeira, circunscrevendo uma realidade de informalidade e precariedade nas relações contratuais e trabalhistas.

Diante das informações obtidas, ficou evidente que o panorama das políticas culturais de forma a promover a democratização cultural com a preservação da sua imaterialidade e manifestações culturais com maior participação ativa da população vai ocorrer apenas no período do governo de Lula. O que, por sua vez, vai demandar maior autonomia dos municípios. Em Cachoeira, verificaram-se mudanças estruturais nos órgãos públicos com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo em 2005, e desligamentos dos assuntos culturais da antiga Secretaria de Educação, Cultura e Desportos.

A partir daí, novos caminhos e diálogos são criados para promover as manifestações culturais de Cachoeira, mesmo com os problemas de ordem orçamentária. Destaca-se que ao longo dos anos, ocorreram aumentos no orçamento da cultura, e, em 2015, para investir nas atividades turísticas e culturais, o valor disponibilizado girava em torno de R\$ 3.125.000 (três milhões), de acordo com os dados da LOA (Lei Orçamentária Anual) do município de 2015 (figura 4).

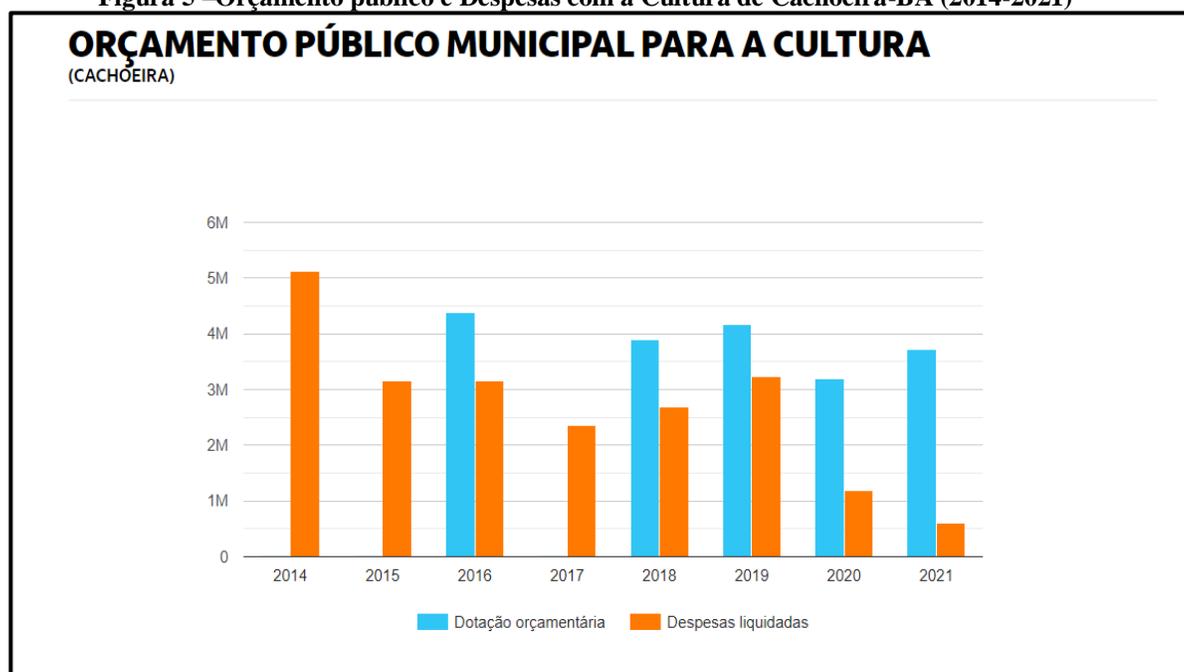
Figura 4 – Lei Orçamentária Anual (LOA) de Cachoeira, 2015

II – POR FUNÇÃO			
DISCRIMINAÇÃO	FISCAL R\$	SEGURIDADE SOCIAL R\$	TOTAL R\$
LEGISLATIVA	2.256.755,00	0,00	2.256.755,00
JUDICIÁRIA	130.615,00	0,00	130.615,00
ADMINISTRAÇÃO	5.463.474,00	0,00	5.463.474,00
SEGURANÇA PÚBLICA	29.000,00	0,00	29.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.119.492,00	2.119.492,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	303.957,00	0,00	303.957,00
SAÚDE	0,00	12.334.950,00	12.334.950,00
TRABALHO	25.000,00	0,00	25.000,00
EDUCAÇÃO	25.258.367,00	0,00	25.258.367,00
CULTURA	3.125.204,00	0,00	3.125.204,00
DIREITOS DA CIDADANIA	49.618,00	0,00	49.618,00
URBANISMO	6.434.463,00	0,00	6.434.463,00
SANEAMENTO	126.934,00	0,00	126.934,00
GESTÃO AMBIENTAL	106.479,00	0,00	106.479,00
AGRICULTURA	794.948,00	0,00	794.948,00
INDÚSTRIA	15.000,00	0,00	15.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.786,00	0,00	20.786,00
ENERGIA	1.070.848,00	0,00	1.070.848,00
TRANSPORTE	626.174,00	0,00	626.174,00
DESPORTO E LAZER	719.991,00	0,00	719.991,00
ENCARGOS ESPECIAIS	435.000,00	0,00	435.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00
DESPESA TOTAL	47.092.613,00	14.454.442,00	61.547.055,00



Fonte: Cachoeira (2022).

Figura 5 –Orçamento público e Despesas com a Cultura de Cachoeira-BA (2014-2021)



De acordo com as informações apresentadas no gráfico 1, o orçamento público para a área cultural em 2016 verificou o maior aumento em termos da dotação orçamentária com R\$ 4.382.449,24 milhões e despesas liquidadas em R\$ 3.152.939,82 milhões. E no período pandêmico houve uma retração, sendo que em 2021 o valor alcançou a marca de R\$ 3.724.364,68 milhões, bem como as despesas líquidas que atingiram o valor de R\$ 606.699,00 mil.

3.2.1 O Programa Monumenta em Cachoeira- BA (2002-2012)

O Programa Monumenta foi uma política pública cultural federal implementada de 1999 até 2010, e se constituiu como um meio de proteção, preservação do patrimônio material e revitalização de centros históricos presentes nas cidades brasileiras, visando a promoção do desenvolvimento local. Este programa foi uma ação desenvolvida especialmente pelo MINC com o apoio do IPHAN, em parceria com o órgão financiador, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e para sua execução contou com a participação das gestões dos municípios, da Caixa Econômica Federal e com a criação dos Fundos de preservação em cada cidade contemplada.

A partir de 1990 o MinC e a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID deram início aos entendimentos para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país, com ênfase nos sítios e conjuntos urbanos. No ano seguinte, o IPHAN elabora a Carta-Consulta ao BID, aprovada em agosto. Em 1997, criou-se a Unidade 80 Central de Gerenciamento – UCG no MinC e se redefiniu a de que forma o IPHAN contribuiria com o programa (Freitas Neto, 2018, p. 79-80).

O programa carregava a proposta de manter viva a lembrança de pessoas, fatos ou lugares que expressam valor e significado histórico e cultural a uma determinada localidade. “Esse projeto tem origem nas políticas públicas destinadas ao campo cultural, viabilizadas pelo governo federal e pelo BID, através do qual se propôs investir valores consideráveis, com o intuito de revitalizar os centros históricos locais” (Freitas Neto, 2018, p.79). “Eram eles os investimentos integrados na área do projeto, o fortalecimento institucional, a promoção de atividades econômicas nas áreas de projeto, o treinamento de artífices e agentes locais de cultura e turismo e programas educativos sobre o patrimônio histórico”. (Giannecchini, 2021, p.266).

Este programa apresentou um interesse na promoção da sustentabilidade das ações, com a criação de mecanismos que viabilizassem a manutenção da prática de reformas dos imóveis privados com retroalimentação dos fundos de preservação para consequente reformas de outros prédios, favorecendo o processo dinâmico do turismo com geração de renda e salvaguardando o patrimônio material e imaterial presente nos municípios. Entende-se em Benhamou (2016, p. 5) que “Em inúmeras culturas o patrimônio material só tem valor em razão de sua dimensão imaterial”. Esta está atrelada aos elementos intangíveis presentes em um determinado monumento, delimitando o seu valor simbólico. Benhamou (2016, p.6) afirma que existe uma gama de valores atribuídos ao patrimônio, dentre eles destaca-se o estético, histórico, científico, de comunicação e simbólico.

Conforme ressalta Giannecchini (2021, p.267) “O desenho contido no contrato final, celebrado em 4 de dezembro de 1999, previu o investimento de U\$ 125 milhões por parte do banco, com contrapartida de 30% pelo governo federal e 20% pelos locais, a serem implementados em cinco anos.” E que os municípios deveriam apresentar algumas contrapartidas e capacidade de gestão dos recursos financeiros. Dentre as prerrogativas estabelecidas para serem contempladas, Giannecchini (2021) aponta que as cidades deveriam:

- a) possuir sítio arquitetônico tombado nos seus limites territoriais;
- b) elaborar projetos que visem a participação da comunidade local;
- c) o valor dos projetos tinha que estar abaixo de R\$ 1 milhão ou R\$ 8 milhões de reais;
- d) providenciar a criação do fundo municipal de preservação ao patrimônio;
- e) formação de um conselho gestor que auxilie na preservação do patrimônio material.

Neste ínterim, ressalta-se que, dentre as 26 cidades brasileiras, Cachoeira se configura como um município que obteve elevados investimentos, bem como apresentou maior eficácia e eficiência na implementação do projeto.

O Projeto de Cachoeira demonstrou sua eficiência ao atingir um alto índice de execução investindo pouco na manutenção da equipe, consumindo menos de 4,00% do valor total do Projeto. A eficácia também ficou demonstrada com o cumprimento dos objetivos pactuados inicialmente, executando 88,60% do total dos valores do componente de investimentos integrados, executando todas as obras públicas. O saldo remanescente é das ações de imóveis privados que não consumiram a totalidade de recursos disponíveis, por conta de problemas na hora das aprovações dos financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (Farias, 2018, p. 98).

Freitas Neto (2018) destaca que Cachoeira, pelos excelentes resultados no processo de implementação desta política, obteve ampliação dos recursos, com um acréscimo de 417,64%, atingindo um valor aproximadamente de R\$ 42 milhões. Observa-se que o projeto proposto em Cachoeira objetivava ser referência em preservação. Farias (2018, p.85) aponta que a administração pública tinha que alcançar quatro objetivos na execução do projeto em Cachoeira, que são:

- i. melhoria da qualidade de vida da comunidade que trabalha e/ou mora na área;
- ii. melhoria do acesso daqueles que queiram desfrutar dos bens culturais existentes;
- iii. estímulo à produção e a circulação de riquezas tangíveis e intangíveis naquela área;
- iv. auto sustentabilidade econômica principalmente, no que se diz respeito à manutenção do patrimônio histórico.

No âmbito da reforma dos imóveis, é possível delimitar que foram reformados tanto bens públicos quanto privados. Sendo que este último se apresentou em maior número, conforme as informações disponibilizadas pelo IPHAN. Em Cachoeira foram reformados 17 bens e o financiamento de 35 imóveis privados, totalizando um valor de R\$ 34,5 milhões de reais investidos pelo Monumenta.

Figura 6 –Lista de imóveis públicos/coletivos de Cachoeira que foram recuperados pelo Monumenta entre 2002 a 2012

IMÓVEL	VALOR (R\$)	CONCLUSÃO
Capela de Nossa Senhora da	R\$ 135.901,97	2002
Casa Natal de Ana Nery 183.251,67 2004	R\$ 183.251,67	2004
Casa de Câmara e Cadeia	R\$ 400.551,92	2004
Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos	R\$ 436.188,22	2006
Conjunto do Carmo (Ordem 1ª igreja e ordem 3ª, casa de oração)	R\$ 4.440.354,56	2006
Imóvel à Rua Benjamin Constant, nº 17	R\$ 258.157,68	2006
Casa Natal de Teixeira de Freitas	R\$ 278.504,91	2006
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	R\$ 1.553.745,40	2007
Imóvel à Rua Ana Nery, nº 02	R\$ 367.651,66	2007
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte	R\$ 1.001.123,42	2008
Imóvel na Rua Treze de Maio, nº 13 (Espaço Cultural)	R\$ 992.134,77	2008
Requalificação Urbana de Logradouros	R\$ 2.228.201,47	2008
Quarteirão Leite Alves	R\$ 7.961.587,05	2009
Imóvel na Praça Manoel Vitorino, nº 12 (Sede da Fund. Hansen)	R\$ 1.198.512,09	2010
Casa da Moeda, Rua Ana Nery, 25	R\$ 1.542.823,75	2012
CineTheatro Cachoeirano	R\$ 4.318.430,82	2012
Total	R\$ 27. 297.142,36	-

Fonte: Freitas Neto(2018, p. 85-86), (a partir IPAC/Monumenta/Acervo Particular de Jomar Lima).

Na figura 6, é possível verificar que na reforma dos imóveis públicos foram gastos um total de R\$ 27.297.142,36 milhões, sendo que, dentre os imóveis reformados de cunho público, destacam-se o Cine Teatro Cachoeiro e o Quarteirão Leite Alves. Este último prédio era uma fábrica tradicional de charutos, localizada em uma área privilegiada, próximo à região da orla e, após a reforma, passou a comportar o Centro de Humanidade e Letras (CAHL) da UFRB, instalada em 2002 no município.

Este centro de ensino tem provocado transformações na dinâmica cultural, econômica e social de Cachoeira, sendo que esta passou a ser reconhecida também como uma cidade universitária. Destaca-se que houve um aumento no fluxo de pessoas na cidade, devido à vinda de estudantes de diferentes partes do país, o que por sua vez reflete-se em efeitos sobre a economia local, com a geração de demandas nos setores de comércio e serviços. Além disso, verificou-se um impacto sobre os preços dos imóveis e no aluguel das casas da localidade.

Entretanto, é o financiamento da recuperação de edificações particulares com juros zerados e prazos longos que tem instalado, em alguns casos, um verdadeiro comércio de ruínas na cidade. Ou seja, a partir dessa vantagem os proprietários que têm o prazo de 20 anos para quitar o pagamento do financiamento a custo zero, obtém ganhos substanciais com a posterior venda do imóvel. No que se refere ao processo de financiamento dos imóveis privados, diagnosticou-se que, ao lançar o edital no ano de 2005, foram apresentadas 141 propostas pelos proprietários, das quais 35 unidades foram contempladas.

Uma boa porcentagem das propostas (17%) apresentou valores elevados, acima de R\$ 100 mil. Outra parcela (23%) ficou entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil. A maioria (37%) situou-se entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil. Apenas 23% dos valores propostos foram de até R\$ 20 mil. O menor valor apresentado foi de R\$ 3.500 mil e o maior, de R\$ 750 mil. Dos imóveis contratados, 71% são residenciais, 11% comerciais e 18% de uso misto. Entre os beneficiados, 57% declararam renda inferior a três salários mínimos. Segundo dados do IBGE (2000), o rendimento nominal médio mensal da população é de R\$ 301,15. (Iphan, 2001, p. 15)

Figura 7 –Relação dos imóveis privados que receberam recursos do Programa Monumenta

ID	PROPONENTE	ENDEREÇO	VALOR DO CONTRATO EM (R\$)	INÍCIO DO CONTRATO
01	Adalto dos Santos	Rua J.J. Seabra, 85.	30.000,00	23/10/2007
02	*Ademir Passos	Praça da Aclamação, 02.	343.647,84	02/05/2007
03	Amiran M. Cerqueira	Rua dos Remédios, 05.	27.500,00	22/11/2007
04	**Ana Lucia F.de Jesus	Rua J.J. Seabra, 105A.	23.733,60	22/12/2010
05	Antônio F. Santos	Rua dos Artistas, 23.	5.500,00	17/10/2007
06	Carlos A. Ferreira	Benjamim Constant, s/n.	37.599,23	24/09/2007
07	Cleydson Sá do Rosário	Rua Manoel Paulo Filho, 13.	19.512,00	22/11/2006
08	Dinorá Alves Souza	Rua Senhor dos Passos, 12.	26.500,00	28/08/2007
09	**Edna Cerqueira	Inocência Boaventura, 59	323.730,00	26/05/2010
10	Ednald T. da Silva	Travessa Tavares, 09.	19.218,94	17/12/2007
11	Edson S. Pereira 1	Prisco Paraíso, 02.	763.592,91	26/04/2007
12	Edson S. Pereira 2	Praça Maciel, 13.	158.547,74	26/04/2007
13	**Elba M. B. da Silva	Rua Lauro de Freitas, 58.	48.950,00	10/12/2010
14	Florisvaldo da Silva Jr.	Rodrigo Brandão, 84.	82.041,46	18/04/2008
15	Geraldo G. Freitas	Alberto Rabelo, 21.	10.000,48	25/07/2007

16	Iolanda P. Gomes	Rua 13 de maio, 39.	37.169,55	18/04/2008
17	Iraci M. S. Lafite	Travessa Tavares, 06.	13.531,16	08/02/2008
18	Joilson C. M. Cazaes	Lauro de Freitas, 45.	22.503,69	06/02/2009
19	José Carlos dos Santos	Rua 13 de maio, 46.	26.996,00	13/08/2007
20	Mabel P. S.de Santana	Rua, A.C.M, 19.	55.552,64	25/09/2007
21	Manoel Jesus G. Santos	Travessa Tavares, 05.	19.711,15	26/03/2008
22	Marcia M.ª R. Santos	Tv. Manoel Bastos, 08.	28.100,00	08/11/2007
23	M.ª Aparecida S. Santos	Rua Benjamim Constant, 03.	45.545,02	12/02/2007
24	**Maria Dayube Souza	R. Inocêncio Boaventura, 41	37.400,00	03/03/2010
25	M.ª de Lurdes R. Santos	Rua Manoel Bastos, 12.	7.700,00	30/10/2007
26	M.ª do Rosário L. Brito	Rua Pacheco Miranda, 07.	35.990,90	11/01/2008
27	**Maria M. R. Pereira	Praça Dr. Milton, 20	49.257,00	13/04/2010
28	Miriam B. dos Reis	Rua Augusto Públio, 04.	19.800,00	29/12/2008
29	Pedro R. Lapa Aragão	Rua Ana Nery, 09.	81.603,00	11/09/2007
30	Raílda M. Nascimento	Rua Rodrigo Brandão, 80.	66.000,00	17/07/2008
31	**Rita C. S.de Santana	Rua Comendador Assis, 15	33.374,00	29/11/2011
32	Roque Ferreira Pinto	Rua Rodrigo Brandão, 16.	49.117,74	28/11/2007
33	Rosalino B. dos Santos	Rua Sete de setembro, 18	50.000,00	12/02/2009
34	Rosana M.ª S. C. Silva	Travessa Tavares, 07.	19.742,94	17/12/2007
35	Rosângela B. de Souza	Rua Virgílio Damásio, 28.	25.986,12	09/11/2011
36	Servílio B. da Silva Nt.	Rua Virgílio Damásio, 50.	200.006,79	24/08/2007
37	Valter Santana Santos	Travessa Adrião, 11.	54.976,90	31/08/2007
38	**Zelia D. Nascimento	Rua 13 de maio, 31	40.232,56	27/09/2007

Fonte: (SIMÕES, 2013, p. 56). Adaptado pelo Autor.

Fonte: Freitas Neto (2018, p. 105).

Após a leitura do texto de Freitas Neto (2018), e corroborando com os dados apresentados por Simões (2017), verificou-se que, ao final de 2016, foram reformados 37 imóveis privados, sendo gastos R\$ 2.891.421,36. O valor total investido foi de R\$ 41.297.688,79 ao final do processo. Outros desdobramentos do programa Monumenta em Cachoeira consistem na inserção de cursos e capacitações para agentes do turismo, além da implementação em 2008 da educação patrimonial no ensino fundamental I e II. Rodrigues (2010, p.9) aponta que:

A Educação Patrimonial é um programa nacional desenvolvido pelo IPHAN como uma das vertentes de atuação do Monumenta, com o intuito de despertar nas comunidades das cidades tombadas a apropriação, conhecimento e valorização do patrimônio cultural, facilitando assim, a preservação dos bens tombados.

No escopo do programa se fez menção a criação de um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, de natureza contábil, instituído em 2001 e vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Cachoeira, 2001). Este fundo foi utilizado durante o Programa Monumenta para receber a verba direcionada à reforma dos imóveis públicos e privados tombados. E, após a finalização do programa, se tinha em caixa um valor de R\$ 5 milhões.

O Monumenta trouxe ainda esse fundo de preservação que hoje possui aproximadamente, R\$ 3.176.000,00 (três milhões, cento e setenta mil Reais). Esse fundo foi criado por orientação do Monumenta e viabilizado através da abertura de uma conta na Caixa Econômica Federal. Os pagamentos das parcelas de financiamento das reformas, que não possuem juros, é o que alimenta esse fundo. [...]. Na verdade, o fundo não tinha apenas R\$ 3 milhões, na verdade tinha R\$ 5 milhões. [...] (Freitas Neto, 2018, p. 119).

No geral este programa se constituiu como uma importante política pública para o município, na medida em que conferiu, às autoridades e à população local, meios de frear a situação de decadência e ruínas dos imóveis, com a proposição de poder melhorar as práticas do turismo na região. Ele também promoveu ações voltadas à educação patrimonial, reforçando a importância dos monumentos históricos. Todavia, deve-se ressaltar-se que, apesar dos aspectos positivos, estes mecanismos também levantaram alguns questionamentos quanto à reforma de imóveis privados, sendo uma discussão mantida até os dias atuais no Conselho de políticas culturais de Cachoeira, sobre o lançamento de um novo edital de reforma de imóveis, além da retroalimentação do fundo de preservação, com a cobrança do pagamento pelos proprietários inadimplentes.

3.2.2 O Sistema Municipal de Cultura de Cachoeira-BA

Durante o governo Lula, iniciaram-se os intentos pelo Ministério da cultura para a aprovação da Lei nº 12.343/2010 que regulamenta a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). No PNC, ficou estabelecido como meta que, até o ano de 2020, os estados em sua totalidade, e 60% dos municípios deveriam aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) com todas as estruturas cabíveis.

A implantação do SNC significa o fortalecimento da participação social por meio de conselhos e conferências. E, também, da gestão cultural por meio de estruturas e iniciativas que a qualificam: órgão gestor, plano, fundo, formação na área, sistema de informações e indicadores culturais e sistemas setoriais (Canedo; Costa, 2017, p. 29).

No artigo 216-A da Constituição brasileira instituiu-se o Sistema Nacional de Cultura (SNC), seus princípios e componentes. E entende-se que este sistema é dado pela construção de uma estrutura formada por órgãos interdependentes que cumprem, cada um, sua função no processo dinâmico de condução das diretrizes culturais estabelecidas pela política cultural do país, de modo que a ineficiência de um dos setores pode comprometer toda uma estrutura.

A Lei nº 12.343/2010 determina o SNC como principal articulador federativo do Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil. Para aderir ao Sistema, o representante legal do ente federado (governador ou prefeito) celebra o Acordo de Cooperação Federativa para desenvolvimento do SNC, [...] (Canedo; Costa, 2017, p. 35).

A estrutura dorsal do SNC é desenhada sobre a esfera municipal, competindo aos gestores públicos (prefeitos) se adequarem aos mecanismos necessários para adesão na esfera local. Desta forma, verifica-se que, assim como ocorre no nível estadual, os municípios devem assinar um Acordo de Cooperação Federativa que firma o compromisso em termos jurídicos de institucionalizar o Sistema Municipal de Cultura e seus elementos: órgão gestor, conselho, conferências, plano decenal, fundo, sistemas setoriais, sistema de informações e indicadores, programa de formação para a área da cultura.

Figura 8 –O Sistema Municipal de Cultura e seus órgãos



Fonte: Canedo e Costa (2017, p. 35).

Observa-se que, no âmbito do SNC existem órgãos que são obrigatórios. Todavia, há outros que são opcionais. Na figura acima os três componentes que se referem aos Sistemas Municipais setoriais de Cultura, Programa municipal de formação cultural e Sistema Municipal de Informações e Indicadores culturais são estruturas opcionais. O que, conseqüentemente, implica uma disfunção dentro do SMC, já que, dada a interdependência entre os órgãos, torna-se evidente que isto proporciona lacunas no processo de construção e desenvolvimento eficiente desta política cultural. Por exemplo, no caso de não implementação dos Sistemas de indicadores e informações culturais, isso implicaria em limitações no mapeamento, pesquisa e desenvolvimento das diversas atividades culturais e manifestações presentes em determinada localidade, inviabilizando um direcionamento eficaz nos planos, programa e projetos, pensados para solucionar problemáticas presentes na cadeia produtiva cultural.

Concomitantemente, a isto se ressalta que foi estabelecido intento de solucionar esta situação em âmbito nacional com a criação, em 2004, do SIIC (Sistema de Informações e Indicadores Culturais), através de um convênio estabelecido com o IBGE, pelo Ministério da Cultura. Todavia, reforça-se a necessidade de que os municípios também possuam uma sistematização de informações culturais, provendo um mapeamento preciso de suas atividades culturais, uma vez que estes detêm maior aproximação dos agentes culturais, com um conhecimento mais apurado sobre os bens e serviços culturais.

No caso específico deste estudo, diagnosticou-se uma dificuldade quanto à coleta de informações e dados em longas séries sobre o âmbito cultural do município de Cachoeira, devido ao trato opcional na implementação do Sistema de informações e indicadores da cultura estabelecido no próprio SNC. Ressalta-se que, apesar das tentativas da Secretaria de cultura, em diferentes gestões, buscar realizar um processo de cadastramento das manifestações culturais, ainda não é possível obter, de forma consistente, dados que possam refletir de maneira fidedigna a realidade da produção cultural local devido à ausência de estruturas sistemáticas de organização das informações sobre o setor.

Aproveitando estes apontamentos, deve-se explicitar que, no município, a implementação do SMC e seus componentes ocorreu nos anos de 2012 a 2015. Dentre os órgãos instituídos no município destacam-se a Conferência de Políticas Culturais, o Conselho Municipal de Políticas Culturais, a Lei Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura.

Em 2012, por meio da realização da V Conferência Municipal de Cultura, houve a formação do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeira, que foi instituído em 2013, segundo informações do MUNIC (2022). O conselho é formado majoritariamente por representantes da sociedade civil, além de artistas e instituições culturais, representantes da universidade, setor público, entre outros. Destaca-se que a criação do presente órgão está intimamente relacionada à necessidade de ampliar o diálogo entre os agentes de cultura e o setor público, atuando na condução das diretrizes da política cultural, por meio do plano de cultura, bem como fiscalizando os recursos dos dois fundos, que são o Fundo de preservação do Programa Monumenta e o Fundo Municipal de Cultura de Cachoeira.

O Conselho de políticas culturais de Cachoeira assume a característica de ser deliberativo, fiscalizador e consultivo. Uma das suas ações foi na elaboração e aprovação dos planos de cultura com a instituição da Lei Municipal nº 1.000/2014 e que regulamenta, entre outras, as conferências de cultura. Além disso, tem que se destacar a instituição da Lei Nº 1.140/2015 que rege a criação do Plano Municipal de Cultura de Cachoeira para o decênio 2015 – 2025.

Este documento estabelece um compromisso entre a sociedade civil, o setor público e as instituições culturais, a fim de promover soluções para os entraves no setor com a construção de um caminho viável para as produções culturais, através do pleito de uma dotação orçamentária direcionada à manutenção das práticas artísticas. Destaca-se que no plano existe uma seção que trata sobre a não existência de um Sistema de Financiamento Cultural e o Fundo Municipal de Cultura (FMC). “O Município de Cachoeira ainda não dispõe de uma Legislação específica que lide com o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e com o Fundo Municipal de Cultura, criado com a Lei Municipal nº 1.000/2014” (Cachoeira, 2015, p. 7).

Ainda neste aspecto, é possível verificar o intento de se estabelecer, posteriormente, medidas voltadas ao estabelecimento do Sistema de Financiamento, bem como a criação do Fundo municipal de cultura, regulamentado pela Lei Nº 1.142/2015. Neste plano, verifica-se a delimitação das receitas para financiamento das atividades culturais, por meio da “realização anual do processo de seleção de Projetos Culturais, através dos Editais Públicos Municipais de Cultura, utilizando a modalidade do mecenato, com o uso do mecanismo de renúncias fiscais do ISS, IPTU, ITIV, TLF, em percentuais a serem definido legalmente, utilizando como parâmetro as receitas do ano anterior” (Cachoeira, 2015, p. 8).

Além disso, no caso de Cachoeira foi estabelecido o percentual de 1% de recursos financeiros direcionados ao Fundo Municipal de Cultura de Cachoeira. Porém, até o momento (início de 2023) não se tem previsão da execução deste percentual, que se estabelece como algo essencial a dinâmica de financiamento e gestão das instituições e artistas culturais que se encontram desamparadas, salvo alguns poucos casos de convênio mantido pela Secretaria de cultura de Cachoeira. No PMC, evidencia-se que mais de 70% dos recursos da pasta da cultura são gastos no financiamento das festas locais.

Na composição do Orçamento da Secretaria de Cultura e Turismo do Município, os itens que apresentam os maiores custos são os referentes aos eventos do ciclo cultural (Iemanjá, 13 de Março, Santo Antônio, São João, São Pedro do Iguape, Boa Morte, N. Sra. d' Ajuda e Natal S. Francisco, São Cosme e São Damião, Festa da Pechincha, Festa dos Evangélicos, Festa dos Padroeiros das Comunidades Rurais, Queima de Judas, Caminhada de Frei Galvão, Festa da Santa Cruz – Ladeira da Cadeia) a promoção de eventos culturais que juntos somam 70%, a seguir vem o item pessoal, que envolve encargos sociais, contratação por tempo determinado, salário de família, vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e contratos terceirizados, com 13%. Estes itens representam 83% do orçamento, restando apenas 17% para as demais despesas com os procedimentos culturais (Cachoeira, 2015, p. 7-8).

Na tentativa de solucionar essa carência de recursos para a manutenção das atividades culturais, o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Cachoeira em conjunto com a Secretaria de Cultura e Turismo, promoveram esforços para “o lançamento, em março de 2019, do 1º Edital Municipal Setorial de Cultura, com um aporte de R\$ 711 mil do Fundo Municipal de Cultura a título de fomento a projetos necessariamente cachoeiranos” (Martins; Martins, 2020, p.716). Destaca-se que esta iniciativa foi possível graças aos recursos oriundos do programa Monumenta, o qual estava estimado em aproximadamente, R\$3.880.000, resultado dos rendimentos acumulados de juros incididos sobre o montante ao longo dos anos. Ou seja, os valores disponibilizados para a ação partiram do Fundo de preservação ao patrimônio material criado em 2001, para receber os recursos do Programa Monumenta, já que o Fundo Municipal de Cultura de Cachoeira ainda não possui nenhuma dotação orçamentária. Evidencia-se uma confusão em relação aos fundos devido à falta de esclarecimento dos órgãos competentes.

A importância de possuir o FMC consiste em possibilitar as transferências de recursos Fundo a Fundo, como previsto no processo de funcionamento do Sistema Nacional de Cultura. O que, por sua vez, facilitaria os repasses de recursos financeiros da cultura para os municípios, como aconteceu durante o período da pandemia do Covid-19 com a Lei nº 14.017 ou Lei Aldir Blanc, em 2020. Esta foi uma medida emergencial para o setor cultural, visando minimizar os efeitos da crise sanitária que restringiu e redefiniu os modos de produções artísticas.

Sobre o I edital de cultura, verificou-se que este mecanismo “contemplou 30 projetos em áreas como artes visuais, museus e memórias; audiovisual; música; teatro e dança; cultura popular; literatura; programas e ações de educação patrimonial, sendo que cada projeto recebeu o valor de 20 mil reais para execução das suas propostas.” (Martins; Martins, 2020, p.716).

Esta iniciativa se constituiu como um avanço para os produtores culturais e também para a economia local. No entanto, com a pandemia muitas das atividades iniciadas tiveram que ser suspensas ou transferidas para o meio virtual, com a finalidade de conclusão das atividades e repasse dos recursos que foram distribuídos em 3 parcelas conforme prestação de contas dos proponentes à Secult de Cachoeira.

E para complementar as informações quanto à situação de implementação do SMC em Cachoeira, apresentam-se duas figuras abaixo disponibilizadas no relatório lançado pela Secretaria de Estado da Bahia em 2020, que destaca a situação dos 417 municípios baianos, divididos em territórios de identidade nacional. Do total de 20 municípios do Recôncavo baiano em 2015, apenas 2 não aderiram, sendo possível perceber que nenhum deles tinha instituído todos os órgãos necessários para o SMC, conforme é possível verificar na figura abaixo.

Figura 9 –Panorama dos Sistemas Municipais da Cultura da Bahia, no território de identidade do Recôncavo, 2015

Território	Cidades	Adesão ao Sistema Nacional de Cultura	Órgão Gestor Municipal de Cultura	Conselho Municipal de Cultura	Lei do Sistema Municipal de Cultura	Lei do Plano Municipal de Cultura	Lei do Fundo Municipal de Cultura
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu		X				
	Cachoeira	X	X	X	X		X
	Castro Alves	X	X	X	X		X
	Conceição do Almeida	X	X		X		X
	Cruz das Almas	X	X		X		X
	Dom Macedo Costa	X	X	X	X		X
	Governador Mangabeira	X	X				
	Maragogipe	X	X		X		X
	Muniz Ferreira		X				
	Muritiba	X	X	X			
	Nazaré	X	X	X			
	Santo Amaro	X	X	X	X	X	X
	Santo Antônio de Jesus	X	X	X			
	São Felipe	X	X		X	X	X
	São Félix	X	X	X	X		X
	São Francisco do Conde	X	X	X	X		X
	São Sebastião do Passé	X	X	X	X		X
Sapeaçu	X	X					
Saubara	X	X	X	X		X	
Varzedo	X	X					

Fonte: Secult-BA (Bahia, 2020, p. 51).

Na figura 9, que delimitada o panorama de institucionalização do SMC na Bahia em 2021, verificou-se que na região do recôncavo baiano apenas três municípios: Cachoeira, Santo Amaro e Dom Macedo Costa possuem todos os componentes exigidos para adesão ao SNC. E que a maioria dos municípios do Recôncavo ainda não possuem plano municipal de cultura instituído, o que pode ser um fator limitante no avanço das políticas culturais, alargando as disparidades entre os municípios. Outro aspecto a destacar é a facilitação no recebimento de recursos fundo a fundo pelos municípios que já têm seus sistemas estabelecidos com uma estrutura consolidada, como aconteceu durante a pandemia na implementação da Lei Aldir Blanc.

Figura 10 –Panorama dos Sistemas Municipais de Cultura da Bahia, no território de identidade do Recôncavo, 2021

Recôncavo	Cidades	Adesão ao Sistema Nacional de Cultura	Órgão Gestor Municipal de Cultura	Conselho Municipal de Cultura	Lei do Sistema Municipal de Cultura	Lei do Plano Municipal de Cultura	Lei do Fundo Municipal de Cultura
		Cabaceiras do Paraguaçu	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado
	Cachoeira	x	x	x	x	x	x
	Castro Alves	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado
	Conceição do Almeida	x	x				
	Cruz das Almas	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado
	Dom Macedo Costa	x	x	x	x	x	x
	Governador Mangabeira		x	x			
	Maragogipe	x	x		x		
	Muniz Ferreira	x	x	x	x		x
	Muritiba	x	x	x			
	Nazaré	x	x				x
	Salinas da Margarida	x	x				
	Santo Amaro	x	x	x	x	x	x
	Santo Antônio de Jesus	x	x	x	x		x
	São Felipe	x	x				
	São Félix	x	x	x	x		
	Sapeaçu	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado	N/Informado
	Saubara	x	x	x		x	
	Varzedo	x	x	x	x		x

Fonte: Secult-Ba (Bahia, 2021, p. 29).

3.2.3 A Instalação da UFRB em Cachoeira

A implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, se deu através da Lei n.º 11.151, de 29 de julho de 2005, mediante um projeto de iniciativa federal que destacou o interesse em promover o desenvolvimento das pequenas e médias cidades, através da ampliação do ensino superior em regiões do interior dos estados, de modo a democratizar o acesso à educação aos grupos sociais menos favorecidos, além de minimizar os efeitos das desigualdades regionais. É importante salientar que esse projeto de disseminação do ensino superior foi encabeçado por uma das políticas públicas educacionais federais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, que compõe o Programa Nacional de Educação (PNE) implementado em 2001. O REUNI foi uma importante política pública na área da educação, que buscou expandir o ensino superior para diferentes cidades brasileiras, com o intuito de minimizar as desigualdades regionais. Ressalta-se que até o final de 2011 um total de 237 municípios foram atendidos, com 100 centros de ensino superior implementados.

A instalação da UFRB na região, especificamente no território de identidade do Recôncavo Baiano, teve por intuito proporcionar à população local uma estrutura de universidade que dialogasse com os interesses da comunidade, auxiliando na dinâmica produtiva e em aspectos culturais, sociais, ambientais e locais. Desta forma, realizou-se um processo de desmembramento da velha estrutura da escola de Agronomia da UFBA, incorporando todo o corpo técnico e de docentes na UFRB, com sede em Cruz das Almas. Conforme o Relatório de Gestão (2022), esta universidade: “Possui um modelo multicampi, com sete Centros em sete municípios, localizados no Vale do Jiquiriçá, Portal do Sertão e no Recôncavo Baiano”, estando presente em sete cidades – Cruz das Almas, Cachoeira, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana. Atualmente, a universidade conta com 64 cursos de graduação, 11 de especialização, 02 residências, 17 mestrados e 02 doutorados (UFRB, 2022).

Em relação à chegada da UFRB ao município de Cachoeira, tem-se que os processos de instalação da unidade se deu em meados de outubro de 2005, com o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que inicialmente contava com apenas três cursos e um total de 123 alunos, segundo consta no Relatório de Gestão de 2006.

Atualmente este centro de ensino oferece dez cursos de Graduação, três Programas de Pós-Graduação e um Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) firmado com o

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sendo que, no início, as atividades da universidade ficaram instaladas nos prédios do Colégio Estadual da Cachoeira e, logo depois, mudou-se para o Quarteirão Leite Alves, o prédio administrativo Ana Nery e a Fundação Hansen Bahia.

O período de janeiro a dezembro de 2007 correspondeu ao primeiro exercício regular da UFRB, o orçamento autorizado para esse exercício, totalizava R\$43.232.407,00. No entanto, houve paralisação das obras no campus de Cachoeira, face à restauração e ampliação das edificações do Quarteirão Leite Alves, realizadas por intermédio do Programa Monumenta, para a implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras, inviabilizando a execução do orçamento que cabia ao Centro (Silva; Silva, 2019, p. 222).

Apesar das limitações visualizadas em relação à execução dos recursos pela universidade, neste primeiro momento, tem-se que a união destas políticas se estabeleceram como importante mecanismo para estruturação com um aumento total no valor investido para a implementação deste centro de ensino. E, ao que tudo indica, no caso da instalação do CAHL-UFRB, tem-se que houve uma mobilização de agentes da sociedade civil, articulações em âmbito federal entre os órgãos da cultura do Minc, Programa Monumenta e o Ministério da Educação.

Neste ponto, percebe-se que o município de Cachoeira recebeu diferentes políticas públicas com o foco no desenvolvimento local, sendo uma constituída no âmbito educacional e outra cultural. Para Diogo (2009, p.20) “Quanto às novas dinâmicas de desenvolvimento local, destaca-se a articulação do Monumenta com o Ministério da Educação para a instalação de campi das Universidades Federais em Cachoeira, na Bahia, e em Laranjeiras, em Sergipe”. E para o Programa Monumenta, a restauração do Quarteirão Leite Alves de uso público se caracterizou como um dos importantes legados dos recursos investidos por essa política pública e deixados em Cachoeira.

Após a instalação da UFRB em Cachoeira, houve uma dinamização na economia: os comércios se organizaram para atender as demandas, surgiram novos hotéis, houve construção de imóveis, abertura de copiadoras, lanchonetes, supermercados e outros serviços, que passaram a compor o novo cenário da cidade com os novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários). Entretanto, estudiosos reforçam que houve alguns impactos negativos para o município advindos da supervalorização imobiliária associada ao tombamento, conforme fica expresso em Celestino (2014, p. 176-177), ao apontar que:

[...]. Uma questão importante é que devido a atual visibilidade que Cachoeira adquiriu contribuiu para uma maior valorização imobiliária. A impossibilidade de criação de novos espaços, por conta do tombamento, constitui-se um problema diante da pouca oferta por moradia principalmente para os estudantes universitários. A ausência de espaços de moradia contribuiu para que muitos cachoeiranos aluguem suas casas ou quartos para os estudantes convertendo em uma renda extra.

Além disso, dentre os impactos trazidos pela instalação do campus no município cabe salientar o aumento de alguns dos indicadores sociais e econômicos de Cachoeira, bem como a arrecadação dos tributos, conforme evidencia-se: “O crescimento da receita corrente tributária do ano de 2010 em relação à de 2006, ano de início de funcionamento da UFRB em Cachoeira, foi de 169%” (Silva; Silva, 2019, p.229). Ou seja, tem-se que resultados positivos expressam o fato que,

As universidades públicas são agentes do desenvolvimento e da transformação dos espaços onde se instalam. Em regiões pobres e em pequenas e médias cidades, a exemplo de Cachoeira, a influência de uma Universidade torna-se ainda mais visível. A UFRB dinamizou as relações econômicas e alterou a estrutura e a organização espacial da cidade, modificando costumes e o modo de vida local, além de poder seguir contribuindo com uma maior disseminação do conhecimento (Silva; Silva, 2019, p. 229).

Diante destas informações, delimitou-se que a chegada da universidade em Cachoeira trouxe uma relativa melhora da situação anterior de estagnação do município, sendo possível perceber um aquecimento da economia proveniente do conjunto de políticas públicas implementadas em Cachoeira que se estabeleceram como um novo horizonte para a população local.

3.3 MAPEAMENTO DOS SETORES CULTURAIS LOCAIS

Nesta seção realiza-se um mapeamento dos segmentos culturais e criativos estabelecidos no município de Cachoeira. Segundo Rivas (2019, p.91)

O mapeamento foi criado por pioneiros na Grã-Bretanha no fim da década de 1990, tratando-se de um documento que procura, de forma rápida, identificar os setores das indústrias criativas, por meio de métodos analíticos que coletam e divulgam informações sobre a realidade delas nesses locais.

E com o interesse de identificar os segmentos locais foram utilizados os dados do cadastro municipal de cultural de Cachoeira, em 2017 e 2020, realizado pela Secretaria de Cultura e

Turismo, além de informações retiradas do IPHAN e de referências bibliográficas. Ressalta-se que houveram limitações quanto à coleta de informações em alguns períodos devido à ausência de um sistema de informações e indicadores culturais em Cachoeira, bem como momentos atípicos experienciados pela produção cultural durante o período pandêmico como no ano de 2020.

De acordo com as informações coletadas, foi possível criar a Tabela 1, que apresenta o quantitativo de instituições e trabalhadores da cultura existentes no município, de acordo com seu setor de atuação. Desta forma, apresenta-se na tabela nos respectivos anos (colunas), o valor total de agentes, coletivos e instituições culturais cadastrados. E os setores criativos (linhas), conforme delimitação do modelo proposto pela Secretaria de Economia Criativa.

Tabela 1 – Mapeamento dos setores culturais e criativos de Cachoeira-BA (2017 e 2020)

SETORES CULTURAIS E CRIATIVOS		2017	2020
A. Patrimônio	Patrimônio material	35	35
	Patrimônio imaterial	4	4
	Arquivos	2	2
	Museus	3	3
	Artesanato	27	61
B. Expressões Culturais	Culturas Populares	17	16
	Culturas Afro-brasileiras	4	51
	Artes Visuais	12	9
C. Artes de Espetáculo	Dança	6	10
	Música	21	85
	Teatro	2	4
D. Audiovisual/ Livro, Leitura e Literatura	Cinema e vídeo	0	1
	Feiras Literárias	1	1
	Rádios	3	2
E. Criações Culturais funcionais	Moda	0	1
	Designer	0	2
	Arquitetura	0	2

Fonte: Elaboração própria (Com base no Cadastro de Cultura de Cachoeira de 2017 e o cadastro da Lei Emergencial de cultura de 2020 e IPHAN)

Na Tabela 1, é possível observar que existe um aumento considerável no total de organizações culturais e artistas em alguns setores criativos de Cachoeira durante o período pandêmico. Neste período foi executado um novo cadastro para grupos, coletivos, instituições e trabalhadores da cultura, e conforme as informações, se calcula um total de 151 instituições culturais, e 198 trabalhadores da cultura em 2020. Já em 2017, foram cadastradas apenas 96 instituições culturais.

Em destaque percebe-se que os setores de Culturas Afro-brasileiras, Música e Artesanato apresentaram variações percentuais de 1.175%, 305% e 126% respectivamente. Deve-se elucidar que a elevação de alguns segmentos pode ter sido influenciada pela situação emergencial devido ao período da pandemia, no qual foi feito um processo de cadastro cultural com uma metodologia que engloba não só instituições como também os artistas culturais, bem como a elevação dos terreiros de candomblé cadastrados em 2020. Verifica-se a inserção de 30 terreiros de candomblé, 11 baianas do acarajé, 7 capoeiristas e 3 grupos de capoeira no primeiro setor. Já no ano de 2017 foram registrados apenas 4 grupos de capoeira como cultura afro-brasileira.

Em relação ao setor de música o aumento está atrelado ao cadastramento individual de 70 músicos e 11 bandas no ano de 2020. No cadastro realizado em 2017, consta apenas a presença de 15 bandas musicais. E no caso do Artesanato percebe-se um aumento quanto ao cadastro de trabalhadores individuais do setor, com 61 artesãos cadastrados em 2020 contra os 27 no ano de 2017.

De um modo geral, existem inconsistências nos dados e dificuldades de se ter um dimensionamento preciso das atividades culturais, sendo difícil realizar uma análise comparativa com os dados disponibilizados pelo cadastro cultural. Isto trouxe a necessidade de buscar informações em outros órgãos, como no caso do IPHAN, e a realização de visitas a campo, para complementar as informações sobre o setor cultural do município de Cachoeira.

Tabela 2 – Trabalhadores do setor cultural e criativo de Cachoeira-Ba, 2020

Trabalhadores da cultura	Quantidade
Músicos	70
Dançarinos(as)	3
Capoeiristas	7
Atores/ Atrizes	4
Artistas plásticos	8
Artesãos(ãs)	61
Poetas	3
Escritores (as)	4
Baianas do acarajé	11
Cineastas	1
Fotógrafos (as)	1
Artista da cultura popular	3
Produtores culturais	22
Total=	198

Fonte: Elaboração própria (a partir do cadastro cultural da Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira (2020).

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Cultura, obteve-se o resultado ilustrado na tabela 2, no qual mostra-se que a maior participação é dos artistas da música, com o percentual de 35%, seguidos pelos artesãos com 31%, produtores culturais 11% e as baianas do acarajé com 6%.

Conforme ressalta Rivas (2019), o setor da música é bem representativo em Cachoeira, com a presença de diferentes estilos musicais, dentre os quais destaca-se o reggae, samba de roda, pagode e instrumentais. Em destaque verifica-se as ações sociais e culturais, promovidas pelas Filarmônicas de Cachoeira, dentre as quais duas instituições fundadas no século XIX, a Sociedade Cultural e Orpheica Lyra Ceciliano (1870) e a Sociedade Lítera Musical Minerva Cachoeirana (1878), têm contribuído na profissionalização de diversos jovens. Atualmente, existem outras orquestras no município, como a 25 de junho e a Orquestra do Reggae, além de diversos grupos, coletivos e bandas de música que formam os artistas para atuação em diferentes mercados da música.

Todavia, apesar dos efeitos ampliados que o setor da música tem protagonizado ao longo dos anos para o município, observa-se que, ao realizar um comparativo com os dados disponibilizados pelo cadastro municipal, que incluem os trabalhadores da cultura informais e

formais, e os dados disponibilizados pela Firjan para os setores criativos do município que apenas computa os trabalhadores formais com base na RAIS. De acordo com os dados ilustrados na tabela 3, não existem profissionais da música em Cachoeira, conforme os dados da Firjan. Já a realidade transcrita pelo cadastro nos apresenta um total de 70 músicos, o que por sua vez, pode explicitar que, guardando as devidas proporções analíticas, tem-se que os músicos cachoeiranos podem estar vivendo em situação de informalidade.

É importante delimitar que o cenário diagnosticado exhibe as limitações apresentadas pelo emprego de metodologias diversas no campo da cultura e a dificuldade na coleta de dados disponíveis, sendo necessário ter um cuidado quanto a conclusões sobre um determinado cenário, haja vista que a ausência de um sistema de informações em âmbito municipal, estadual e nacional, capaz de captar estas perturbações, provoca fissuras no dimensionamento dos bens e serviços culturais de um determinado lugar, demarcando a urgência no estabelecimento dos sistemas de informações, com uma metodologia unificada que possibilite mensurar com eficiência as extensões dos setores culturais e criativos.

Tabela 3 – Mapeamento dos trabalhadores do setor criativo em Cachoeira segundo a FIRJAN.

SEGMENTO	QUANT. CACHOEIRA	QUANT. BAHIA	QUANT. BRASIL	REMUNERAÇÃO CACHOEIRA	REMUNERAÇÃO BAHIA	REMUNERAÇÃO BRASIL
MÚSICA	0	334	10.369	0	R\$ 3.800,09	R\$ 3.534,40
ARTES CÊNICAS	0	446	7.930	0	R\$ 2.206,37	R\$ 4.242,42
CHEFE DE COZINHA/EXPRESSÕES	1	1.433	19.333	R\$ 1.072,59	R\$ 1.638,60	R\$ 2.225,29
MODA	0	2.259	37.138	0	R\$ 1.139,40	R\$ 2.030,25
AUDIOVISUAL						
LOCUTOR DE RÁDIO E TELEVISÃO	1	521	10.342,00	R\$ 1.553,84	R\$ 1.958,19	R\$ 1.993,05
REPÓRTER DE RÁDIO E TELEVISÃO	1	73	2.508,00	R\$ 1.103,57	R\$ 2.725,57	R\$ 4.083,90
EDITOR DE TV E VÍDEO	1	152	4.996	R\$ 2.430,06	R\$ 2.650,46	R\$ 2.810,35
PATRIMÔNIO E ARTES						
DESIGNER	0	452	11.246	0	R\$ 4.653,25	R\$ 5.728,01
EDITORIAL	0	1.751	81.458	0	R\$ 2.248,70	R\$ 3.295,89

JORNALISTA	1	877	9.789	R\$	1.588,71	R\$	3.465,51	R\$	6.454,93
PUBLICIDADE & MARKETING	1	302	8.576	R\$	1.968,27	R\$	5.872,97	R\$	9.996,97
GERENTE DE COMUNICAÇÃO	1	409	29.992	R\$	4.295,18	R\$	4.820,24	R\$	10.754,15
GERENTE DE MARKETING	1	216	12.582	R\$	2.389,83	R\$	2.475,45	R\$	4.023,45
PUBLICITÁRIA									
TIC- GERENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E AFINS	1	822	47.818	R\$	19.830,15	R\$	6.285,89	R\$	11.497,71

Fonte: Elaboração própria (a partir da Firjan, 2020)

Na sequência, é possível visualizar através da figura 11 abaixo o mapeamento feito em relação às festas anuais que acontecem no município de Cachoeira, com destaque para as seguintes festas: Irmandade da Boa Morte, Flica, Festa D'Ajuda, Iemanjá, São João e a Festa da Ostra.

Nessa profusão de festas, algumas são seculares e patrimonializadas. A Festa de Nossa Senhora da Boa Morte e a Festa da Nossa Senhora D'Ajuda, ambas com mais de 200 anos de história, foram oficialmente registradas no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações como patrimônios imateriais da Bahia, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), respectivamente, em 2010 e 2017 (Martins; Martins, 2020, p .711).

Além disso, Cachoeira abarca alguns festivais de música, artes cênicas, cinema e outros que em conjunto às festas tradicionais ao longo do ano, promovem um grande fluxo turístico ao município, aumentando os ganhos do comércio e gerando renda. Apesar dos resultados positivos dos festivais do município,

Verifica-se que, dos 11 eventos relacionados, cinco estão ativos e os demais foram interrompidos, basicamente, pela insuficiência ou falta de recursos financeiros à sua realização. Entre os ativos, estão os eventos que têm se sustentado apesar da crise financeira a partir de 2014 (Martins; Martins, 2020, p .711).

Em Cachoeira, ainda é possível identificar um grande número de festas religiosas e outras ligadas ao turismo étnico das comunidades quilombolas. Todavia, destaca-se que o São João é a festa que apresenta maior impacto sobre a economia. Conforme dados retirados do relatório da SEI para os municípios baianos que executam a festa junina em seus territórios, diagnosticou-se que:

[...] os efeitos multiplicadores da festa de São João para as economias locais são de grande monta, seja pela capacidade de ativar a rede de empresários, sobretudo aqueles ligados ao comércio e ao turismo; a rede de artistas locais e a de trabalhadores informais, desempregados ou que exercem função similar ao longo do ano (Bahia, 2013, p. 8).

No que tange aos dados apresentados, observa-se que “quase todos os empresários, 92,4%, declararam auferir aumento no faturamento em função do São João. Em média, 20,2% disseram ampliar os lucros entre 31% e 50%.” (Bahia, 2013, p.9). E no caso de Cachoeira 2,6% apresentou um aumento no faturamento de 100%. Além disso, o município possui uma grande produção de licor reconhecido nacionalmente, e durante o período junino percebe-se um aumento exponencial das vendas deste produto. Recentemente, foi criado pela Fundação Hansen Bahia em parceria como o IPAC, um Dossiê/Inventário do Saber e Modo de Fazer Tradicional e Artesanal do Licor de Cachoeira, que servirá não só para o título de patrimônio imaterial como também para a regulamentação das atividades que cercam a produção de um total de 26 fabricantes de licor, já que estes se constituem em um espaço de geração de emprego e renda, apesar da informalidade e diversos problemas estruturais de algumas fábricas de licor.

Em síntese, o processo dinâmico das festas tem sido um espaço de promoção das atividades culturais do município, atreladas ao âmbito do turismo. “Assim, as festas, além de projetarem Cachoeira em cenários midiáticos ademais do regional, e enquanto propulsoras do turismo cultural, respondem por significativos efeitos sobre a economia, a cultura e a sociedade locais” (Martins; Martins, 2020, p. 711).

Figura 11 –Festas populares de Cachoeira-Ba

MÊS	EVENTO FESTIVO
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Terno de Reis Esperança da Paz – Parte do Rosarinho e segue pelas ruas da cidade.
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Festa de Iemanjá – Organizada pelos terreiros de candomblé e prefeitura municipal. Além da tradicional ritualística das oferendas à Iemanjá realizada no porto, ocorrem as apresentações e shows musicais. É a segunda maior festa de celebração à Iemanjá da Bahia.
Março	<ul style="list-style-type: none"> • Aniversário de Cachoeira – A festa celebra sua elevação à categoria de cidade em 13/03/1837.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Semana Santa – Realizada na Igreja da Matriz e Ordem Terceira do Carmo. • Recôncavo Jazz Festival – Teve 3 edições, sendo a 1ª realizada em Cachoeira, em 2012; a 2ª, em Muritiba, em 2015; e a 3ª e até o momento última, também em Cachoeira, em 2017. • Reconvexo: Festival de Vídeos e Projeções Mapeadas da América Latina, em vários

	espaços da cidade, teve edições de 2013 a 2017.
Maio	<ul style="list-style-type: none"> ● Paisagem Sonora: Mostra Internacional de Arte Eletrônica do Recôncavo da Bahia, teve edições em 2013, 2015 e 2017. ● Festa do Divino, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e cortejo pela cidade.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> ● Esperando São João, que antecede a Festa de São João da Feira do Porto, desde 2005. ● Corpus Christi, na Igreja Matriz. ● Trezena de Santo Antônio, no Distrito de Capoeiruçu. ● São João Feira do Porto, o maior evento festivo de Cachoeira. ● 25 de Junho: Independência da Bahia, dia em que Cachoeira se torna capital da Bahia, em reconhecimento ao seu protagonismo nas lutas pela independência do Brasil
Julho	<ul style="list-style-type: none"> ● Festa de Nossa Senhora do Carmo, realizada na Igreja da Ordem Terceira do Carmo.
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> ● Festa da Nossa Senhora da Boa Morte, realizada desde 1820 pela Irmandade da Boa Morte, uma confraria criada no séc. XIX, associada à luta contra o regime escravocrata.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ● Cachoeira Doc: Festival de Documentários de Cachoeira – Programação de debates, palestras, oficinas e mostras cinematográficas. Teve oito edições de 2010 a 2017. ● Festa de Nossa Senhora do Amparo, realizada na Igreja do Monte. ● Festa de Cosme e Damião, na Igreja Nossa Senhora dos Remédios e Igreja São Cosme e Damião. ● Caruru dos 7 Poetas: Recital com gostinho de dendê – Constitui-se de manifestações literárias e religiosas de matriz africana. Teve edições anuais de 2004 a 2018.
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> ● Festa do Orago: Nossa Senhora do Rosário – Padroeira de Cachoeira, na Igreja da Matriz. ● FestivalOrigens – Reúne empresários do ramo do tabaco e apreciadores de charutos de diferentes partes do Brasil, com três edições realizadas: 2017, 2018 e 2019. ● Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica), realizada desde 2011.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ● Festa de Nossa Senhora da Ajuda, o “carnaval” de Cachoeira, realizada, pelo menos, desde 1872. ● Festa de Santa Cecília – Realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. ● Semana Nacional da Consciência Negra – Realizada no Cine Theatro Cachoeirano
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ● Festa de Santa Bárbara – Realizada na Igreja da Misericórdia. ● Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte – Realizada na igreja de mesmo nome.

Fonte: Martins; Martins (2020), a partir da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Cachoeira, BA).

Em resumo, pode-se compreender que as informações apresentadas neste capítulo tiveram como marco principal a delimitação das principais políticas culturais implementadas em Cachoeira, apoiando-se na trajetória e diretriz diagnosticadas a nível nacional para as políticas culturais e sua confluência para o município. Desta forma, foi possível identificar que o município recebeu investimentos federais e estaduais durante muitos anos, visando preservar o patrimônio arquitetônico e a dinamização do turismo como forma de superação da estagnação econômica. Além disso, foi apresentada também uma tentativa de mapeamento dos setores culturais e criativos presentes no município. Todavia, ao que se percebeu no primeiro momento é que existe um elevado grau de informalidade no setor cultural, sendo preciso uma maior sistematização das informações e indicadores para que seja possível monitorar e aprofundar os estudos sobre as problemáticas que se apresentam neste local.

4 OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE CACHOEIRA-BA

Nos estudos empreendidos neste capítulo busca-se analisar os possíveis impactos socioeconômicos gerados pelas políticas culturais discutidas no capítulo anterior, o Programa Monumenta e o Sistema municipal de políticas culturais, implementadas em Cachoeira, durante o período de 2005 -2015. Ressalta-se que o município foi palco de diferentes políticas públicas, sendo que algumas delas se enquadram no fortalecimento do turismo na região e outras direcionadas ao campo educacional, como a instalação da UFRB e o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em 2002, constituindo-se como mecanismos estratégicos de promoção do desenvolvimento local. Todavia, as análises projetadas neste estudo buscaram focar apenas nas políticas culturais, embora seja de conhecimento público o entrelaçamento da cultura com o setor educacional e o turismo, conforme Benhamou (2007) e Tolila (2007). Entretanto, no caso de Cachoeira, como mencionado no capítulo anterior, a instalação da universidade trouxe alguns impactos no âmbito socioeconômico, o que, por sua vez, estabeleceu a necessidade de incluir neste estudo uma breve seção sobre a mesma.

Entende-se que, diante das mudanças nas concepções da sociedade em buscar por transparência sobre os resultados protagonizados por uma determinada política pública, torna-se necessária a promoção de estudos voltados, por exemplo, a avaliações de impacto. “Uma avaliação de impacto estima as mudanças no bem-estar dos indivíduos que podem ser atribuídas a um projeto, política pública ou programa específico” (Martinez *et al.*, 2018, p. 4). O foco desta pesquisa concentra-se nos resultados alcançados, bem como na efetividade destacada pelas políticas públicas em atingir os objetivos propostos.

Desta forma, tem-se que, compreendendo uma investigação que tem como um dos objetivos verificar o impacto socioeconômico das políticas culturais, foi preciso estabelecer meios viáveis de observação destes possíveis efeitos diretos e indiretos protagonizados sobre os indicadores de renda, emprego e consumo cultural. E, nesse sentido, no primeiro momento o trabalho concentra-se numa análise sobre o panorama socioeconômico do município de Cachoeira entre o período de 2005 e 2015, com base nos dados do IBGE; na sequência são apresentados os resultados da aplicação de dois questionários aplicados, a uma amostra por

conveniência e não probabilística da população, artistas e produtores culturais, e um segundo direcionado a uma amostra com as mesmas características de gestores culturais do município.

4.1 PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA

O município possui uma população total estimada de 33.659 habitantes e sua densidade populacional é de 81,03 hab/km² em 2021. A cidade de Cachoeira divide-se em três distritos: a Sede, Belém e Iguape. E sua população é composta em sua maioria por pessoas autodeclaradas pardas e negras, conforme apontam os dados do censo do IBGE de 2010.

Em termos da produção de bens e serviços representados no Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, tem-se que o valor estimado foi de R\$ 450.446 mil e o PIB *per capita* em torno de R\$ 13.043,16, ambos para o ano de 2015. Em termos gerais, segundo os dados extraídos do IBGE para o período (2005-2015), obteve-se as seguintes informações:

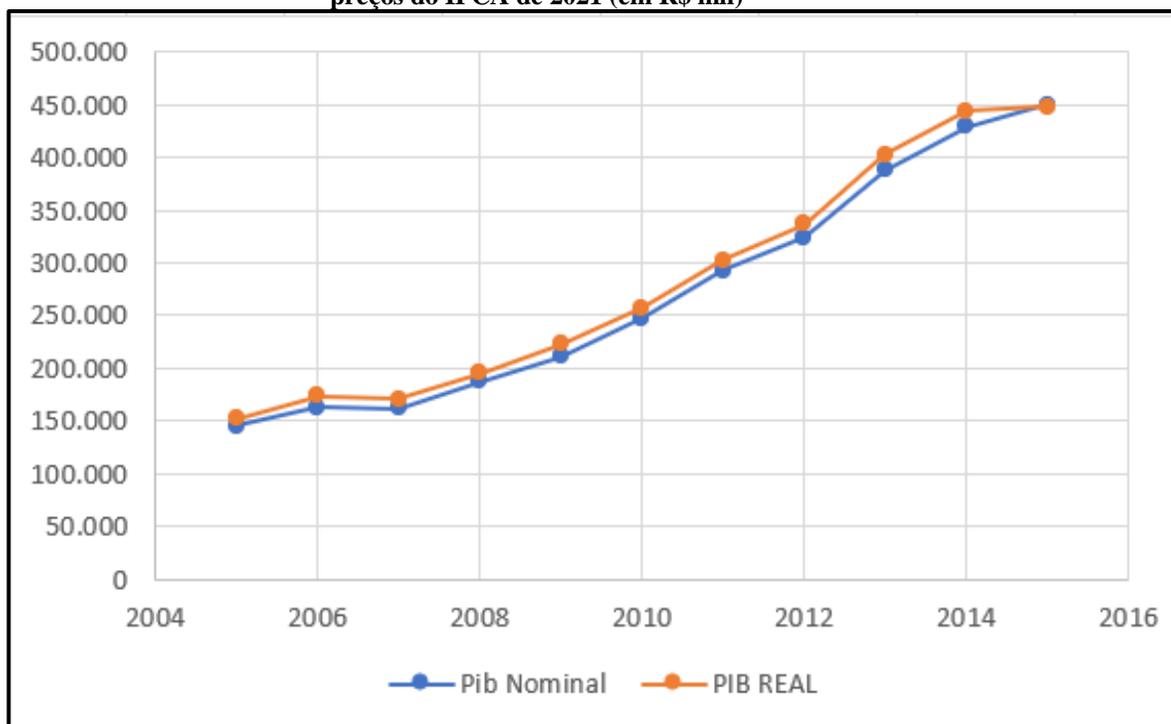
Tabela 4 –Evolução do PIB a preços correntes no município de Cachoeira-BA (2005– 2015)

Ano	Agropecuária (R\$ 1.000)	Indústrias (R\$ 1.000)	Serviços (R\$ 1.000)	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> , a preços correntes
2005	11.491	42.188	48.812	30.646	145.591	4.585,83
2006	12.126	48.732	55.411	31.833	162.666	5.086,17
2007	12.079	40.657	59.702	35.591	162.056	5.024,67
2008	13.044	50.313	67.298	41.004	187.492	5.597,60
2009	16.025	49.935	81.761	47.241	211.012	6.246,28
2010	18.107	74.762	84.034	52.316	247.565	7.727,96
2011	18.195	94.365	97.796	62.367	292.252	9.090,27
2012	19.791	102.674	109.624	68.763	323.948	10.038,69
2013	24.403	127.815	129.867	79.221	387.812	11.324,96
2014	30.854	142.620	141.249	86.187	429.673	12.492,69
2015	27.941	133.673	160.094	95.915	450.446	13.043,16

Fonte: Elaboração própria (a partir do IBGE, 2022).

Verifica-se que o setor de serviços e o setor industrial, ao longo dos anos, apresentam as maiores participações na composição do PIB do município. Observa-se na tabela que de 2005-2015 o PIB nominal experimentou um rápido crescimento saindo do total de R\$ 145.591 mil para R\$ 450.446 mil. Em termos percentuais o aumento apresentado foi de 209%, o que certamente reflete considerável inflação. Já o PIB nominal *per capita* também apresentou uma forte elevação de 184%. E com o interesse de verificar a tendência de crescimento do PIB sem os efeitos protagonizados pela inflação, estabeleceu-se um comparativo entre o PIB nominal e o PIB real, que foi obtido com o primeiro corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA⁹) de 2021 (Gráfico 1).

Gráfico 1 –Crescimento do PIB nominal e do PIB real de Cachoeira-BA (2005-2015), com base nos preços do IPCA de 2021 (em R\$ mil)



Fonte: Elaboração própria (a partir do IBGE, 2022).

Os dados indicam que, ao mensurar os valores do PIB real ao longo do período de dez anos, com base no IPCA de 2021, ou seja, eliminando os efeitos de variação dos preços, é possível observar uma evolução de crescimento da riqueza produzida pelo município de 2005 a 2015. Em termos comparativos, verifica-se que o PIB real é ligeiramente superior ao PIB

⁹ Para o cálculo do PIB real foi utilizado o IPCA de 2021 e não o IGP-DI, deflator do PIB. O resultado obtido expõe que a inflação em Cachoeira-BA pode ser diferente da inflação medida pelo IPCA.

nominal do município, demarcando uma situação de ascendência da economia local, embora não tão expressiva.

Sobre a situação do mercado de trabalho local, verifica-se que o percentual de ocupação é de 11,0 % que corresponde ao total de 3.873 pessoas empregadas formalmente segundo a estimativa de 2020, ou seja, o município possui um elevado nível de desemprego ou uma reduzida força de trabalho, com percentual de 89%. Quanto ao nível comparado de ocupação no ranking estadual, o município figura na 71ª colocação no total de 417 municípios baianos. Com base nos dados extraídos da RAIS, foi possível delimitar o quantitativo de empregos formais, por setores de atividades econômicas no município de Cachoeira, para os anos disponíveis abaixo:

Tabela 5 –Número total de empregos formais por setor econômico no município de Cachoeira-BA (2005, 2010 e 2015)

Ano	Número de empregos formais no município de Cachoeira-BA							
	Extrativa mineral	Indústrias de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
2005	8	821	61	487	737	707	97	2.918
2010	1	712	63	619	994	796	99	3.264
2015	1	726	54	637	984	969	100	3.419

Fonte: Elaboração própria (a partir MTb- Ministério do trabalho, 2022). Base de dados: RAIS-Relações Anuais de Informações Sociais.

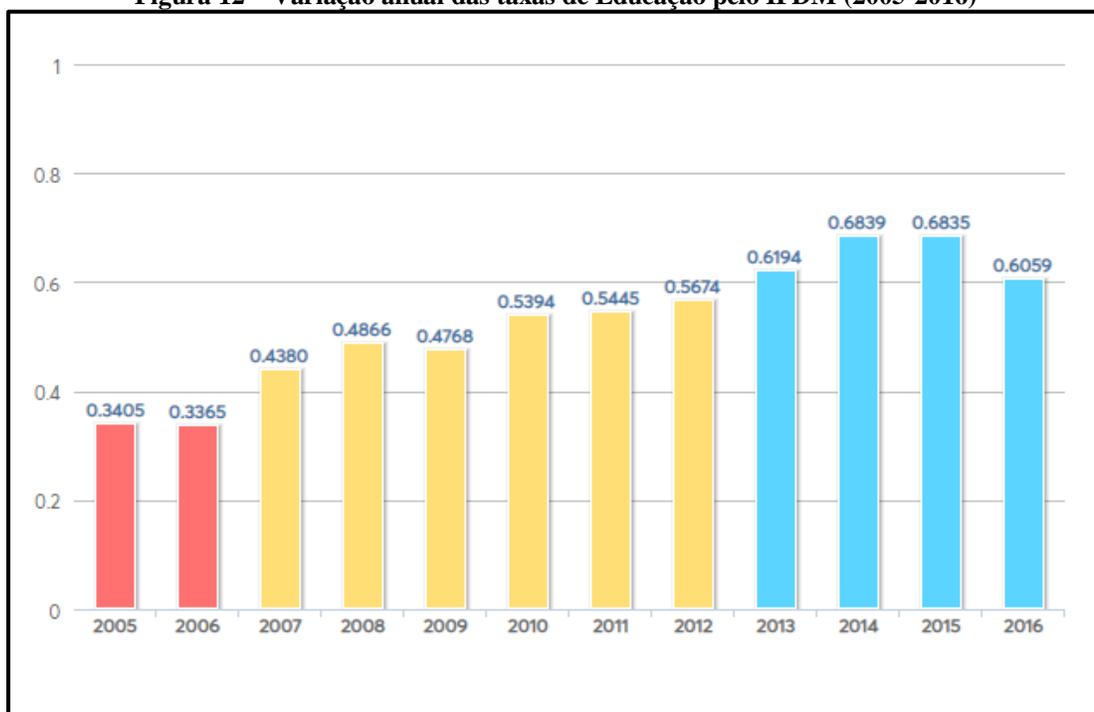
Conforme ilustrado na tabela, houve um aumento no nível de indivíduos empregados. E com base nas informações disponíveis, verifica-se que, dos segmentos escolhidos para análise, os que têm absorvido a maior parte da mão de obra são os setores de serviços, indústria, setor público e o comércio. Já os menos expressivos se restringem às áreas extrativa mineral e agropecuária.

Em relação aos rendimentos obtidos pelos cachoeiranos, observou-se que, de acordo com os dados do IBGE, o rendimento médio dos trabalhadores ficou por volta de 1,9 salário mínimo,

sendo que o percentual de famílias que obtiveram renda mínima de até meio salário foi de 48%. E com este resultado no ranking estadual o município ocupa a 96ª colocação, já, em nível nacional ocupa a 2558ª.

Sobre o grau de instrução da população, destaca-se na figura 12 que a taxa de alfabetização é de 97,8%. E conforme pode-se verificar na figura abaixo, a evolução na taxa de desenvolvimento da educação no município, pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no ano de 2005, ficou em torno de 0,3405, e no ranking estadual ocupou a 216ª posição. Porém, ao longo dos anos verifica-se uma melhora no índice, chegando em 2015 ao valor de 0,6835, na 126ª colocação, refletindo uma situação de desenvolvimento moderado, mas em situação de avanço e não de estagnação ou retração.

Figura 12 – Variação anual das taxas de Educação pelo IFDM (2005-2016)



Fonte: FIRJAN (2022).

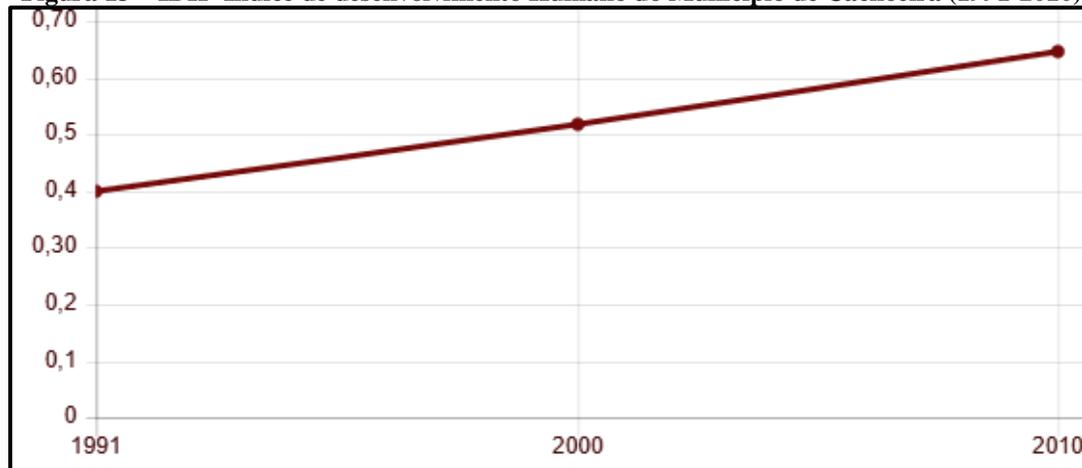
Considerando a desigualdade, o índice de Gini calculado em 1991 foi de 0,64, em 2003 foi de 0,46 e 0,56 em 2010, representando a relação de desigualdade de renda entre os mais pobres e os mais ricos do município, sendo que, quanto mais próximo de zero, maior é a relação de igualdade de um dado local. Atrelado a isto, tem-se que “a população considerada pobre (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00) é ainda significativa (33,8% do total), como

também a de analfabetos (cerca de 20% da população com 25 ou mais anos de idade), de acordo com o Pnud (Atlas de Desenvolvimento Humano)” (Martins; Martins,2020, p.708).

Além disso, destaca-se que o valor do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município no ano 2000 foi de 0,516, experimentando um aumento para 0,647 em 2010, conforme informações do IBGE.

Os avanços sinalizados pelo IDHM têm a ver com o maior acesso da população, sobretudo dos segmentos mais pobres, aos serviços públicos de educação e saúde, a benefícios sociais e ao mercado de trabalho, ou seja, às condições básicas para ampliar as opções de escolha, essência do conceito de desenvolvimento humano (PNUD, 2020). (Martins; Martins, 2020, p.708).

Figura 13 – IDH- Índice de desenvolvimento Humano do Município de Cachoeira (1991-2010)



Fonte: IBGE (2022).

Na análise empenhada sobre a situação socioeconômica da cidade de Cachoeira, destaca-se em Rivas (2019, p. 85) que,

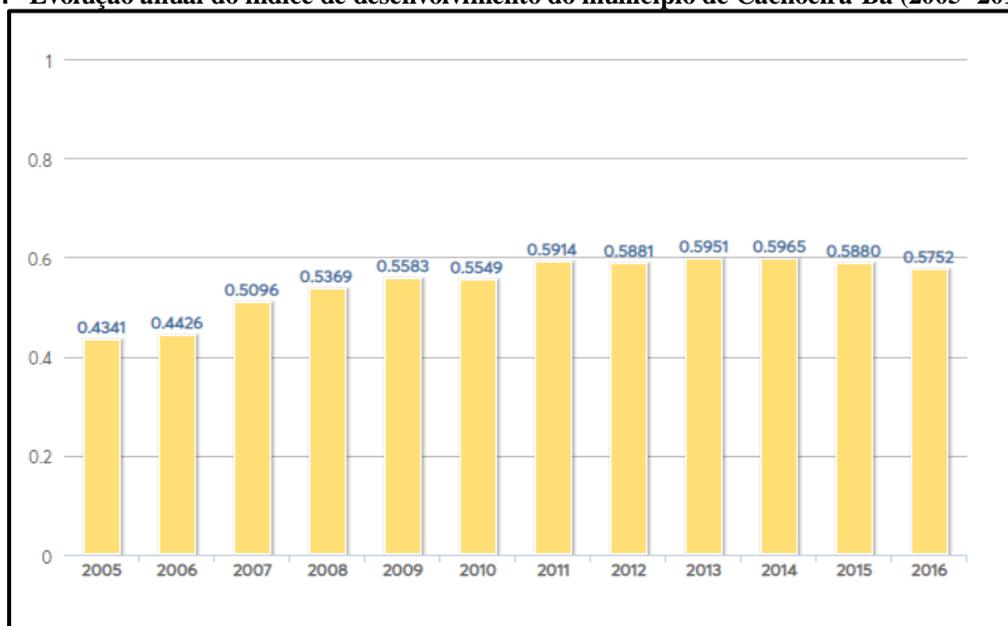
o município de Cachoeira, quando o assunto é recebimento de Receitas de fontes externas é o 1º colocado em todo o Brasil, o que deveria garantir, teoricamente, uma melhor posição em outros indicadores como Saúde, Educação, Segurança e saneamento básico, o que não acontece.

Em contraposição a este pensamento, tem-se que Martins e Martins (2020, p.708) afirma que:

Esse panorama de avanços qualitativos e quantitativos do município de Cachoeira evidencia um novo dinamismo social e econômico, menos dependente de recursos externos e com melhorias em dimensões importantes da qualidade de vida de um lugar, como a cobertura dos serviços de saúde, acesso à educação e à renda.

Diante das visões opostas apresentadas, efetuou-se um levantamento de informações quanto ao IFDM consolidado de 2018 de Cachoeira, o qual expressa o grau de desenvolvimento econômico municipal de 2005 a 2016. Pode-se verificar que, em 2005, o índice foi de 0,4341 atingindo em 2015 o valor de 0,5880, descrevendo em síntese um desenvolvimento regular conforme a metodologia destacada pela Firjan. Apesar dos efeitos das diferentes políticas públicas implementadas em Cachoeira, tem-se que elas não parecem ter sido capazes de promover avanços substanciais e sustentáveis no desenvolvimento econômico local. Salienta-se também os efeitos adversos protagonizados pela crise econômica brasileira em 2014-2016, como agravante da situação percebida pela localidade. Assim, é possível perceber um declínio no indicador de desenvolvimento do município após 2013, perdendo força na sua trajetória de crescimento.

Figura 14 –Evolução anual do índice de desenvolvimento do município de Cachoeira-Ba (2005- 2016)



Fonte: FIRJAN (2022).

4.2 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM CACHOEIRA-BA

Na pesquisa é necessário utilizar-se de diferentes ferramentas para obtenção dos dados necessários ao estabelecimento de um diagnóstico preciso ou aproximado do objeto estudado.

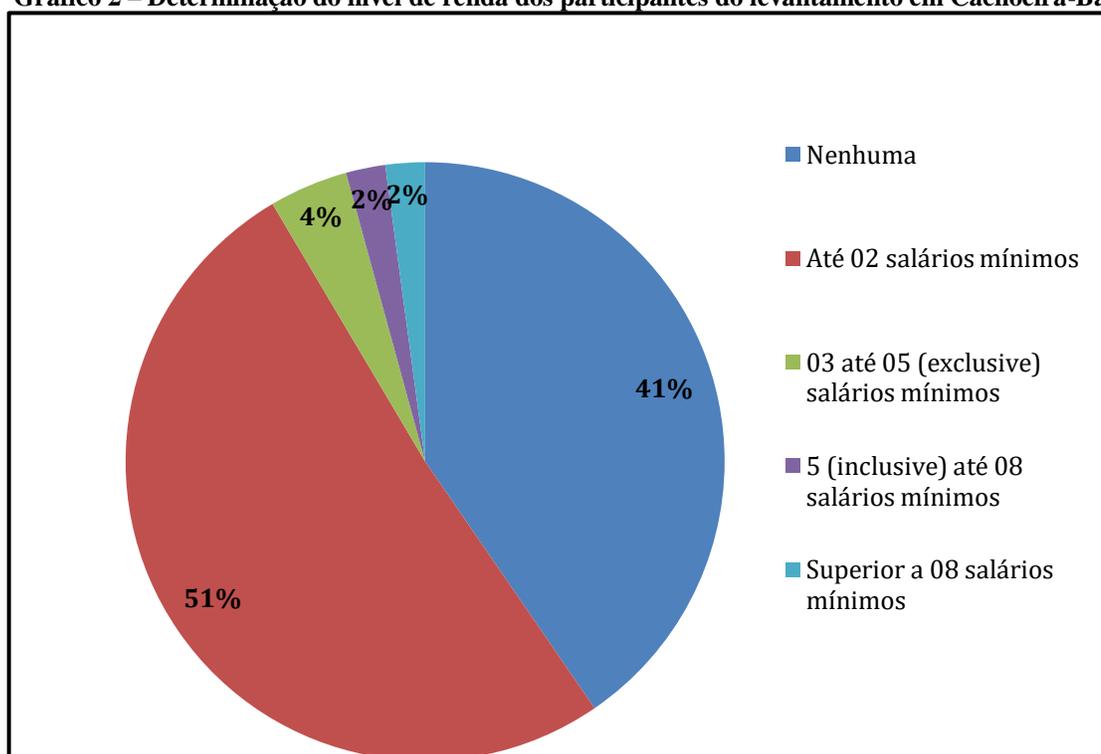
Desta forma, foram aplicados dois questionários on-line, disponíveis nos apêndices I e II, visando analisar as percepções de uma amostra dos indivíduos e gestores culturais do município sobre a implementação das políticas culturais abordadas no capítulo anterior e sua capacidade em promover o desenvolvimento local, gerando impactos sobre os indicadores renda, trabalho e consumo cultural.

Neste íterim destaca-se que foi estabelecido como amostra representativa para o primeiro questionário, voltado à população, com um total de 96 pessoas. Todavia, foi possível coletar apenas informações de 48 participantes. O perfil deste público-alvo concentrou 29% de artistas, 11% de produtores culturais e 60% de moradores. Em relação ao sexo dos participantes, detectou-se que 58% eram do sexo feminino, 40 % masculino e 2% não-binário.

Outro dado relevante em relação ao perfil dos participantes foi quanto ao grau de escolaridade dos indivíduos na amostra, na qual o resultado foi que 15 pessoas possuem Superior incompleto, 13 Superior completo, 12 Ensino médio completo, 2 Ensino fundamental completo e 1 Pós graduação.

No gráfico 2, é possível verificar que, em relação ao intervalo da renda mensal, os respondentes, em sua maioria, recebem até dois salários mínimos, com um percentual de 51%. Na outra extremidade, tem-se que 41% não detêm nenhuma renda. Por fim, 4%, 2% e 2% da amostra recebem respectivamente de 03 até 05 (exclusiva) salários, 05 (inclusive) até 08 salários e superior a 08 salários mínimos. As informações diagnosticadas quanto à renda corroboram as apresentadas pelo IBGE em 2020, em que a maior parte da população economicamente ativa recebe 1,9 salário mínimo mensal.

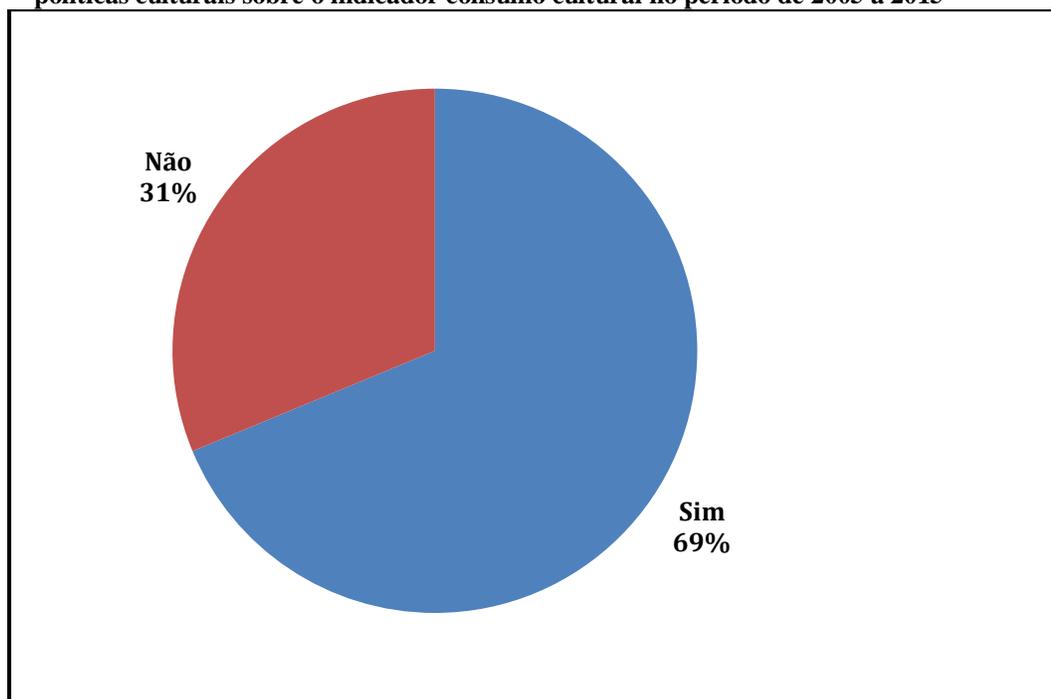
Gráfico 2 – Determinação do nível de renda dos participantes do levantamento em Cachoeira-Ba



Fonte: Elaboração própria (2022).

E para obter as percepções dos participantes sobre os impactos das políticas culturais sobre o indicador consumo cultural, foi realizada a seguinte pergunta: Você considera que o consumo cultural aumentou com as políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015? Conforme as respostas, tem-se que, 69% responderam Sim e 31 % disseram que Não. Ou seja, a maior parte considera que as políticas culturais implementadas no município têm contribuído no aumento do consumo cultural. (Gráfico 3). Uma explicação plausível para a percepção da maioria da população de que o consumo cultural aumentou no município durante este período reside no crescimento das festividades, aliado às diversas atrações culturais apresentadas no Cine Teatro Cachoeirano. Este estabelecimento é um dos imóveis públicos revitalizados pelo Programa Monumenta e transformou-se em um relevante espaço cultural para a exibição das produções de coletivos, instituições culturais locais e de outras cidades.

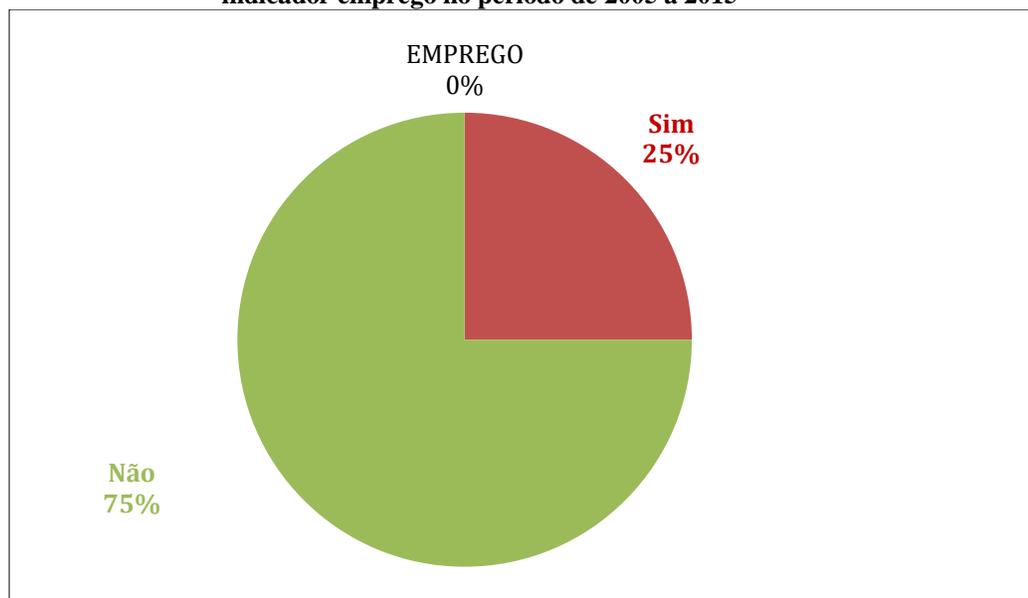
Gráfico 3 – Avaliação dos participantes do levantamento sobre a existência de efeitos positivos das políticas culturais sobre o indicador consumo cultural no período de 2005 a 2015



Fonte: Elaboração própria (2022).

E ao buscar avaliar a percepção dos agentes culturais e moradores locais quanto à geração de emprego, realizou a seguinte pergunta: Você percebeu alguma melhora no nível de emprego, devido às políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015? Averiguou-se que 75% pessoas responderam negativamente e apenas 25 % afirmaram que houve aumento no nível de emprego na região. Conforme fica expresso no gráfico 4, abaixo

Gráfico 4 –Avaliação dos participantes do levantamento sobre os efeitos das políticas culturais sobre o indicador emprego no período de 2005 a 2015

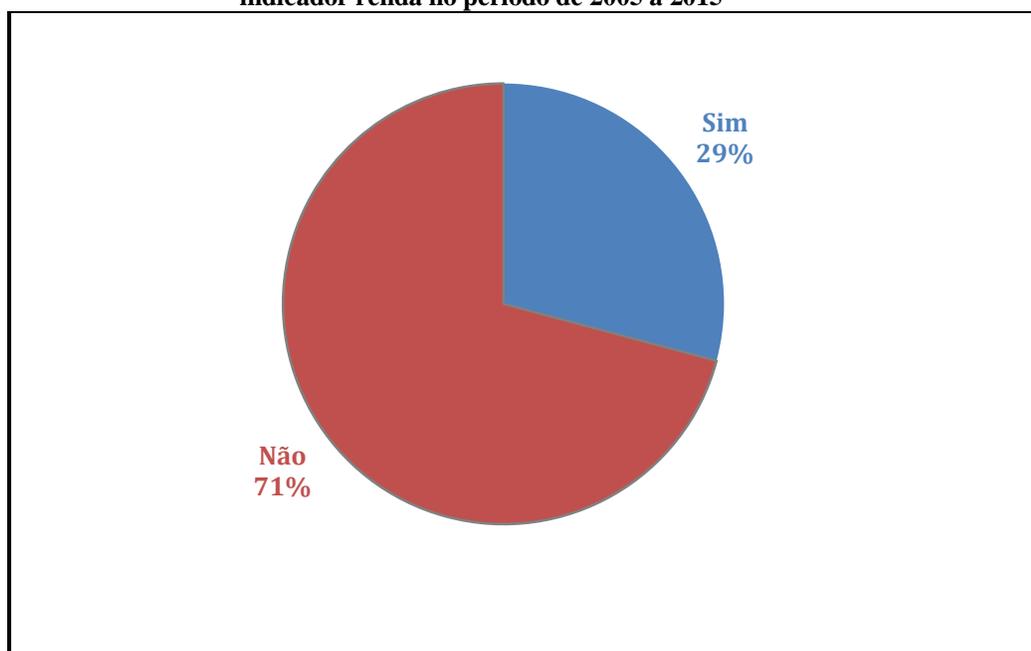


Fonte: Elaboração própria (2022).

Na sequência obteve-se, no gráfico 5, as percepções dos moradores e agentes culturais, quanto a uma visão de aumento na renda graças às políticas culturais, e a pergunta foi a seguinte: Você percebeu alguma elevação no nível de renda (remuneração), devido às políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015? No entanto, o resultado apresentado por este grupo é de pessimismo, com um percentual de 75% que responderam “não” e 25% dizem que “sim” para aumentos no nível de renda.

Ao analisar os dados apresentados nos Gráficos 4 e 5, nota-se que a população mantém uma percepção desfavorável em relação aos aumentos de renda e emprego decorrentes da implementação de políticas culturais. Essa reação pode ser atribuída à percepção dos residentes em relação às limitações gerais na inserção da mão de obra local em empregos formais, bem como ao elevado índice de informalidade presente no setor cultural. As estruturas produtivas resultantes das políticas culturais e de outras políticas, tais como os circuitos festivos ou práticas turísticas, revelam deficiências estruturais de manutenção das atividades e alta sazonalidade. Isso impede a absorção do considerável contingente de desempregados, bem como a garantia de uma remuneração contínua. Ou então pode refletir o distanciamento temporal das medidas quando da realização do levantamento.

Gráfico 5 –Avaliação dos participantes do levantamento sobre os efeitos das políticas culturais sobre o indicador renda no período de 2005 a 2015

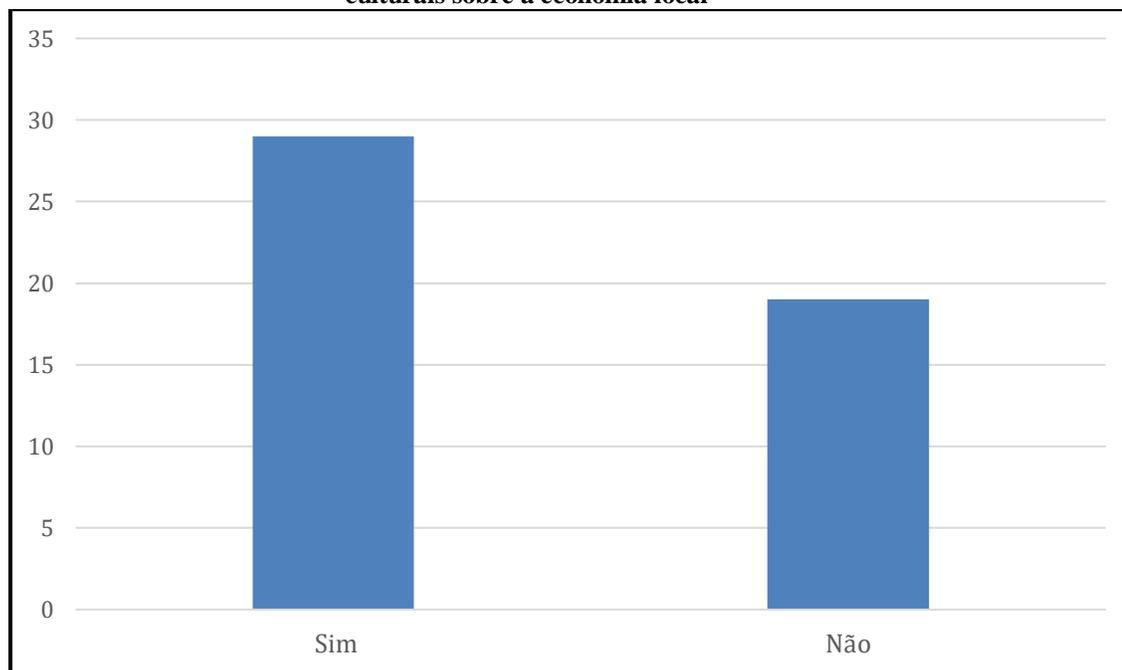


Fonte: Elaboração própria (2022).

Todavia, diagnosticou-se que, apesar de responderem negativamente no que se refere ao processo de aumento da renda e do emprego, tem-se que estes indivíduos consideram que a economia local sofreu impactos positivos das políticas culturais. No gráfico abaixo é possível perceber que 29 participantes responderam que Sim, contra 19 que responderam Não. Destaca-se que em sua maioria a população cachoeirana e seus artistas entendem que o município vem sendo impactado pelas políticas culturais.

Essa perspectiva otimista decorre da observação visual dos efeitos gerados pelo Programa Monumento, evidenciados pela notável reversão no estado de degradação dos imóveis e pelos intentos deste instrumento político, em ter participado ativamente na instalação de um centro de ensino superior no município. A universidade tem contribuído para alterar a dinâmica econômica, social e cultural da região, como já mencionado. Além disso, a estruturação do Sistema Municipal de Cultura, com a implementação dos principais órgãos e do Fundo de Preservação ao Patrimônio, legado do Monumenta, são alguns dos elementos que em conjunto propiciam a visão positiva dos atores, identificando possíveis avanços na condução das políticas culturais, com subsequente melhoria das condições para artistas, coletivos e instituições culturais estabelecidas no município.

Gráfico 6 – A percepção dos participantes do levantamento sobre o impacto positivo das políticas culturais sobre a economia local



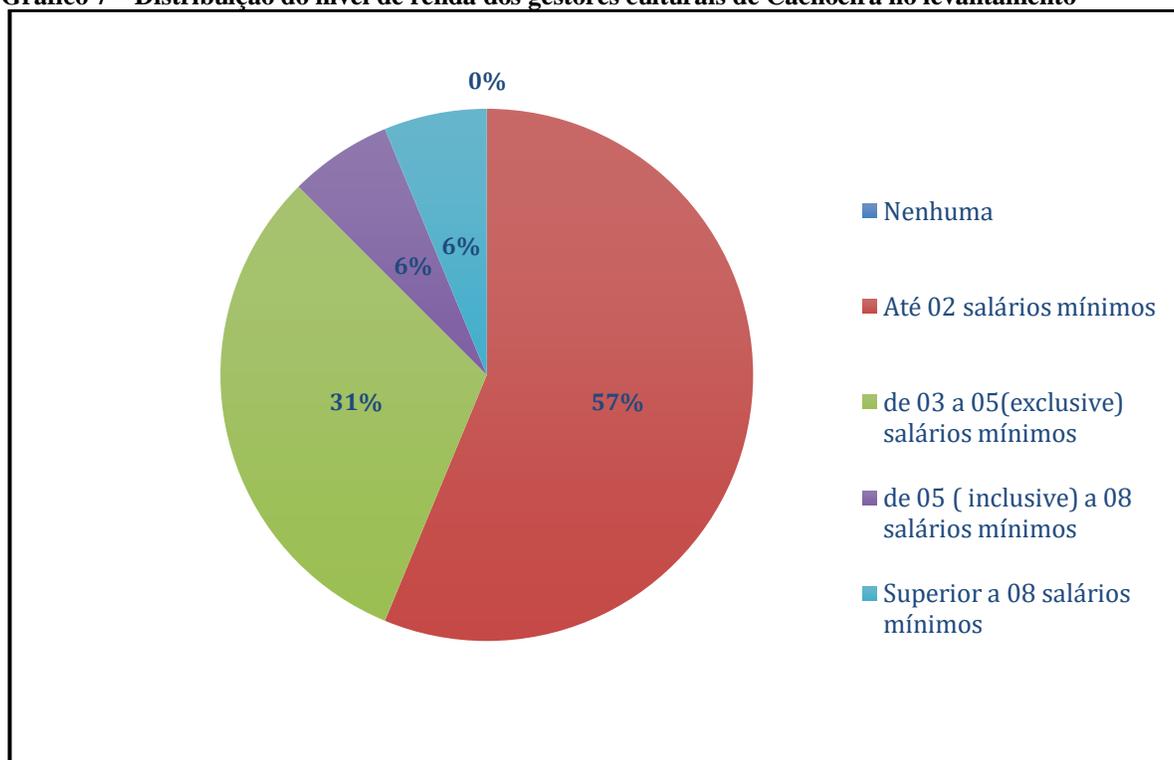
Fonte: Elaboração própria (2022).

Além do levantamento feito acima sobre uma amostra da população, destaca-se que foi aplicado um segundo questionário para uma amostra dos gestores culturais de Cachoeira. Neste, houve a aderência de 16 participantes entre gestores e membros do Conselho Municipal de Cultura, que se disponibilizaram a responder as perguntas elencadas sobre o panorama das políticas culturais da cidade. Observa-se que não é uma amostra aleatória e representativa. No entanto, mesmo com a restrição percebida na coleta das informações, optou-se em seguir com as análises dos dados adquiridos, na medida em que 81% dos representantes demonstraram conhecimento a respeito das duas políticas culturais implementadas, sendo que estes agentes são figuras relevantes na produção cultural do município.

Ao traçar o perfil deste grupo, nota-se que ele é composto por 62,7% de pessoas do gênero masculino contra 37% do feminino. E em relação ao grau de escolaridade, delimita-se que a maioria dos respondentes possui Pós-Graduação, com um percentual de 50%, seguido por Ensino Superior completo com 31,3% e Ensino Médio completo com 18,8%. Já em relação aos rendimentos mensais, tem-se que 56,3% recebem até 02 salários mínimos, 31,1% de 03 até 05 (exclusiva) salários, 6,3% de 05 (inclusive) até 08 salários e 6,3% superior a 08 salários mínimos.

Apesar de o setor cultural em geral remunerar melhor que o setor comercial, destaca-se que das informações coletadas, verificou-se que tanto a população local quanto os agentes culturais em sua maioria apresentaram rendimentos até o limite de dois salários mínimos neste município. Entretanto, deve-se ter em mente que as informações levantadas não são, em termos amostrais, representativas, sendo necessário ampliar o número de respondentes para obter uma melhor conclusão sobre este indicador. (gráfico 7)

Gráfico 7 – Distribuição do nível de renda dos gestores culturais de Cachoeira no levantamento

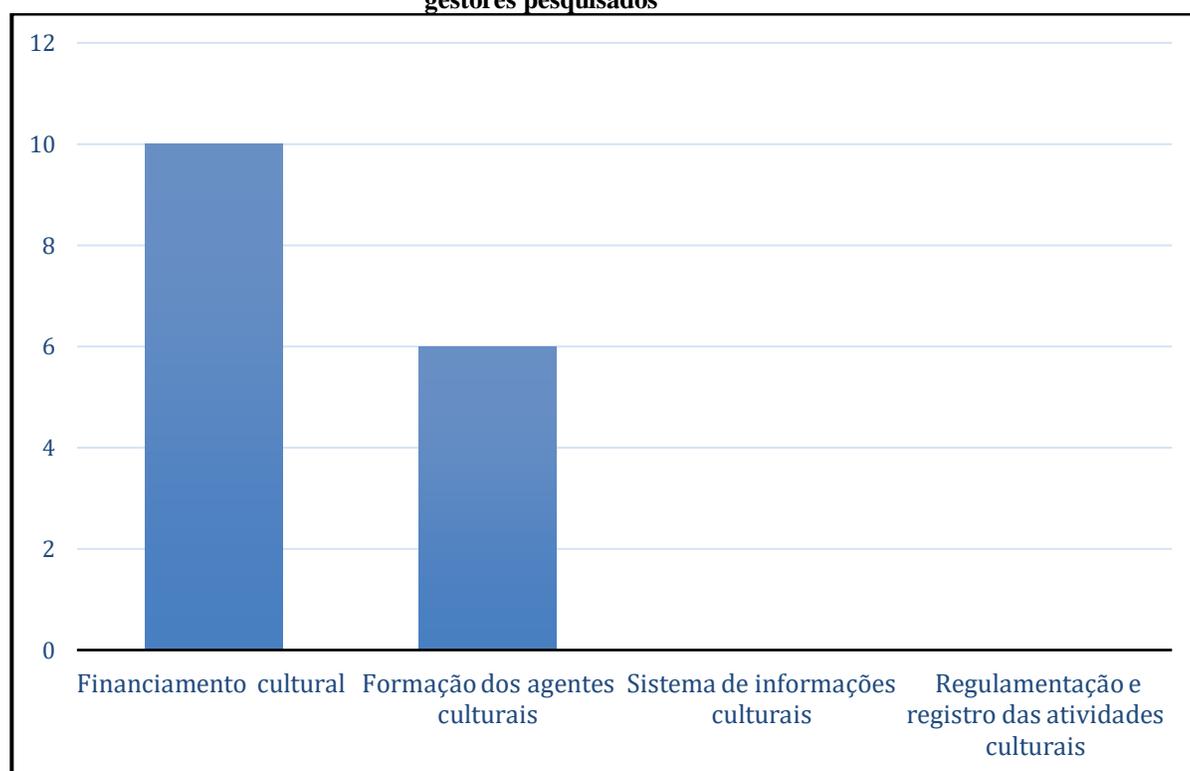


Fonte: Elaboração própria (2022).

Sobre as políticas culturais, destaca-se que 81,3% dos gestores participaram da implementação das políticas culturais de Cachoeira. Sendo importante salientar que, segundo os próprios participantes, as políticas foram responsáveis por resolver problemas como a existência de poucos espaços de formação e capacitação dos produtores e a falta de participação dos agentes culturais no processo de construção das políticas culturais, as quais representaram 25% das amostras cada. Outro ponto destacado foi a ausência de financiamento das instituições culturais e a ausência de mecanismo de preservação dos bens patrimoniais materiais e imateriais, com 18,8 % e 6,3%, respectivamente.

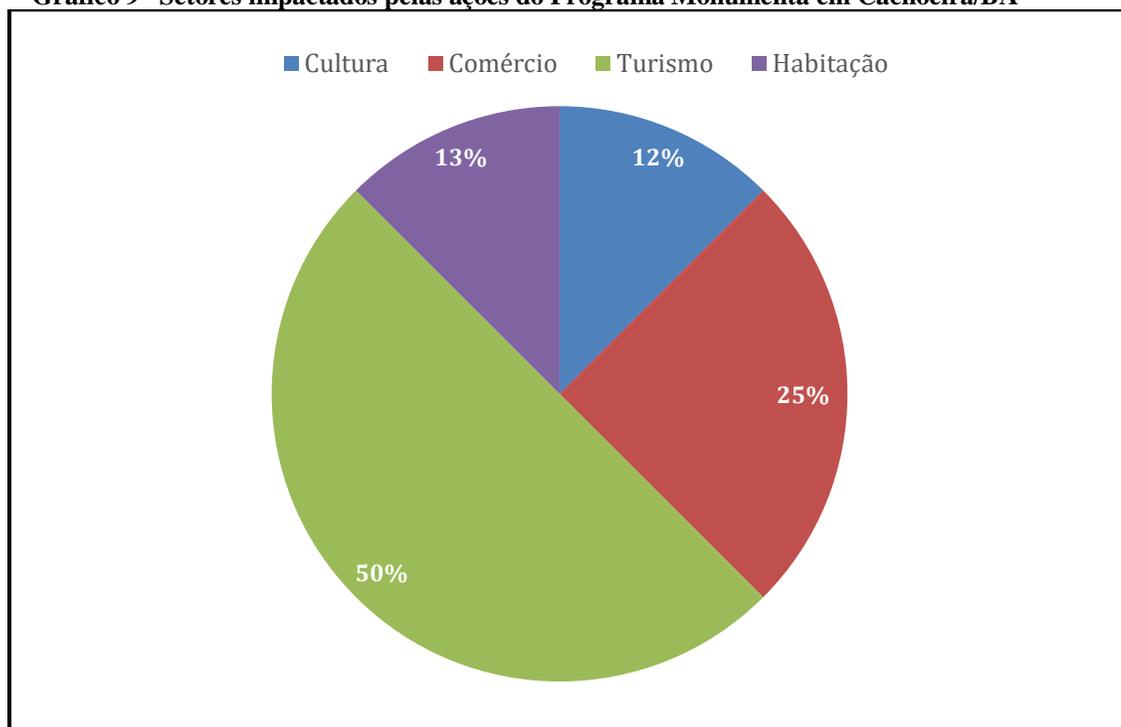
De acordo com os resultados obtido no gráfico 8, averiguou-se que, para os gestores, a política cultural poderia contribuir de modo a melhorar o desempenho das atividades culturais presentes no município, através das etapas de financiamento cultural (captação de recursos) com 62,5% (10 respostas), formação e capacitação dos agentes culturais com 37,5% (6 respostas) e para sistemas de informações e indicadores culturais e regulamentação das atividades culturais nenhum resultado foi visualizado.

Gráfico 8 – Aspectos que devem ser priorizados pelas políticas culturais em Cachoeira-BA na visão dos gestores pesquisados



Fonte: Elaboração própria (2022).

Na terceira seção do questionário buscou-se verificar o impacto proporcionado pelas duas políticas culturais implementadas em Cachoeira. Primeiramente, ao analisar os efeitos do Programa Monumenta, delimitou-se que as percepções dos gestores quanto ao setor de atuação é que ele foi impactado de forma positiva, sendo que os maiores foram o Turismo, com 50%, e na sequência o Comércio, com 25%, Cultura com 13% e Habitação com 12%, conforme é possível observar no gráfico 9, abaixo:

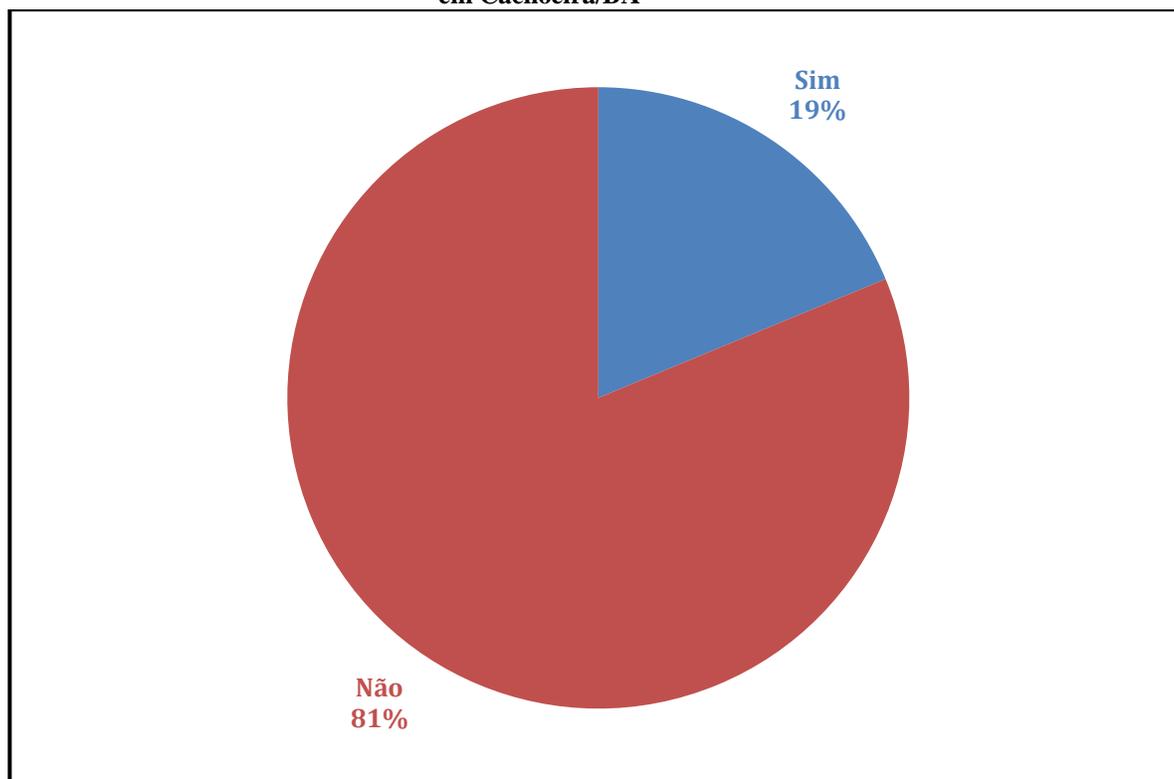
Gráfico 9 –Setores impactados pelas ações do Programa Monumenta em Cachoeira/BA

Fonte: Elaboração própria (2022).

O resultado expresso pela percepção dos gestores no gráfico acima reflete parcialmente um alinhamento com os interesses do Programa Monumenta, na medida em que para os gestores houve um aumento da funcionalidade dos prédios, por meio da abertura de novos empreendimentos, fortalecendo o segmento do comércio. E que também teve um grande impacto sobre as atividades turísticas em Cachoeira, que detém uma tradicionalidade e predisposição ao turismo. No entanto, áreas como habitação e cultura, que dialogam com os interesses da coletividade, se apresentam com valores inferiores. Diante a isso, questiona-se quem foram os grupos sociais beneficiados diretamente pelo PM?

Além disso, deve-se ressaltar que, para identificar os efeitos promovidos pelo Programa Monumenta sobre a renda, foi feita aos gestores a seguinte pergunta: Você avalia que houve aumentos no nível de renda dos trabalhadores culturais, devido a esta política cultural (Programa Monumenta) implementada em Cachoeira? De acordo com as respostas obtidas no gráfico 10, o percentual foi de 81% Não e 19% para Sim. Ou seja, em sua grande maioria os gestores identificam que não houve elevações na renda no município, devido ao programa. (Gráfico 10)

Gráfico 10 – Percepção do Impacto Positivo do Programa Monumenta sobre os indicadores de renda em Cachoeira/BA



Fonte: Elaboração própria (2022).

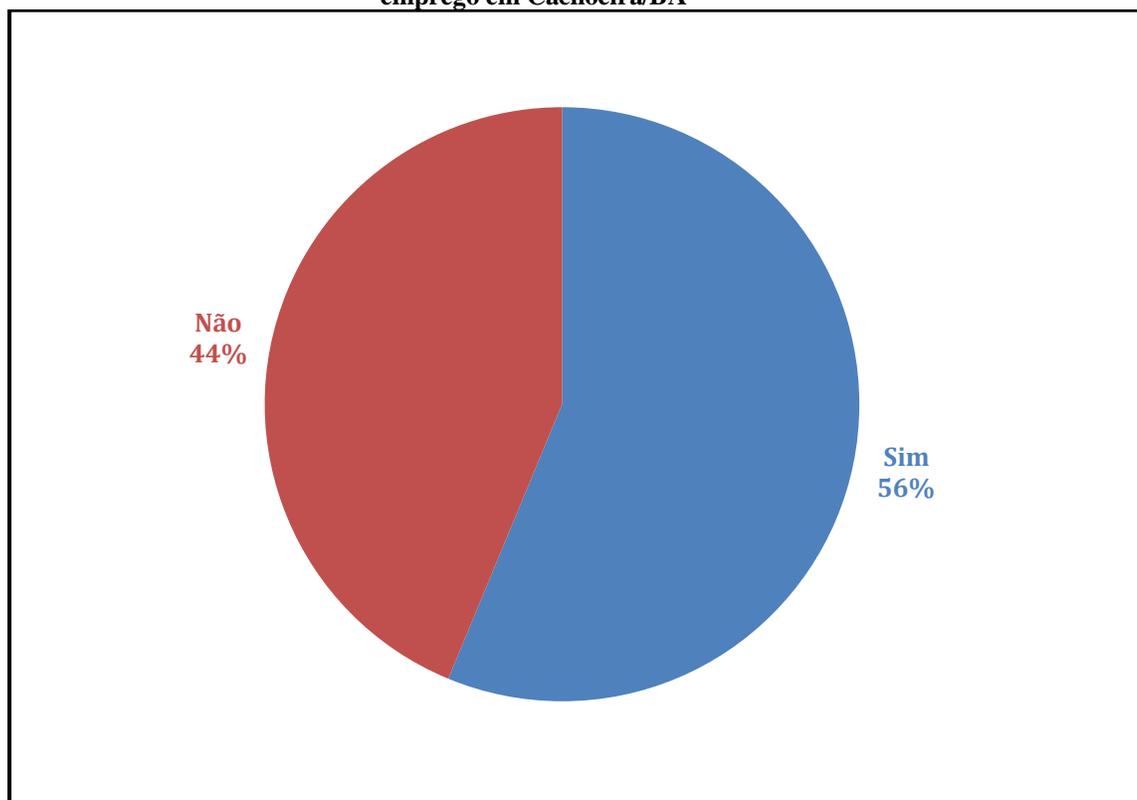
Já, no caso do emprego, foi perguntado aos gestores sobre o impacto do Programa Monumenta neste quesito, utilizado a seguinte pergunta: Você percebeu alguma melhoria na criação de postos de trabalhos na área cultural e em setores tradicionais da economia, devido à implementação desta política cultural (Programa Monumenta)?

Observa-se no gráfico 11, abaixo que existe uma pequena diferença, sendo que 44% dos gestores responderam que Não e 56% Sim. Todavia, ao observar os índices levantados sobre o município, é possível perceber que o nível de desemprego percebido pela localidade é muito elevado.

Essa visão, apresentada pelos gestores, pode estar relacionada ao fato de que, durante a execução do Programa Monumenta (PM), ocorreu uma maior abrangência com diferentes tipos de trabalhadores, incluindo técnicos, restauradores, arquitetos, engenheiros, pedreiros e outros, envolvidos nos processos de reforma de imóveis públicos e privados. Além disso, após as reformas dos imóveis, verificou-se abertura de novos empreendimentos como pousadas, hotéis, supermercados e restaurantes. Esse aumento na atividade econômica, por sua vez, se refletiu na

sensação de crescimento da empregabilidade e da ocupação de postos de trabalho, conforme percebido pelos gestores.

Gráfico 11 – Percepção do Impacto Positivo do Programa Monumenta sobre os indicadores de emprego em Cachoeira/BA



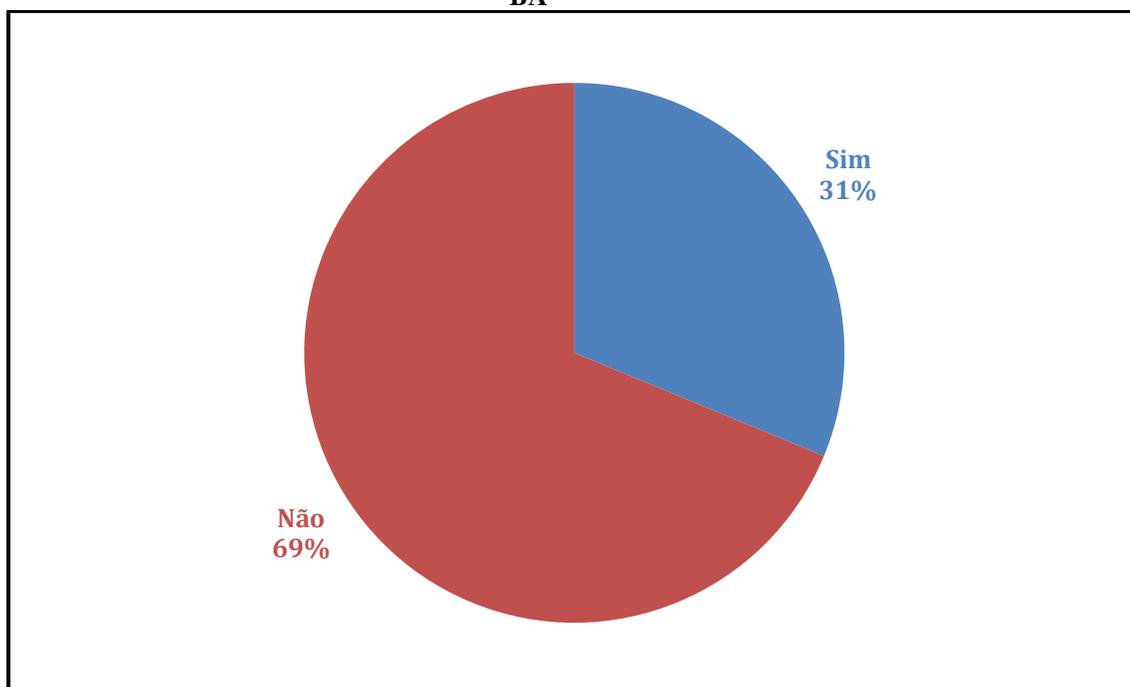
Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação ao Sistema Municipal de Cultura, foi possível diagnosticar que 87,5% dos gestores destacam ter participado do processo de implementação desta política pública, sendo que apenas 12,5% não participaram. Atrelado a isto, tem-se que neste universo de respostas, expõem-se que 93,8 % consideram que a ausência de um sistema de informações e indicadores culturais municipais constitui-se em um aspecto limitante para o desenvolvimento da política cultural no município.

E na sequência mostra-se no gráfico 12 a percepção dos gestores quanto aos impactos do SMC para o indicador de renda do município de Cachoeira-BA. Para tanto, foi utilizada a seguinte pergunta: Você percebeu alguma melhoria na criação de postos e trabalhos na área cultural e em setores tradicionais da economia devido à implementação desta política cultural em Cachoeira?

Em relação às respostas obtidas sobre os efeitos protagonizados pelo SMC sobre a renda, aponta-se que 69% considera que não e 31% sim. Ou seja, em sua maioria os gestores identificam que não houve elevação da renda no município, devido a implementação do SMC.

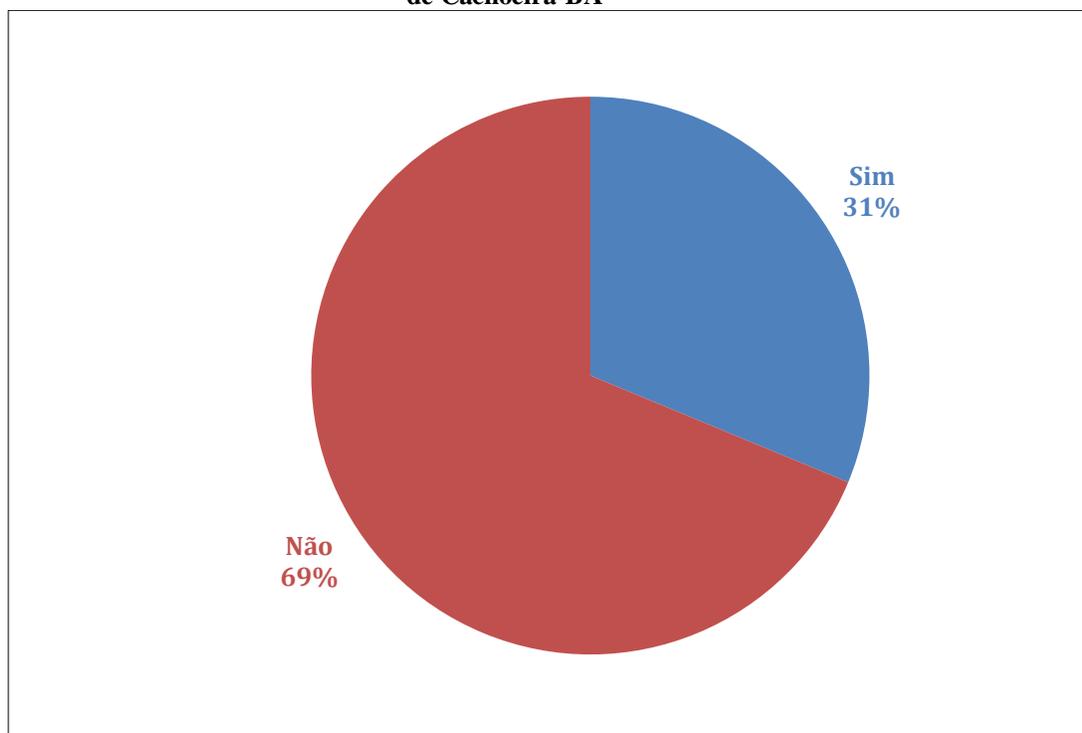
Gráfico 12 – Percepção do impacto positivo sobre a renda pela implementação do SMC de Cachoeira-BA



Fonte: Elaboração própria (2022).

E ao realizar a seguinte pergunta: Você acha que houve aumento no nível de emprego do setor cultural e tradicional da economia, devido a esta política cultural implementada em Cachoeira? Destaca-se que os gestores culturais declararam que, de acordo com as informações retiradas do gráfico abaixo, não houve aumento no emprego com a implementação do SMC, sendo Não para 69% e apenas 31,3% com resposta Sim como mostra o resultado no gráfico 13.

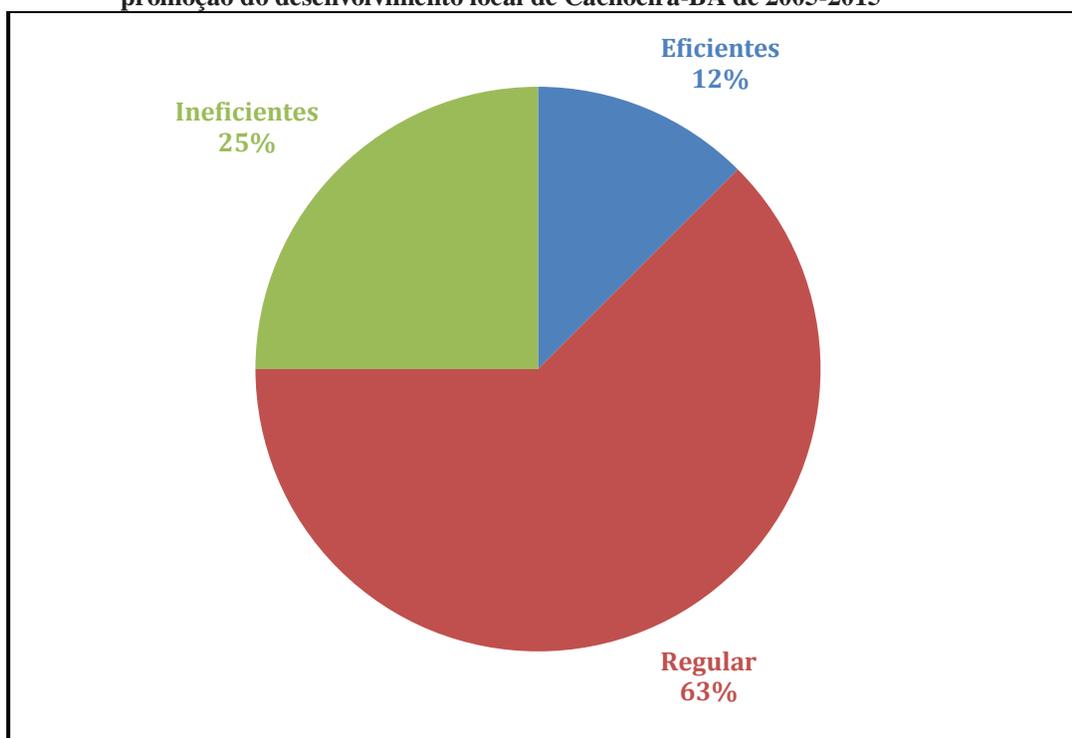
Gráfico 13 –Percepção dos impactos positivos sobre o nível de emprego pela implementação do SMC de Cachoeira-BA



Fonte: Elaboração própria (2022).

Logo abaixo, no gráfico 14, é possível verificar o resultado quanto à pergunta feita aos participantes: Como você considera as ações promovidas pelas políticas culturais (Programa Monumenta e Sistema Municipal de Cultura), implementadas em Cachoeira visando a promoção do desenvolvimento local no período de 2005 a 2015.

Gráfico 14 –Percepção dos gestores pesquisados quanto à eficiência das Políticas culturais para promoção do desenvolvimento local de Cachoeira-BA de 2005-2015



Fonte: Elaboração própria (2022).

De acordo com o gráfico, tem-se que a maioria dos gestores (63%) consideram que as políticas culturais na promoção do desenvolvimento local apresentam-se como regulares, sendo que 25% as veem como ineficientes e 12% como eficientes. Novamente, o dobro de pessimistas frente aos otimistas. Este resultado evidencia que a condução das políticas culturais no município se apresenta, na percepção da amostra investigada, de maneira limitada, não conseguindo atender adequadamente aos interesses da coletividade e auxiliar na promoção do desenvolvimento, conforme proposto. Isso é corroborado pelo diagnóstico exposto neste estudo, que revela as dificuldades na obtenção de dados sobre os setores culturais, a falta de formação e financiamento direto para os agentes culturais, elevada informalidade no setor cultural, obstáculos estruturais para a realização das ações culturais, entre outros aspectos. Estes elementos se constituem como fatores restritivos que podem impedir o estabelecimento de uma organização estratégica das produções locais, refletindo os efeitos das políticas públicas de cultura na contribuição para o desenvolvimento econômico do município de Cachoeira-Ba.

5 CONCLUSÃO

O trabalho empreendido consistiu em um estudo preliminar sobre o alcance das políticas culturais implementadas em Cachoeira-BA, o Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultura, como uma tentativa de dimensionar os impactos socioeconômicos destas políticas na promoção do desenvolvimento local.

Considerada uma cidade Heroica e Monumento Nacional pelo órgão do IPHAN, o município possui um legado de patrimônio material e imaterial, composto por estruturas arquitetônicas e manifestações culturais que compõem a dinâmica cultural e turística local. A cidade foi alvo de fortes investimentos por parte das entidades federais e estaduais, as quais perceberam a necessidade não só de salvaguardar o patrimônio material, por meio das políticas de restauração de imóveis tombados, mas como também em iniciativas voltadas ao fomento do turismo. Aqui se verificam iniciativas de espetacularização de festas tradicionais como Festa do São João, Irmandade da Boa Morte e Festa D’Ajuda, além da criação da Rota da Liberdade para difusão do turismo Étnico na região do Recôncavo Baiano.

E na contemporaneidade observou-se também o fortalecimento de ações em âmbito municipal que visavam suprir as lacunas deixadas por outras políticas culturais quanto à participação das instituições e agentes culturais, reforçando a necessidade de atuação dos atores na construção das políticas públicas para a promoção da dinâmica produtiva cultural deste território, através da implementação dos SMC.

Diante das informações coletadas sobre as duas políticas culturais analisadas neste trabalho, o Programa Monumenta e o Sistema Municipal de Cultural, verificou-se que estas iniciativas tiveram um papel fundamental para o município em termos culturais, econômicos e sociais. Isso se deu com a dinamização de alguns setores importantes, como no caso do Programa Monumenta, em que foi possível destacar que entre as 26 cidades brasileiras contempladas, Cachoeira se destacou em termos de eficácia no processo de execução deste programa, cumprindo 87,6% na execução dos investimentos para reformas de imóveis públicos. E graças aos resultados obtidos o município recebeu um aumento de 417,64% nos recursos, atingindo R\$ 42 milhões ao final do programa. Ressalte-se que, ao verificar as percepções dos gestores por meio de questionários aplicados para avaliar a visão dos mesmos sobre os resultados do programa,

encontrou-se que o setor que obteve maior impacto pelas ações desta política foi o setor de Turismo com 50%, seguido por Comércio com 25%, Habitação com 13% e Cultura com 12%.

Em síntese, observou-se que a implementação deste programa conferiu algumas mudanças qualitativas ao município em termos paisagísticos e arquitetônicos, além de deixar um fundo de preservação ao patrimônio material de Cachoeira. Este vem sendo utilizado em ações promovidas pelo Conselho de Políticas Culturais de Cachoeira, após a consolidação das estruturas do SMC, com o lançamento do I edital de políticas culturais no município.

Em relação ao SMC, diagnosticou-se que para os agentes, coletivos e instituições culturais, este se constituiu como uma política essencial, na medida em que conferiu aos detentores dos saberes culturais a missão de atuar, através do Conselho de Políticas Culturais de Cachoeira, na promoção de iniciativas que visem garantir um melhor dimensionamento dos recursos para os bens e serviços culturais. Em particular os bens culturais que compõem a imaterialidade patrimonial desta localidade, bem como na condução dos planos, programas e projetos que venham a ser desenvolvidos em Cachoeira.

Neste íterim, pode-se observar também que, dos 20 municípios do Recôncavo Baiano, apenas 3 localidades (Cachoeira, Santo Amaro e Dom Macedo Costa), possuem todas as estruturas obrigatórias do SMC constituídas, incluindo o fundo municipal de cultura que tem a função de facilitar o recebimento de recursos fundo a fundo para a difusão das atividades culturais. Todavia, identificou-se que, mesmo com a estrutura construída, o município de Cachoeira enfrenta gargalos que se concentram na ausência de um Sistema municipal de informações e indicadores culturais, além de uma reduzida dotação orçamentária para cultura que impossibilita a contemplação das necessidades dos setores culturais. Isso porque 87% dos recursos do orçamento são utilizados para promoção das festividades locais. E compromete a capacidade de manejo dos recursos para outros fins, como a manutenção das instituições culturais e agentes culturais locais, que atuam anualmente sem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas práticas artísticas, sendo obrigados a abandoná-las ou permanecer na informalidade. Compreende-se a importância das festividades patrimonializadas em termos de fomento ao turismo e, conseqüentemente, à economia. No entanto, os ganhos são limitados, tendo em capacitação vista a sazonalidade e os obstáculos apresentados pelo município ao longo dos anos.

Os gestores, durante a pesquisa qualitativa, destacaram que existe uma necessidade de financiamento cultural, com 62% das respostas positivas. No caso da Formação e dos agentes

culturais, o percentual foi de 37,5%. Segundo estes agentes, as políticas culturais devem traçar um desenho que vise suprir estas carências percebidas na dinâmica produtiva local, e que tem se constituído como agravante na perpetuação de informalidade e no desaparecimento de alguns segmentos culturais.

Em síntese, averiguou-se que, de forma preliminar, os estudos empreendidos neste trabalho ainda são insuficientes para precisar o impacto socioeconômico e a capacidade das políticas culturais elencadas de auxiliar na promoção do desenvolvimento local do município. Pois, ao que se sabe, existem outras políticas públicas (variáveis) que não estão presentes no modelo, além da limitação quanto a sistematização de dados e indicadores culturais no município, que inviabiliza uma análise concreta sobre a situação percebida ao longo do período de 2005-2015 da realidade de Cachoeira. E apesar de buscar diferentes fontes que pudessem suprir as lacunas quanto aos dados apresentados nos principais indicadores de renda, emprego e consumo cultural, não se têm informações suficientes quanto ao efeito direto e indireto sobre estes indicadores.

Além disso, com relação à análise dos gestores sobre a efetividade das políticas culturais na promoção do desenvolvimento local, tem-se que 63% consideram como regular a atuação destas. Alinhado a isto, foram delimitados os dados coletados na IFMD de 2018, referente ao grau de desenvolvimento econômico do município. Assim, foi possível encontrar que, em 2005, o índice apresentado foi de 0,4341, atingindo em 2015 o valor de 0,5880, com status regular neste processo.

Outro importante avanço percebido no município concentra-se no PIB real, que apresentou um ligeiro aumento quando comparado ao PIB nominal. E no que tange ao mercado de trabalho, foi possível diagnosticar um aumento no nível de emprego saindo em 2005 de um total de 2.918 pessoas empregadas para 3.419 em 2015. Todavia, apesar deste crescimento, o município ainda apresenta um resultado negativo quanto ao nível de emprego, com 89% da população em situação de desemprego ou fora da força de trabalho. Destaca-se também que a renda mínima ficou em torno de 1,9 salário mínimo em 2020, conforme informações disponibilizadas pelo IBGE. Ou seja, de acordo com os dados preliminares obtidos nesta pesquisa é possível visualizar que houve uma situação de avanço no município. Contudo, ainda não se pode afirmar de fato que se tem uma consolidação no desenvolvimento local em Cachoeira,

promovido em particular pelos efeitos das políticas culturais implementadas durante o período analisado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/ADORNO.pdf?1349568504>. Acesso: 10 out. 2022.
- AMARAL FILHO, Jair. A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 262- 286, jun. 2001.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>. Acesso: 07 nov. 2022.
- ASUAGA, Caroline. A quantificação do consumo cultural e as políticas culturais. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: informações, territórios e economia criativa**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. p. 53-52. Disponível em: https://of.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IC-POLCULTURAIIS_vol3_ONLINE_AF-2.pdf. Acesso: 10 out. 2022.
- BAHIA. Governo do Estado. **Bahia criativa: diretrizes e iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa na Bahia**. Salvador, 2014. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Documento_Bahia_Criativa_versao_web.pdf. Acesso: 07 nov. 2022.
- BAHIA. Governo do Estado. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia. **Efeitos da Festa de São João em municípios selecionados**. Salvador, 2013. [Relatório]. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/relatorios/relatorio_sao_joao.pdf. Acesso: 17 nov. 2022.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Diretoria de Territorialização da Cultura. Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura. **Panorama dos sistemas municipais de cultura da Bahia**: 2015. Salvador, 2020. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Panorama/Novo_Projeto_Panorama_220622.pdf. Acesso: 17 nov. 2022.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Diretoria de Territorialização da Cultura. Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura. **Panorama dos Sistemas Municipais de Cultura da Bahia**. Salvador, 2021. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Panorama/Novo_Projeto_Panorama_220622.pdf. Acesso: 17 nov. 2022.
- BARILI, Fabiane; CARVALHO, Juliano Varella de; BEZ, Marta Rosecler. As indústrias culturais e criativas baseadas nos círculos concêntricos gestão e desenvolvimento. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 13, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514252950001>. Acesso: 10 fev. 2022.
- BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. Disponível em:

<https://arquivofee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/estudos-setoriais-sessao5-3.doc>. Acesso: 10 nov. 2022.

BAYARDO, Rubens. Indústrias criativas e políticas culturais. perspectivas a partir do caso da cidade de Buenos Aires. *In*: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais**: informações, territórios e economia criativa. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/politicasculturais_issue_af. Acesso em: 10 nov. 2022.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

BITTENCOURT, Adriana. **A paisagem urbana de Cachoeira**: diferentes olhares e interfaces. 2011, 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17789/1/Adriana%20Santana%20Bittencourt.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: IICA, 1999. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07212021030353-metodologia.de.planejamento.do.desenvolvimento.local.e.municipal.sustentavel.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BURITY, Joanildo. Cultura e desenvolvimento. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/139/4/Teorias%20e%20políticas%20da%20cultura.pdf>. Acesso em: 15 nov.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: STF, 2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações (2011-2014). Brasília, 2012. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

CACHOEIRA (Cidade). **Lei nº 591 de 19 de novembro de 2001**. Institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Cachoeira, 2001. Disponível

em:<http://www.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/cachoeira/iframe.cfm?pagina=abreDocumento&arquivo=33E303518E4E>. Acesso em: 12 out. 2022.

CACHOEIRA (Cidade). **Lei n. 1.140, de 22 de setembro de 2015**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Cachoeira para o decênio 2015-2025. Cachoeira, 2015. Disponível em: https://planosmunicipaisdecultura.ufba.br/sites/planosmunicipaisdecultura.ufba.br/files/pmc_cachoeira_ba_lei_1140_2015.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

CACHOEIRA (Cidade). **Lei n. 1.121 de 25 de fevereiro de 2015**. Estima receita e fixa a receita do orçamento de Cachoeira para o exercício de 2015. Cachoeira, 2015. Disponível em: <https://www.cachoeira.ba.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica>. Acesso em: 23 out. 2022.

CACHOEIRA (Cidade). **Lei n. 1.000, de 13 de dezembro de 2013**. Institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeira. Cachoeira, 2013. Disponível em: <https://www.cachoeira.ba.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-de-2013>. Acesso em: 23 out. 2022.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Trabalhos apresentados** [...]. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CALABRE, Lia. Sobre o conceito de políticas culturais. *In*: CANCLINI, Néstor García; ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais. *In*: CANCLINI, Néstor García; ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (org.). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32115/1/POLITICA-CULTURAL%20-%20RI.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. *In*: CANCLINI, Néstor García (org.). **Políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-61. Disponível em: https://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/373/Garcia_Políticas_culturales_y_crisis_de_desarrollo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 nov. 2022.

CANEDO, Daniela; COSTA, Kátia. Políticas culturais. *In*: CANEDO, Daniela; COSTA, Kátia. **Planos municipais de cultura em ambiente de aprendizagem a distância**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://www.planosmunicipaisdecultura.ufba.br/modulo-02-politicas-publicas-de-cultura-e-sistema-nacional-de-cultura-snc>. Acesso em: 21 out. 2022.

CELESTINO, Livia. **A produção do espaço urbano em Cachoeira/Ba**: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos. 2014. 302 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Leonardo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

GAMA, Marina. Criatividade e desenvolvimento. *In*: BNDES. **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro, 2012. p. [160-189]. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7215>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIANNECCHINI, Ana. O IPHAN e o Programa Monumenta: lições para a gestão do patrimônio cultural. *In*: SILVA, Frederico A. Barbosa da (org.). **Direito e políticas culturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-016-5>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GREFFE, Xavier. **A economia artisticamente criativa**. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2015.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**, Salvador, v. 05, p. 89-112, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/29782609-Wendel-henrique-professor-adjunto-do-departamento-e-mestrado-em-geografia-da-universidade-federal-da-bahia-resumo.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

IBGE. **Cidades@**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

IPHAN. **Programa de Revitalização Urbana para Sítios Históricos**: instrumentos de identificação do patrimônio cultural aplicáveis à gestão de sítios históricos urbanos. Brasília, jun. 2001. (Documentos, 03). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec3_SitiosHistoricos_m.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

ITAÚ CULTURAL. **Observatório Itaú Cultural**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio-itaucultural>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KÖSTER, Pau Rausell. **Cultura estrategia para el desarrollo local**. Madrid: AECID, Universitat de Valencia, Instituto Interuniversitario Desarrollo Local, 2007. Disponível em: https://issuu.com/ccemalabo/docs/desarrollo_local. Acesso em: 30 nov. 2022.

LIMA, Luciana; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/293607069.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MACHADO, Rosi. **Da indústria cultural à economia criativa**. Artigo apresentado como comunicação no IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo (IV ENEC). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%206%20\(pp83%20a%2095\).pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu%2018_artigo%206%20(pp83%20a%2095).pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

MADEIRA, Mariana. **Economia criativa**: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16704984-Economia-criativa-implicacoes-e-desafios-para-a-politica-externa-brasileira.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MARTINEZ, Sebastián; GERTLER, Paul; PREMAND, Patrick; RAWLINGS, Laura; VERMEERSCH, Christel. **Avaliação de impacto econômico na prática**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Avalia%C3%A7%C3%A3o-de-impacto-na-pr%C3%A1tica-Segunda-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARTINS, Sérgio; MARTINS, Waleska. Festas e desenvolvimento local em Cachoeira, Bahia. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i4.3037>. Acesso em: 10 out. 2022.

MULS, Leonardo. Desenvolvimento local, espaço e território: o Conceito de Capital Social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Institucional Economics**, Brasília, v.9, n.1, p.1–21, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/33510413/Desenvolvimento_Local_Espa%C3%A7o_e_Territ%C3%B3rio_O_Conceito_de_Capital_Social_e_a_Import%C3%A2ncia_da_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Redess_entre_Organismos_e_Institui%C3%A7%C3%B5es_Locais. Acesso em: 15 out. 2022.

NATARELLI, Talita. A cultura do povo e para o povo: direito fundamental erradicado. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 16, p. 51-63, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7316>. Acesso em: 15 out. 2022.

PUGA, Fernando; CASTRO, Lavinia (org.). **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16040>. Acesso em: 15 out. 2022.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-da-Cultura-e-Desenvolvimento-Sustenta%C3%A7%C3%A3o-e-o-Caleidosco%C3%A7%C3%A3o-da-cultura-Ana-Carla-Fonseca-Reis.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia criativa**: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Garimpos de Soluções, 2008. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Economia-Criativa-como-Estrat%C3%A9gia-de-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

RIVAS, André Luis Marocci. **Cidades criativas**: uma análise sobre as possíveis contribuições da economia criativa para o desenvolvimento do município de Cachoeira. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30660/1/Disserta%20c3%a7%20de%20Mestrado%20-%20Andr%20Luis%20Marocci%20Rivas.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. Políticas culturais no município de Cachoeira-BA: avanços e desarticulações. *In*: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Trabalhos apresentados** [...]. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/1917.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Caminhos da preservação**: políticas, patrimônio material e reflexos nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional) - Programa de pós-graduação em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-93929/caminhos-da-preservacao-politicas-patrimonio-material-e-reflexos-nas-dinamicas-social-e-urbana-de-cachoeira-ba>. Acesso em: 02 dez. 2022.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Interfaces entre o patrimônio cultural e as políticas de turismo em Cachoeira, Bahia, Brasil.** [S.l.]: Observatório Geográfico de América Latina, 2010. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall4/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/30.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Albino (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

RUBIM, Albino. **Panorama das políticas culturais no mundo**. Salvador: Edufba, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7660>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212409/mod_resource/content/1/Texto%20Boaventura_%20A%20Univ%20no%20s%C3%A9c%20XXI.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, Rubenilda. **Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje**: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11359/1/Dissertacao%20Rubenilda%20Santosseg.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/yTffng6tmYHfgQmTTnYT5fF/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/339237/mod_folder/content/0/texto_15.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Francisco. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 111-121, maio/out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ns.v3i4.31173>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 1, p. 117-134, jan./jun. 2023. Disponível em:
<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11655>. Acesso em: 23 set. 2023.

SIMÕES, Fabiana Lopes. **Produto 4**: documento técnico sobre avaliação dos resultados da ação de financiamento para recuperação de imóveis privados em sítios históricos, tendo como universo a documentação relacionada a 78 editais do Programa Monumenta, com base nos dados obtidos nas etapas anteriores. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2017. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

SOUZA, Célia. Introdução políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1984. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=69672&forceview=1>. Acesso em: 25 set. 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os Economistas). Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/930930/mod_resource/content/0/A%20Riqueza%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%205BVol.%20I%5D%20-%20Adam%20Smith-%20Blog%20-%20conhecimentovaleouro.blogspot.com%20by%20%40vinciusf666.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

TEXEIRA, Lucivanio. Marco regulatório do incentivo fiscal à cultura no Brasil: cronologia e características. *In*: SEMEAD-SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2020. Disponível em:
https://login.semead.com.br/23semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=2414. Acesso em: 23 set. 2023.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pista. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355430.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

TONIOL, Ana Paula Nobile; ALBIERI, Sara. Ciência econômica e economia da cultura: transferências e especificidades. **Intelligere**: revista de história intelectual, São Paulo, n. 7, p. 263-271, jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/download/162122/156031>. Acesso em: 23 nov. 2022.

THROSBY, David. **Economía y cultura**. Madrid: Cambridge University Press, 2001. Disponível em: https://issuu.com/economiaycultura/docs/libro_econom__aycultura_introduccio. Acesso em: 23 nov. 2022.

UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

UNESCO. **Creative economy report: a feasible development option**. New York, 2010. Disponível em: http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

VALIATI, Leandro; MIGUEZ, Paulo; CAUZZI, Camila; SILVA, Pedro. Economia criativa e da cultura: conceitos, modelos teóricos e estratégias metodológicas. *In*: VALIATI, Leandro; FIALHO, Ana Letícia do Nascimento (org.). **Atlas econômico da cultura brasileira**: metodologia I. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200211/001054559.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VITÓRIA, José Ricardo. Políticas públicas de cultura. *In*: VITÓRIA, José Ricardo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz (org.). **Políticas públicas de cultura**. Salvador, 2021.

**APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES E
AGENTES CULTURAIS DE CACHOEIRA- BA**

Questionário 1

<p>Desenvolvimento local: um estudo sobre os impactos socioeconômicos das políticas culturais em Cachoeira-Ba (2005-2015)¹⁰ Público alvo: População e agentes culturais de Cachoeira-BA</p>

Questionário 1- Preencher todas as informações
<p>Identificação do participante:</p> <p><input type="checkbox"/> Morador <input type="checkbox"/> Artista <input type="checkbox"/> produtor cultural</p>
<p>Sexo:</p> <p><input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> Outro</p>
<p>Escolaridade:</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> Pós graduação</p>
<p>Qual é a sua faixa estimada de renda mensal (salário mínimo mensal igual a R\$ 1.212,00):</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma. <input type="checkbox"/> Até 02 salários mínimos <input type="checkbox"/> de 03 até 05 (exclusive) salários mínimos <input type="checkbox"/> de 05 (inclusive) até 08 salários mínimos <input type="checkbox"/> Superior a 08 salários mínimos</p>
Políticas Culturais
<p>Sobre quais das políticas culturais implementadas em Cachoeira, a seguir você tem conhecimento?</p> <p><input type="checkbox"/> Programa Monumenta</p>

¹⁰ Os questionários aplicados (online) recebeu inicialmente o título de “Desenvolvimento local: um estudo sobre os impactos socioeconômicos”, no entanto, na finalização da pesquisa e de acordo com as informações dispostas no trabalho, optou por alterar o tema para “Política cultural e desenvolvimento local em Cachoeira – BA (2005-2015): o papel do Programa Monumenta e do Sistema municipal da cultura”. Sendo que esta mudança não implicou em mudança do conteúdo disponibilizados nos questionários aplicados, sem causar prejuízos nos dados coletados

<input type="checkbox"/> Sistema Municipal de cultura (Conferências, Conselho de cultura, Fundo de cultura, Plano de cultura) <input type="checkbox"/> Nenhuma
<p>Você ou sua instituição foi incentivada/patrocinada/apoiada nos últimos anos por alguma ação de política cultural (federal ou estadual)? (Ex: editais, programas, convênios etc)</p> <input type="checkbox"/> - SIM <input type="checkbox"/> - Não
<p>Em caso positivo, especifique:</p>
<p>Em qual das etapas abaixo da produção cultural você acredita que a política cultural poderia contribuir para melhorar o desempenho das atividades culturais?</p> <input type="checkbox"/> - Elaboração de projetos culturais <input type="checkbox"/> - Planejamento e execução de projetos <input type="checkbox"/> - Captação de recursos (patrocínio /apoio) <input type="checkbox"/> - Aproximação e diálogo com artistas, organizadores ou gestores culturais locais
<p>Avaliação do impacto das políticas culturais</p>
<p>Em sua opinião, as políticas culturais implementadas para o desenvolvimento local de Cachoeira-BA entre 2005-2015, podem ser consideradas como?</p> <input type="checkbox"/> - Eficientes <input type="checkbox"/> - Ineficientes <input type="checkbox"/> - Regular
<p>Você avalia que a economia local foi impactada positivamente com as políticas culturais implementadas entre 2005-2015?</p> <input type="checkbox"/> - Sim. <input type="checkbox"/> - Não
<p>Você considera que o consumo cultural aumentou com as políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Além disso, você acredita que as políticas culturais entre 2005-2015 provocaram benefícios sociais e na qualidade de vida da população?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Você percebeu alguma melhora no nível de emprego, devido às políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015?</p> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Você percebeu alguma elevação no nível de renda (remuneração) devido às políticas culturais implementadas em Cachoeira entre 2005-2015?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

**APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES CULTURAIS
DE CACHOEIRA-BA**

Questionário 2

<p>Avaliação do impacto das políticas culturais em Cachoeira- BA Público alvo: Gestores culturais</p>
<p>Questionário 2 -Preencher todas as informações</p>
<p>Identificação do participante:</p>
<p>Sexo:</p> <p>() Feminino () masculino () Outro</p>
<p>Escolaridade:</p> <p>() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós graduação () Mestrado</p>
<p>Qual é a sua faixa estimada de renda mensal (salário mínimo mensal igual a R\$ 1.212,00:</p> <p>() Nenhuma. () Até 02 salários mínimos () de 03 até 05 (exclusive) salários mínimos () de 05 (inclusive) até 08 salários mínimos () Superior a 08 salários mínimos</p>
<p>Avaliação das Políticas culturais de Cachoeira</p>
<p>Quais das Políticas culturais implementadas em Cachoeira você tem conhecimento?</p> <p>() Programa Monumenta () Sistema Municipal de cultura (Conselho de cultura, fundo de cultura, lano de cultura) () Nenhuma</p> <p>Você participou de algum evento relacionado à implantação das políticas culturais (Programa Monumenta e Sistema Municipal de cultura)? (Ex: Conferências, encontros, reuniões etc.)</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Sua instituição foi incentivada/patrocinada/apoiada no período de 2005 a 2015, por alguma ação de política cultural (federal ou estadual)?(Ex: editais, programas, convênios etc)</p> <p>() - Sim</p>

– Não

Em caso positivo, especifique:

Sobre o cenário cultural local, quais são as problemáticas que a política cultural deve resolver, no caso de Cachoeira-BA?

- Ausência de financiamento das instituições culturais
- Poucos espaços de formação e capacitação dos produtores e gestores culturais
- Dificuldades de obtenção de dados
- Elevado nível de informalidades das instituições e agentes culturais
- Participação dos agentes culturais na construção de políticas culturais

De acordo, com a resposta acima, aponte em qual das etapas abaixo você acredita que a política cultural poderia contribuir para melhorar o desempenho das atividades culturais presentes no município?

- Formação e capacitação dos agentes culturais
- Financiamento cultural (Captação de recursos)
- Sistema de informações culturais
- Regulamentação e registro das atividades culturais

Como você considera as ações promovidas pelas políticas culturais (Programa Monumenta e Sistema municipal de Cultura), implementadas em Cachoeira visando a promoção do desenvolvimento local?

- Eficientes
- Ineficientes
- Regular

Programa Monumenta

Sua instituição teve algum imóvel contemplado no edital de reforma de imóveis do Programa Monumenta em Cachoeira?

- Sim
- Não

Sobre o Programa Monumenta, você percebeu alguma mudança na cidade, a partir das reformas e uso dos imóveis tombados?

- Sim
- Não

Sobre o Programa Monumenta, você acredita que está política de preservação do patrimônio ajudou no processo de melhora do setor de habitação no município?

- Sim
- Não

Sua instituição teve algum imóvel contemplado no edital de reforma de imóveis do Programa Monumenta em Cachoeira?

- Sim
- Não

Sobre o Programa Monumenta, você percebeu alguma mudança na cidade, a partir das reformas e uso

dos imóveis tombados?

- Sim
 Não

Sobre o Programa Monumenta, você acredita que esta política de preservação do patrimônio ajudou no processo de melhora do setor de habitação no município?

- Sim
 - Não

De acordo com seu conhecimento ou percepção, quais dessas atividades foram impactadas pelo Programa Monumenta?

- Comércio
 Turismo
 Atividades culturais
 Habitação

Você percebeu alguma melhoria na criação de postos e trabalhos na área cultural e setores tradicionais da economia, devido à implementação desta política cultural (Programa Monumenta)?

- Sim
 Não

Você avalia que houve aumentos no nível de renda dos trabalhadores culturais, devido a esta política cultural (Programa Monumenta) implementada em Cachoeira?

- Sim
 Não

Você acha que a economia local foi impactada com o Programa Monumenta?

- Sim.
 - Não

Na sua visão, o Programa Monumenta cumpriu sua função de contribuir para a promoção do desenvolvimento local de Cachoeira?

- Sim.
 - Não

Sistema Municipal de Cultura

Você atuou no processo de constituição das estruturas do Sistema Municipal de Cultura em Cachoeira? (Conferências, Conselho, encontros, reuniões etc.)

- Sim
 Não

O Sistema Municipal de Cultura possui alguns elementos e órgãos importantes na sua estruturação. Na sua opinião a ausência de um Sistema municipal de informações culturais é um fator limitante no desenvolvimento das políticas culturais?

- Sim
 Não

Qual o seu grau de satisfação com o Sistema Municipal de Cultura do município?

- Satisfeito
- Indiferente
- Insatisfeito

Você acha que, com a implementação desta política cultural, foi possível elevar o consumo de atividades culturais em Cachoeira?

- Sim
- Não

Você percebeu alguma melhoria na criação de postos e trabalhos na área cultural e setores tradicionais da economia devido à implementação desta política cultural em Cachoeira?

- Sim
- Não

Você acha que houve aumento no nível de renda do setor cultural devido a esta política cultural implementada em Cachoeira?

- Sim
- Não

Você acha que a economia local foi impactada com a implementação do Sistema Municipal de Cultura?

- Sim.
- Não

Na sua visão, o Sistema Municipal de Cultura tem contribuído para a promoção do desenvolvimento local de Cachoeira?

- Sim.
- Não